

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA
ALVARO BRAGA DA SILVA**

**A PRODUÇÃO DO OURO NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII NOS VERSOS
DO ROMANCEIRO DA INCONFIDÊNCIA DE CECÍLIA MEIRELES**

Juiz de Fora
2019

ALVARO BRAGA DA SILVA

**A PRODUÇÃO DO OURO NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII NOS VERSOS
DO ROMANCEIRO DA INCONFIDÊNCIA DE CECÍLIA MEIRELES**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de pesquisa: Literatura de Minas: o regional e o universal.

Orientador: Prof. Dr. Édimo de Almeida Pereira

Juiz de Fora
2019

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca CES/JF – CES/JF

S586

Silva, Alvaro Braga da,

A produção do ouro nas Minas Gerais do século XVIII nos versos do Romanceiro da Inconfidência de Cecília Meireles / Alvaro Braga da Silva, orientador Dr. Édimo de Almeida Pereira.- Juiz de Fora: 2019.

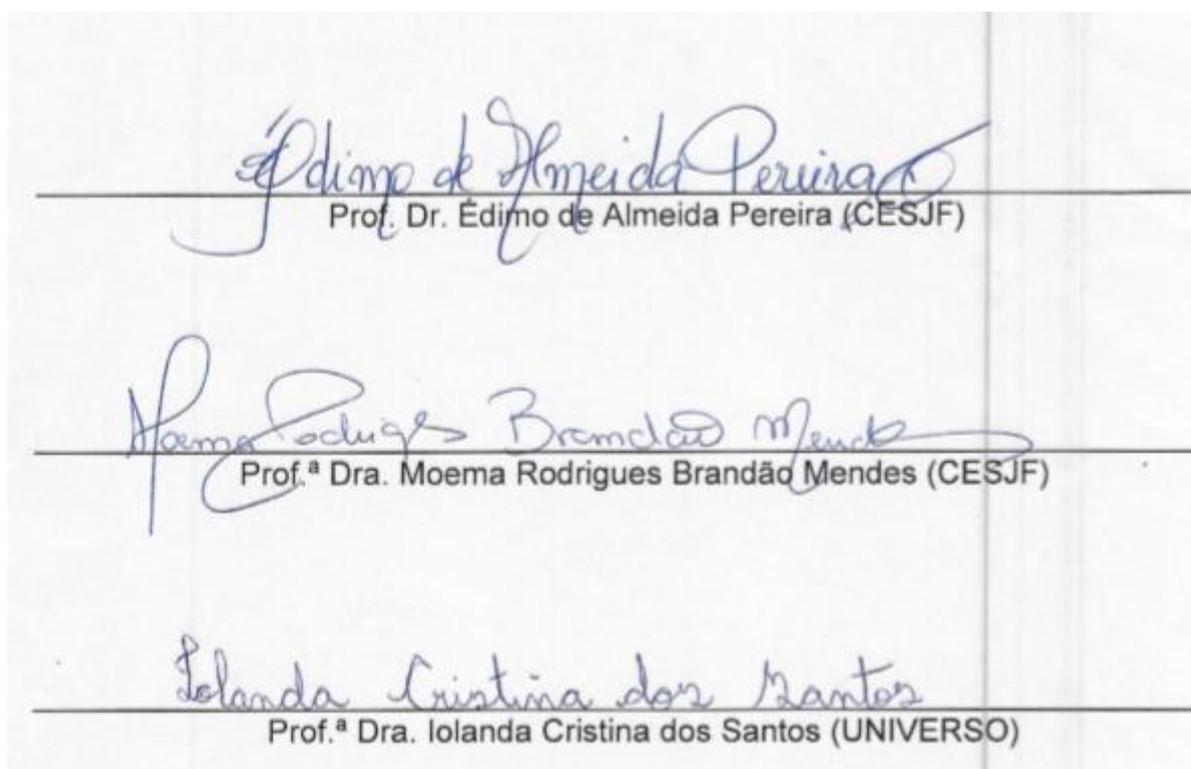
98 p., il.color.

Dissertação (Mestrado – Mestrado em Letras: Literatura brasileira) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, 2019.

1. Cecília Meireles. 2. Escravidão. 3. Identidade. 4. Produção do ouro. 5. Romanceiro da Inconfidência. I. Redmond, William Valentine, orient. II. Título.

CDD: B869.1

SILVA, Alvaro Braga da. **A produção do ouro nas Minas Gerais no século XVIII nos versos do Romanceiro da Inconfidência de Cecília Meireles.** Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de pesquisa: Literatura de Minas: o regional e o universal, realizada no 2.º semestre de 2019.



Prof. Dr. Édimo de Almeida Pereira (CESJF)

Prof.ª Dra. Moema Rodrigues Brandão Mendes (CESJF)

Prof.ª Dra. Iolanda Cristina dos Santos (UNIVERSO)

Examinado em: 12/08/2019.

Dedico este trabalho aos mestres,

Édimo de Almeida Pereira,
Altamir Celio de Andrade,
Moema Rodrigues Brandão Mendes,
Maria Aparecida Nogueira Schmitt,
William Valentine Redmond e
Valéria Cristina Ribeiro Pereira,
pelo conhecimento transmitido.

AGRADECIMENTOS

Aos mestres, com admiração, em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Édimo de Almeida Pereira, pela paciência de transmitir seus conhecimentos e dividi-los com um Administrador.

A Alice, minha esposa, pela compreensão.

Aos colegas, pelo compartilhamento de conhecimentos.

Você nunca sabe que resultados virão da sua ação.
Mas se você não fizer nada, não existirão resultados.

Mahatma Gandhi

RESUMO

SILVA, Alvaro Braga da. **A produção do ouro nas Minas Gerais do século XVIII nos versos do Romanceiro da Inconfidência de Cecília Meireles**. 96 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Letras). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

Neste trabalho de pesquisa, buscamos apresentar à comunidade acadêmica e à crítica literária especializada uma leitura da obra **Romanceiro da Inconfidência**, de autoria da poetisa carioca Cecília Meireles (2015), investigando a produção da autora enquanto meio de expressão das características presentes na Capitania das Minas Gerais do século XVIII, no que diz respeito à produção do ouro e de diamantes e à importância da mão de obra negra escravizada neste processo produtivo. A necessidade de mão de obra barata era importante nas atividades econômicas das colônias para o aumento do lucro da Coroa, o que resultou na exploração da força de trabalho dos escravizados como forma de atendimento aos interesses econômicos de Portugal. Na obra em questão, Cecília Meireles retrata não só o período de revolta dos colonos brasileiros contra o jugo português, por meio do movimento revolucionário conhecido como Inconfidência Mineira, mas considera, em determinadas passagens da referida obra, a presença do escravizado africano, elemento necessário à estrutura da sociedade produtiva da época. Nesse sentido, procuramos ainda identificar, a partir do *corpus* literário mencionado, além dos aspectos relacionados ao processo de produção do ouro e de diamantes, também o destaque que deve ser atribuído à identidade e à *expertise* dos africanos como elementos imprescindíveis para esse mister. Para tanto, a pesquisa se baseia nos aportes teóricos de autores como Maria Zaira Turki, José Ricardo de Figueiredo, Leonardo Paiva Fernandes, Denílson Albano Portácio, Tânia Maria Ferreira de Souza, Michel Foucault, Stuart Hall, Liana Reis, dentre outros, cujas contribuições teóricas foram de real importância para o desenvolvimento deste trabalho de dissertação.

Palavras-chave: Cecília Meireles. Escravidão. Identidade. Produção do ouro. Romanceiro da Inconfidência.

ABSTRACT

In this research, we seek to present to the academic community and specialized literary criticism with a Reading **Romanceiro da Inconfidência** by the poetess of Rio de Janeiro Cecília Meireles (2015), investigating the author's production as a means of expressing the characteristics present in the captaincies of the Minas Gerais of the 18th century, regarding the production of gold and diamonds and the importance of black labor enslaved in the productive process. The need for cheap labor was important in the economic activities of the colonies to increase the profit of the Portuguese Crown, which resulted in the exploration of the labor force of the enslaved as a way of serving the economic interests of Portugal. In the work in question, Cecília Meireles reports not only the period of revolt of the Brazilian settlers against the Portuguese yoke, through the revolutionary movement known as Inconfidência Mineira, but considers, in certain passages of said work, the presence of African enslaved, a necessary element in the structure of the productive society of the time. In this sense, we try to identify, from the literary corpus mentioned, besides the aspects related to the process of production of gold and diamonds, also the prominence that must be attributed to the identity and expertise of Africans as essential elements for this task. For this, the research is based on the theoretical contributions of authors such as Maria Zaira Turki, José Ricardo de Figueiredo, Tania Maria Ferreira de Souza, Michael Foucault, Stuart Hall, Liana Reis, among others, whose contributions and theories were of real importance for the development of the dissertation work.

KEY-WORDS: Cecília Meireles. Slavery. Identity. Production of gold. Romanceiro da Inconfidência.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 LITERATURA E HISTÓRIA	13
2.1 A POESIA E A HISTÓRIA EM CECÍLIA MEIRELES.....	18
2.2 POR QUE ESCREVER UM ROMANCEIRO DA INCONFIDÊNCIA?.....	24
3 DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO	41
3.1 A PRODUÇÃO DO OURO EM MINAS GERAIS NO SECULO XVIII.....	46
3.1.1 A mão de obra escravizada: vozes subalternas no Romanceiro da Inconfidência	51
3.1.2 Aspectos em torno da produção do ouro nas Minas Gerais do século XVIII.....	56
3.2 OS CENÁRIOS.....	60
3.2.1 O cenário político social e econômico da capitania de Minas Gerais no século XVIII.....	62
3.2.2 A Derrama	65
3.2.3 A Inconfidência Mineira	66
4 O ROMANCEIRO DA INCONFIDENCIA E OS VERSOS DE CECÍLIA MEIRELES.....	68
5 CONCLUSÃO	81
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS.....	87

1 INTRODUÇÃO

Passei por essas plácidas colinas
vi das nuvens, silenciosa, o gado
pascer nas solidões esmeraldinas

Cecília Meireles

Este trabalho dissertativo tem como objetivo estabelecer uma visão da obra intitulada **Romanceiro da Inconfidência**, da escritora carioca Cecília Meireles (2015), investigando a escrita da autora, enquanto meio de expressão das características presentes na Capitania de Minas Gerais do século XVIII, no que diz respeito à produção do ouro e de diamantes e à importância não só da mão de obra negra escravizada neste processo produtivo como de outros fatores que levaram ao processo político e social do movimento denominado Inconfidência Mineira.

Quando da transplantação dos negros africanos para o Brasil, o que começou no século XVI, a então Colônia portuguesa necessitava aumentar a sua contribuição financeira para com a Corte, pois os outros meios de sustentação da economia portuguesa, no período, tais como o açúcar e o fumo, estavam em crescente decadência. A necessidade de obter mão de obra barata era importante nas atividades da Colônia para que se aumentasse o lucro da Coroa, e, dessa forma, a exploração da força de trabalho dos escravizados, principalmente nas minas de exploração do ouro e de diamantes, mostrou-se como uma questão de sobrevivência para a economia da Metrópole. Segundo Roberto Borges Martins e Otavio Elísio Alves de Brito, na obra intitulada **A história da mineração no Brasil** (1989), descrevendo a exploração do ouro e dos diamantes na Capitania de Minas Gerais no século XVIII, apenas 3% (três por cento) da mão de obra empregada nesta atividade eram homens livres e de certa forma os cativos africanos vinham preencher, com seu conhecimento específico e de maneira substancial, a carência de força laboral apta à exploração do ouro e das pedras preciosas.

Nesse sentido, ganham importância para o desenvolvimento do presente trabalho as reflexões e os estudos teóricos em torno da denominada Diáspora africana, tendo em vista o deslocamento forçado de escravizados da África não só para os campos de exploração e de produção do ouro e de diamantes em Minas

no período supramencionado como para as outras atividades de caráter econômico presentes na vida da Colônia. O sociólogo jamaicano Stuart Hall (2003), na obra intitulada **Da diáspora: identidades e mediações culturais**, no capítulo **Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior**, toma em consideração a Diáspora africana a partir de um dos desdobramentos que a insere em um contexto histórico e cultural caribenho e esclarece que a interpretação do conceito de Diáspora negra afro-caribenha se assemelha à Diáspora afro-americana. De acordo com o autor, a Diáspora Africana:

É modelada na história moderna do povo judeu (de onde o termo “diáspora” se derivou), cujo destino no Holocausto – um dos poucos episódios histórico-mundiais comparáveis em barbárie com a escravidão moderna – é bem conhecido. Mais significativa, entretanto, para os caribenhos é a versão da história no Velho Testamento. Lá encontramos o análogo, crucial para a nossa história, do “povo escolhido”, violentamente levado à escravidão no “Egito”; de seu “sofrimento” nas mãos da “Babilônia”; da liderança de Moisés, seguida pelo Grande Êxodo – “o movimento do Povo de Jah” que os livrou do cativeiro, e do retorno à Terra Prometida (HALL, 2003, p. 28, grifos do autor).

A expressão **violentamente levado a escravidão no Egito** nos leva a verificar a coincidência com o que aconteceu com os negros africanos que tiveram o mesmo destino, só que em direção à costa brasileira nos séculos XVII e XVIII, tendo sido esse tema retratado pelos versos da poetisa Cecília Meireles em seu poema **Romanceiro da Inconfidência** (2015).

Na obra de Cecília Meireles em questão, a poetisa aborda não apenas o período de revolta dos colonos brasileiros contra o jugo português, por meio do movimento conhecido como Inconfidência Mineira, como também, em alguns poemas, considera a presença do escravizado africano, elemento necessário à estrutura da sociedade da época, o qual – embora alijado da condição de ser humano e de membro desta mesma sociedade – fora reduzido à condição de pertence, de mera coisa material. Além disso, a poesia de Cecília evidencia as agruras vividas por esse povo cativo e, ao considerar a presença dos escravizados na exploração aurífera e diamantina, chama a atenção para a questão da exclusão desses indivíduos e a impossibilidade de seu reconhecimento, dando, de modo certo, voz a quem não a possuía naquela época, frente ao poder da classe social dominante.

Realizando uma reflexão acerca da existência de uma dinâmica de discursos dominantes e subalternos nas estruturas das sociedades, é importante ressaltarmos os apontamentos de Michel Foucault, em sua obra **A ordem do discurso** (1999), resultante da aula inaugural pronunciada em 2 de dezembro de 1970 no Collège de France. De acordo com o teórico mencionado:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar (FOUCAULT, 1999, p. 10).

Tendo em vista as relações de poder que se instauram no campo discursivo, ganha importância, portanto, a estética empreendida por Cecília Meireles, de vez que, em sua carreira de escritora, Meireles fora questionada por alguns de seus colegas escritores a respeito da ausência de realização de uma obra que estivesse relacionada a uma grande temática nacional. Mergulhada em longo tempo de pesquisa histórica em Minas Gerais, a escritora dá vida aos versos do **Romanceiro da Inconfidência** (2015), nos quais o discurso poético coloca-se como enunciador das grandes contradições presentes na sociedade mineira da época da mineração.

A par desses elementos, merece destaque no presente trabalho de dissertação o fato de que ainda procuramos identificar, a partir do *corpus* literário mencionado, além dos aspectos relacionados ao processo de produção do ouro e de diamantes, também o destaque que deve ser atribuído à identidade e à *expertise* dos africanos como elementos imprescindíveis para esse mister.

Para tanto, de maneira a fundamentar teoricamente o percurso de pesquisa anunciado, tomaremos como referência os estudos de autores como Maria Zaira Turki, José Ricardo de Figueiredo, Leonardo Paiva Fernandes, Denílson Albano Portácio, Tânia Maria Ferreira de Souza, Michel Foucault, Stuart Hall e Liana Reis, dentre outros que se fizerem necessários aos argumentos propostos.

Não poderíamos deixar de destacar e aproveitar as informações fornecidas pela teórica Nelly Novaes Coelho (2001), da Universidade de São Paulo, em seu artigo **Cecília Meireles: vida e obra**, quando afirma que:

A grande voz feminina da Poesia Brasileira, Cecília Benevides de Carvalho Meireles nasceu no Rio de Janeiro, em 07.11.1901. Faleceu em 09.11.1964, vitimada pelo câncer. Órfã de mãe e pai, desde muito nova foi criada pela avó materna, Jacinta Garcia Benevides, nascida em São Miguel (Açores). Inteligência alerta, desde menina foi atraída pelos estudos e leituras. Formou-se na Escola Normal do Rio de Janeiro (1917) e ingressou no magistério. Estudou canto e violino no Conservatório Nacional de Música. Dedicou-se também ao estudo de línguas e muito cedo começou a escrever poesia. Em 1919, estreou como poeta,' com o livro Espectros, dando início a uma carreira que levaria anos para se consolidar (COELHO ,2001, p.11).

A poetisa deu origem, com o **Romanceiro da Inconfidência** (2015), a uma das obras mais emblemáticas no que tange à identidade mineira e às Literaturas de Minas Gerais e do Brasil. Esse ponto leva-nos a inserir o presente trabalho no universo da Linha de Pesquisa intitulada Literatura de Minas: o regional e o universal, do Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CESJF.

Dessa maneira, seguidamente a essa **INTRODUÇÃO**, a seção de número 2 recebe o título de **LITERATURA E HISTÓRIA**, na qual descrevemos justamente a relação entre a Literatura e História, ponto de convergência do **Romanceiro**. Esclarecemos nessa seção qual o motivo de escrevermos sobre o **Romanceiro da Inconfidência** (2015) e como a poesia e a História se relacionam dentro dos versos do **Romanceiro**. Na seção 3, **DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO**, o objetivo foi descrever dentro da visão de produção encontrados na época, como era vista essa atividade nas Minas Gerais no século XVIII, os diversos meios encontrados e explorados na procura do ouro e de diamantes, e como a mão de obra escravizada era utilizada dentro desse processo, mostrando como ela era importante e vital para esse tipo de atividade econômica, sempre procurando encontrar nos versos descritos por Cecília Meireles esta relação. Ainda nessa seção procuramos descrever o cenário político, social e econômico encontrado na capitania das Minas Gerais nos anos setecentos, base do poema de Cecília Meireles, trazendo finalmente na seção 4, a partir do **Romanceiro da Inconfidência** (2015), alguns romances relacionados ao tema desta dissertação.

Por fim, apresentamos a **CONCLUSÃO** na quinta e última seção, à qual se seguem as **REFERÊNCIAS** e os **ANEXOS**.

2 LITERATURA E HISTÓRIA

Passei por entre as grotas negras, perto
dos arroios fanados, do cascalho cujo
ouro já foi todo descoberto.

Cecília Meireles

O trabalho literário da poetisa Cecília Meireles intitulado **Romanceiro da Inconfidência** (2015) aborda um período importante da História do Brasil. Traz em si a representação de aspectos relacionados à revolta denominada Inconfidência Mineira e consegue construir, por meio de seus versos, um retrato do Brasil Colônia do século XVIII, principalmente o da região da produção do ouro e de diamantes de Minas Gerais, tematizando as relações sociais, econômicas, políticas e culturais desse pedaço do Brasil Colonial. Nesse mister, a escritora culmina por estabelecer uma relação forte entre a Literatura e a História. Podemos observar, a partir dos 85 romances que constituem o poema épico-lírico ceciliano, o modo como a Literatura pode abordar e descrever os fatos históricos, o que se torna de suma importância para a análise literária proposta no presente trabalho dissertativo.

No que diz respeito à Literatura, o professor, crítico literário e ensaísta soteropolitano Afrânio Coutinho (1978), em sua obra **Notas de teoria literária**, ressalta que a mesma,

[...] como toda arte, é uma transfiguração do real, é a realidade recriada através do espírito do artista e retransmitida através da língua para as formas, que são os gêneros, e com os quais ela toma corpo e nova realidade. Passa, então, a viver outra vida, autônoma, independente do autor e da experiência de realidade de onde proveio. Os fatos que lhe deram às vezes origem perderam a realidade primitiva e adquiriram outra, graças à imaginação do artista. São agora fatos de outra natureza, diferente dos fatos naturais objetivados pela ciência ou pela história ou pelo social (COUTINHO, Afrânio, 1978, p. 9 -10).

Por outro lado, considerando a referida relação entre a Literatura e a História, esta foi objeto de reflexão teórica desenvolvida pelo historiador Roger Chartier (2000), o qual, em uma conferência proferida em 5 de novembro de 1999, no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, após a qual se seguiu um debate com o professor e

pesquisador da Literatura Colonial Brasileira, João Adolfo Hansen, publicado na **Topoi** – Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da citada universidade sob o título de **Literatura e História**, argumenta que tal ligação entre os referidos campos de conhecimento

[...] pode ser entendida de duas maneiras. A primeira enfatiza o requisito de uma aproximação plenamente histórica dos textos. Para semelhante perspectiva, é necessário compreender que nossa relação contemporânea com as obras e os gêneros não pode ser considerada nem como invariante nem como universal. Devemos romper com a atitude espontânea que supõe que todos os textos, todas as obras, todos os gêneros, foram compostos, publicados, lidos e recebidos segundo os critérios que caracterizam nossa própria relação com o escrito. Trata-se, portanto, de identificar histórica e morfológicamente as diferentes modalidades da inscrição e da transmissão dos discursos e, assim, de reconhecer a pluralidade das operações e dos atores implicados tanto na produção e publicação de qualquer texto, como nos efeitos produzidos pelas formas materiais dos discursos sobre a construção de seu sentido. Trata-se também de considerar o sentido dos textos como o resultado de uma negociação ou transações entre a invenção literária e os discursos ou práticas do mundo social que buscam, ao mesmo tempo, os materiais e matrizes da criação estética e as condições de sua possível compreensão (CHARTIER, 2000, p.197).

O estudioso francês em questão prossegue apresentando uma maneira de interpretação dos processos históricos, realizando uma investigação sobre as formas pelas quais os grupos e indivíduos constroem um sentido para os fatos históricos, e acrescenta que

[...] há uma segunda maneira talvez mais inesperada de considerar a relação entre Literatura e História. Procede ao contrário, isto é, descobre em alguns textos literários uma representação aguda e original dos próprios mecanismos que regem a produção e transmissão do mistério estético. Semelhantes textos que fazem da escritura, do livro e da leitura o objeto mesmo da ficção, obrigam os historiadores a pensar de outra maneira as categorias mais fundamentais que caracterizam a “instituição literária”.

Tanto na Antiguidade como na ordem moderna do discurso literário, três noções constituem tal instituição. Em primeiro lugar, a identificação do texto com um escrito fixado, estabilizado, manipulável graças à sua permanência. Por conseguinte, a ideia de que a obra é produzida para um leitor, e um leitor que lê em silêncio, para si mesmo e solitariamente, mesmo quando se encontra em um espaço público. Por último, a caracterização da leitura como a atribuição do texto a um autor e como uma decifração do sentido. Mas é preciso ter distanciamento em relação a esses três supostos para compreender quais foram as razões da produção, as modalidades das realizações e as formas das apropriações das obras do passado. E também é preciso compreender em sua própria historicidade e instabilidade. É ali onde se fixam as categorias fundamentais que organizam a ordem do discurso literário moderno, tal como Foucault o caracterizou em dois textos célebres, *Qu'est-ce qu'un auteur?* e *L'ordre du discours*: o conceito de obra, com seus critérios de

unidade, coerência e persistência; a categoria de autor, que faz com que a obra seja atribuída a um nome próprio; e, por último, o comentário, identificado com o trabalho de leitura e interpretação que traz à luz a significação já presente de um texto (CHARTIER, 2000, p. 197, grifos do autor).

Dedicado a caracterizar as propriedades específicas da escrita histórica, o mesmo teórico, em obra intitulada **A mão do autor e a mente do editor** (2014), afirma que a História

[...] é um discurso que produz afirmações “científicas” que podem ser usadas para definir a possibilidade de conceber um conjunto de regras, permitindo o controle de operações adaptadas à produção de objetos ou a fins específicos (CHARTIER, 2014, p. 58, grifo do autor).

Voltando ao debate de Chartier (2000) com o professor João Adolfo Hansen, materializado nas linhas do texto **Literatura e História**, anteriormente referido, o historiador francês conclui que todas as palavras são importantes, a produção de objetos específicos refere-se à construção de objetos históricos pelo historiador jamais tomando o passado como objeto que já está ali. E isso foi feito pela poetisa Cecília Meireles, quando juntou dentro de sua obra, o **Romanceiro da Inconfidência** (2015), o estudo rigoroso dos documentos antigos pesquisados e o exercício criativo da escrita, estabelecendo nisso uma interpretação pessoal de cada fato histórico, procedendo, assim, à edição das narrativas dos textos que geraram a obra.

Um apanhado acerca da obra de Cecília Benevides de Carvalho Meireles, literariamente conhecida como Cecília Meireles¹ remete ao fato de que a escritora enveredou por diversos caminhos desde o início da carreira – fortemente influenciada pelo Parnasianismo e pelo Simbolismo, quando nas linhas de seu primeiro livro, **Espectros** (1919), demonstra-se a verve estética típica dessas

¹ Conforme a professora Nelly Novaes Coelho: “Estreando como poeta, três anos antes da eclosão modernista no Brasil (Semana de Arte Moderna/SP, 1922), Cecília reflete em seus primeiros exercícios poéticos, a confluência das duas diretrizes dominantes na época: a parnasiana esteticista (o ideal da "Arte pela arte") em busca da forma eternizadora da vida efêmera; e a simbolista espiritualista (de raízes decadentistas), que tenta resgatar o mistério, o além-aparências do real, que a Ciência negava. Atraída por essa dupla ótica poética, Cecília, em *Espectros*, busca a forma e o tom hierático de cunho parnasiano e, ao mesmo tempo, tocada pelo enigma da vida/morte, aponta a Poesia e a História como os gestos humanos que podem deter o tempo e eternizar o efêmero. Nessa linha, os sonetos de *Espectros* têm, como matéria, diversas figuras históricas, surpreendidas em situações idílicas ou satânicas, que as perpetuam no tempo” (COELHO, 2001, p. 14-15, grifos da autora).

escolas literárias – até o período de certa maturidade, quando da edição de outros trabalhos como, por exemplo, **Baladas para El-Rei** (1925), **Nunca mais...** e **Poemas dos poemas** (1923), **Criança meu amor** (1924), **Viagem** (1939), **Vaga música** (1942), **Mar absoluto** (1945), **Antologia poética** (1947), **Evocação lírica de Lisboa** (1948), **Amor em Leonoreta** (1951) e **Romanceiro da Inconfidência** (1953).

No entremeio desse amadurecimento como escritora, Cecília Meireles flertou com as temáticas históricas, ao escrever o **Romanceiro da Inconfidência** (1953)², livro de poemas que constitui o objeto de análise do presente trabalho dissertativo. Fato é que, ao realizar esta obra, Meireles (2015) fez ressaltar a ligação entre a narrativa literária ficcional e a narrativa histórica, o que remonta ao já mencionado historiador Roger Chartier (2014). Ao investigar a natureza da narrativa histórica, Chartier (2014) relembra reflexões de sua própria autoria, quando da publicação do livro ***Au bord de la falaise: l'hitoire ente certitudes et inquietudes*** (1998), para asseverar que:

Recordar as duas perguntas colocadas naquele texto pode nos possibilitar mensurar mais acuradamente a novidade das perguntas de hoje. A primeira era diretamente relacionada a uma ênfase sobre as dimensões retórica e narrativa da História como foram formuladas, com grande acuidade, em três obras fundamentais publicadas em 1971 e 1975: Como se escreve a história (1971), de Paull Veyne; Meta-história (1973), de Hayden White; e A escrita da história (1975), de Miguel de Certeau. Quando Veyne afirmou que a História permanece fundamentalmente um relato, e o que é chamado de explicação nada mais é que a maneira como a narrativa é arranjada numa trama compreensível, e White comparou “as formas estruturais profundas da imaginação histórica” com os quatros tropos básicos para análise da linguagem poética, ou figurativa: Metáfora, Metonímia, Sinédoque e Ironia”, enquanto Certeau afirmava que, “agora o discurso histórico alega prover um conteúdo verdadeiro (que pertence à verificabilidade), mas na forma de uma narração”, eles forçaram os historiadores a abandonar sua certeza de que não havia lacuna entre o passado, tal como realmente era, e a explicação histórica que o interpretava (CHARTIER, 2014, p. 53-54, grifos do autor).

Além dessas observações, Chartier (2014) pondera que História e memória estão fortemente interligadas, visto que o conhecimento histórico pode ajudar a dissipar as ilusões ou interpretações errôneas que há muito desorientaram as memórias coletivas, e que, inversamente, as cerimônias de lembrança, e

² Neste trabalho de dissertação utilizamo-nos da 13. edição do **Romanceiro da Inconfidência**, com organização de André Seffrin, São Paulo: Editora Global, 2015.

institucionalização dos lugares da memória são com frequência a inspiração para indagações históricas originais. Para o teórico:

[...] os historiadores tomaram consciência de que não possuem o monopólio sobre a representação do passado e de que sua presença poderia ser respaldada como um discurso infinitamente mais poderoso que seus próprios escritos. Graças ao grande livro de Paul Ricoeur, *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (A memória, a história, o esquecimento), as diferenças entre história e memória se apresentam claramente retratadas (CHARTIER, 2014, p. 62, grifos do autor).

Ainda considerando a distinção entre História e ficção, Chartier (2014) afirma que tal diferenciação “parece clara e bem definida se admitirmos que, em todas as formas (mítica, literária, metafórica), a ficção é um discurso que ‘informa’ o ‘real’ sem pretender nem representá-lo nem creditar-se a capacidade de tal representação” (CHARTIER, 2014, p. 65, grifos do autor).

Com efeito, o que transparece ao longo dos versos do **Romanceiro da Inconfidência** é que Meireles (2015) retoma os fatos do passado com apurada propriedade, fazendo os seus leitores embarcarem em sua poesia, receptáculo de uma contínua e bem elaborada trama que envolve a narrativa de experiências muito próximas às que ocorreram na rotina dos habitantes das Minas Gerais dos séculos XVII e XVIII. Nesse sentido, vale retomarmos as reflexões de Chartier (2014), quando afirma que “A função autor é o resultado de operações específicas e complexas que referem a unidade e a coerência de uma obra, ou de uma série de obras, à identidade do sujeito construído” (CHARTIER, 2000 p. 199). O mesmo historiador acrescenta que

[...] semelhante dispositivo requer duas séries de seleções e exclusões. A primeira no âmbito dos múltiplos textos escritos por um indivíduo no curso de sua vida, a segunda é quando retém entre os inumeráveis fatos que constituem uma existência individual aqueles que têm pertinência para caracterizar a posição de autor (CHARTIER, 2000, p. 199).

A relação da poesia ceciliana com a História, assim como o próprio contexto histórico da região aurífera e diamantífera do Brasil Colônia no período supramencionado, coloca em evidência a distância radical entre o indivíduo que escreveu o texto e o sujeito ao qual o discurso está atribuído. Isso garante a unidade e a coerência da obra da poetisa Cecília Meireles, o que será objeto de apreciação nas subseções seguintes.

2.1 A POESIA E A HISTÓRIA EM CECÍLIA MEIRELES

O remo abre o rio
o rio murmura.

Cecília Meireles

Em 20 de abril de 1955, Cecília Meireles proferiu uma conferência na Casa dos Contos no primeiro festival de Ouro Preto, na qual relatou a respeito do modo como se inspirou e sobre como escreveu o **Romanceiro da Inconfidência** (2015), obra em que História e poesia se integraram de maneira profunda. Nesse sentido, conforme afirma Meireles (2015):

Um gênio singular protegeu, desde o princípio, Vila Rica: fê-la surgir, prestigiosa e riquíssima, das curtas ondas de um riacho-fábula maior que a da própria Vênus, que nasceu do grandioso mar. Concentrou entre estes muros de pedra, tão longe do convívio fácil dos lugares ilustres do século XVIII, um grupo de homens que estiveram, na sua época, tão à corrente dos fatos e dos vultos contemporâneos – que puderam repercutir, neste pequeno recanto, as ideias mais avançadas da Europa, e foram murmurando nestes ares os nomes mais famosos do mundo, e lidos a esta luz os livros mais arrojados do tempo –, com uma naturalidade que impressiona, comove e quase assusta. O Gênio protetor de Vila Rica, num jogo estranho, foi dispondo, entre estas águas e pedras, enigmáticos dados: o do Ouro – o da Ciência – o das Artes – o da Liberdade – o do Amor.... Eram dados brancos. Mas dispunha também os negros: o da Inveja – o da Ambição – o da Maledicência – o da Impostura – o da Tirania – o da Pusilanidade (MEIRELES apud SEFFRIN, 2015, p. 239).

No quadro histórico descrito nessa referida conferência de abril de 1955, a escritora nos mostra, em profundidade, os elementos que fizeram parte dessa trama e que, por meio de versos, foram trazidos para a estrutura e para o conteúdo inscritos no **Romanceiro** (2015). Abordando o contexto histórico que inspirou sua poesia, Meireles (2015) acrescenta que,

[...] foi um jogo que durou cem anos: o tempo de nascer e morrer o Arraial de Ouro Podre, de se encontrarem aqui homens de todos os pontos cardeais: do Serro e de Juiz de Fora; de Mariana e do Rio das Mortes; do Rio de Janeiro e de São Paulo; do Porto, de Lisboa, de Leiria, dos Açores, que tinham cada qual uma função a exercer nos singulares acontecimentos ocorridos nestes palácios, nestas casas, ao longo destas ruas, a margem desses rios, dentro destas igrejas (MEIRELES apud SEFFRIN, 2015, p. 239-240).

A poetisa, em um primeiro momento, não tinha como objetivo a escrita sobre os fatos da Inconfidência Mineira. Meireles (2015), por certo, tinha no seu propósito jornalístico inicial apenas a descrição das comemorações da Semana Santa daquele ano de 1938 em Ouro Preto. As ruas e o clima, porém, fizeram-na ligar as imagens do passado aos fantasmas presentes naquelas ruas, transladando o espírito criador da poetisa para os momentos e eventos passados, em uma espécie de ação a que Quevedo chama “Escutar os mortos com os olhos” (QUEVEDO apud CHARTIER, 2014, p. 7).

Por sua vez, Chartier (2014) afirma que escutar os mortos com os olhos corresponde à “relação que historiadores cultivam com homens e mulheres do passado, cujos sofrimentos e esperanças, decisões racionais e sonhos extravagantes, liberdades e restrições eles se empenham em compreender e ajudar os outros a compreender” (CHARTIER, 2014, p. 7). Esse foi, então, o campo fértil em que Meireles (2015) se inspirou para a escrita do seu **Romanceiro da Inconfidência** (2015). Em primeira pessoa, a autora afirma que:

[...] quando, há cerca de quinze anos, cheguei pela primeira vez a Ouro Preto, o Gênio que a protege descerrou, como num teatro, o véu das recordações que, mais do que a sua bruma, envolve as montanhas e estas casas –, e todo o presente emudeceu, como plateia humilde, e os antigos atores tomaram suas posições no palco. Vim com o modesto propósito jornalístico de descrever as comemorações de um Semana Santa; porém os homens de outrora misturaram-se as figuras eternas dos andores; nas vozes dos cânticos e nas palavras sacras, insinuaram-se conversas do Vigário Toledo e do Conego Luiz Vieira; diante dos nichos e dos Passos, brilhou o olhar de donas e donzelas, vestidas de roupas arcaicas, com seus perfis inatuais e seus nomes de outras eras. Na procissão dos vivos caminhava uma procissão de fantasmas: pelas esquinas estavam rostos obscuros de furriéis, carabinas, boticários, sacristães, costureiras, escravos – e pelas sacadas debruçavam-se aias, crianças, como povo aéreo, a levitar sobre o peso e a densidade do cortejo que serpenteava pelas ladeiras (MEIRELES apud SEFFRIN, 2015, p. 241).

Em seguida, Meireles (2015) revela como fora se envolvendo com o ambiente daquela época. Foi como se ele se transferisse das ruas e vielas de Ouro Preto da atualidade para a Vila Rica do século XVIII. A escritora comenta, de modo simples e singular, todo o sentimento que emanava do seu eu, sentindo o clima que os ares de Ouro Preto lhe levavam de uma forma penetrante e forte, incorporando ao seu espírito de poetisa o poder com que as ruas da antiga Vila

Rica traziam a inspiração que ela transferiu para os seus versos, acrescentando às suas considerações o seguinte:

Então, dos grandes edifícios, um apelo irresistível me atraía: as pedras e as grades da Cadeia contaram sua construção – o suor e os castigos incorporados aos seus alicerces; o palácio dos governadores ressoava com a irreverência de Critillo; a casa da Ouvidoria mostrava na sombra o desembargador-poeta, louro amoroso, suave, com um pré-romantismo inglês a amadurecer nos olhos azuis; o sobrado de Francisco de Paula Freire de Andrade insistia em ostentar suas cortinas de damasco, em suas colchas de seda, em sua fidalguia bastarda, mas da melhor linhagem; a casa de Cláudio ressoava de suspiros a Nise, de epístolas, de sonetos em português e em italiano; o Largo de Dirceu estava cheio de mensagens à procura do palácio da Amada e das suas sonoras fontes; a igreja de Antônio Dias deixava passar Marília menina, Marília adolescente, Marília feliz, Marília triste Marília encarquilhada, Marília Morta... (MEIRELES apud SEFFRIN, 2015, p. 242).

As sensações que Cecília Meireles experienciou ao percorrer as ruas da Ouro Preto da época de sua visita levaram a poetisa a descrevê-las com propriedade como se lá houvesse estado em pleno século XVIII. Tudo a sua volta, o ambiente formado por aquelas construções, as ruas, as pedras e as grades da cadeia, inspirou a sua criatividade e a transportou com alma e corpo para os anos setecentos. Assim, a escritora faz uma abordagem acerca desse período, rememorando-o da seguinte forma:

A Casa dos Contos, esta casa onde o destino me faria falar, centralizava tudo isso; o cavalo do Conego Vieira estacava à sua porta; o Alvarenga, “o tal desgraçado Alvarenga”, magistrado poeta, minerador, entrava por ele adentro, para ceiar com seu compadre João Rodrigues de Macedo, admirar a edificação recente, conspirar, jogar gamão... Assoma Tiradentes a colocar dentes muito bem talhados no caixeiro Vicente Vieira da Mota, guarda-livros do dono da casa...Viria o padre Rolim, assustado com perseguições que tinham feito sair do meio dos diamantes do Tejuco (atual Diamantina)...Viria Francisco Antônio de Oliveira Lopes, tão gordo que – dizia por gracejo – valia por quatro, na conspiração que se tramava. Viria o próprio Joaquim Silvério, ávido de bens, terras, títulos, comendas a espionar pensamentos, palavras e atos. Viria – na bruma das lendas – Cláudio Manoel, para um cubículo sob a escada, e aqui desaparecia misteriosamente. E assim minha Semana Santa era aquela que eu estava acompanhando ao longo dessas ruas e era muito mais antiga. Era na verdade, a última Semana Santa dos Inconfidentes a do ano de 1789 (MEIRELES apud SEFFRIN, 2015, p. 242, grifos da autora).

Nesse sentido, mais uma vez poderíamos recorrer a Quevedo, relembando a expressão relativa à escuta dos mortos, uma vez que ao lermos o

trecho acima temos a impressão de que a poetiza estava escutando os mortos com os próprios olhos.

Ainda em seu discurso, na conferência proferida na Casa dos Contos, já citada anteriormente, Cecília Meireles comenta sobre a estrutura empreendida ao **Romanceiro da Inconfidência** (2015), configurada de maneira que a narrativa fluísse de forma espontânea para dar vasão à sua poesia. Dessa forma conforme a escritora afirma:

O Romanceiro foi construído tão sem normas preestabelecidas, tão à mercê de sua expressão natural que cada poema procurou a forma condizente com sua mensagem. Há metros curtos e longos; poemas rimados e sem rima, ou com rima assonante – o que permite maior fluidez à narrativa. Há poemas em que a rima aflora em intervalos regulares, outros em que ela aparece, desaparece e reaparece, apenas quando a sua presença é ardentemente necessária. Trata-se em todo caso, de um “romanceiro”, isto é, de uma narrativa rimada, um romance: não é um, “cancioneiro” – o que implicaria o sentido mais lírico da composição cantada.

Neste ponto, já ficara ultrapassada a ideia de uma composição dramática. Impossível distribuir a cada personagem seu verdadeiro papel: seria atribuir-lhes, por vezes, pensamentos e sentimentos incompatíveis com a psicologia, e dar-lhes uma linguagem que não podemos reconstituir com suficiente perfeição.

O Romanceiro teria a vantagem de ser narrativo e lírico; de entremear a possível linguagem da época à de nossos dias; de não podendo reconstituir inteiramente as cenas, também não as deformar inteiramente; de preservar aquela autenticidade que ajusta à verdade histórica o halo das tradições e da lenda (MEIRELES apud SEFFRIN, 2015, p. 251).

A professora da Faculdade de Letras da Universidade de Goiás, Maria Zaira Turchi (1999), em um artigo intitulado **Romanceiro da Inconfidência: o diálogo poético dos tempos**, indaga: “Como é possível falar em representação da história da Inconfidência Mineira em um texto que, mesmo optando pela forma de romanceiro, conjunto de narrativas rimadas, de origem épico-lírica, é essencialmente lírico?” (TURCHI, 1999, p. 193).

A teórica em questão, considerando o **Romanceiro da Inconfidência** (2015), observa a existência justamente desse encontro entre historiografia e temporalidade, o que vai ao encontro ao que João Pinto Furtado – historiador e professor de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no artigo intitulado **Uma República entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade** (2001) – expõe no sentido de que o movimento revolucionário da Inconfidência Mineira foi

[...] gerado em um contexto de transição entre o Antigo Regime e a Modernidade, em que valores estamentais como honra, posição e precedência chocavam-se com emergentes perspectivas de classe, como riqueza, trabalho e propriedade, o movimento foi expressão de uma série de ambiguidades e contradições próprias do período (FURTADO, 2001, p.1).

Turchi (1999) reafirma esta posição e cita Aristóteles a partir do livro a **Arte poética**, no qual o filósofo comenta o que seria a **representação de verdades gerais** e o encontro e a distinção entre o poeta e o historiador, afirmando que um conta os acontecimentos, relato de fatos ocorridos; e o outro narra fatos que podiam acontecer. O certo é que o **Romanceiro da Inconfidência** (2015) busca o sentido do universal, mimetizando o que poderíamos entender como imitação, representação, mímica, ou seja uma variedade de significados nos textos históricos, os corpos dos diversos personagens que se incorporam a toda a trama. A teórica aproveita para citar de que maneira ocorre a *mimesis*, “capaz, ao mesmo tempo, de manter a referência histórica e transformá-la em metáfora poética da condição humana” (TURCKI,1999, p.138). Sabemos, como preleciona Turchi (1999), que a historiografia contemporânea tem reduzido a distância entre fato e ficção. De fato, a teórica também aborda a questão, quando escreve que o

Romanceiro da Inconfidência, de Cecília Meireles, se realiza numa dupla direção: uma, imediatamente histórica, e outra, que se aprofunda no mistério existencial. Na verdade, porém, trata-se de duas direções numa só, porque, se de uma parte os fatos históricos ligados à Inconfidência Mineira aconteceram no passado, fazendo parte de um destino supra individual e coletivo, por outro lado, encarnam e comprovam o drama do homem singular, situado em qualquer tempo. Já na Poética, Aristóteles afirmava que a obra do poeta não consiste em contar o que aconteceu, mas o que podia acontecer. A distinção estabelecida entre o historiador e o poeta, embora Aristóteles não se estivesse referindo ao poeta lírico, é que o primeiro narra acontecimentos, relato de fatos particulares, e o outro narra fatos que podiam acontecer, portanto, representação de verdades gerais (ARISTÓTELES,1966, p. 78). É certo que o Romanceiro da Inconfidência busca o universal e, através de conexões íntimas, alcança temas recorrentes na poesia de Cecília Meireles (TURCHI,1999, p.137).

Turchi (1999), aproveitando que a obra de Meireles (2015) aborda fatos históricos, comenta a relação existente entre a poesia e a História. Já o poeta Otavio Paz (2012), em seu livro **O arco e a lira**, afirma, a respeito da poesia, que:

Cada poema é um objeto único, criado por uma “técnica” que morre no momento exato da criação. A chamada “técnica poética” não é

transmissível porque não é composta de receitas, e sim de invenções que só servem a seu criador. É verdade que o estilo – entendido como jeito comum de um grupo de artista ou de uma época – faz fronteira com a técnica, tanto no sentido de herança e mudança como no de ser um procedimento coletivo. O estilo é ponto de partida de toda iniciativa criadora; por isso mesmo todo artista aspira a superar estilo comunal ou histórico (PAZ, 2012, p. 25, grifos do autor).

Na continuidade de seu raciocínio, o escritor mexicano menciona algo que muito nos aproxima daquilo que vem a ser e a representar o **Romanceiro da Inconfidência** (2015), pois faz menção ao que vem a caracterizar Cecília Meireles como poetisa que foi e a obra que produziu. Segundo Paz (2012):

O poeta se alimenta de estilos. Sem eles não haveria poemas. Os estilos nascem, crescem e morrem. Os poemas permanecem e cada um deles constitui uma unidade autossuficiente, um exemplar isolado, que não se repetirá jamais (PAZ, 2012, p.25).

Turchi (1999), entretanto, afirma por sua vez que no **Romanceiro da Inconfidência** (2015) podemos observar que,

[...] os dados históricos são mimetizados no texto e lá estão plenamente corporificados. Assim, pretende-se verificar de que maneira ocorre a mimesis, capaz, ao mesmo tempo, de manter a referência histórica e de transformá-la em metáfora poética da condição humana. Não se quer enveredar por distinções, nem estabelecer limites entre poesia e história, mas trata-se de compreender a inserção de uma narrativa na outra. A historiografia contemporânea tem mesmo reduzido a distância entre fato e ficção e reconhecido o papel ativo da linguagem, dos textos e das estruturas narrativas na criação e descrição da realidade histórica. Esta tendência, organizada em torno da perspectiva de Hayden White e Dominick La Capra, enfatiza a dimensão literária da experiência social e a estrutura literária da escrita histórica, questionando o paradigma historiográfico de realidade e representação. Para Hunt, a tarefa do historiador consiste em desenvolver um “diálogo” em que o passado autônomo, com suas “vozes”, questione toda tentativa de reduzi-lo à ordem (HUNT, 1992, p. 131-173).

Cecília Meireles, ao fazer sua narrativa poética, não se descuida de que é a partir de narrativas históricas que o faz. Vai às fontes, procura conhecer os documentos oficiais, como também as histórias e as lendas que correm pela região (TURCKI, 1999, p.138).

Nesse sentido, vale considerarmos que o **Romanceiro da Inconfidência** (2015), em toda sua extensão, aborda não só fatos de caráter histórico-sociais, econômicos e políticos como também outros momentos do cotidiano da vida colonial brasileira, como por exemplo o descrito no **Romance IV** ou **Da Donzela Assassinada** (MEIRELES, 2015, p. 30 a 32), poema no qual a escritora

considera aspectos que podem ser tomados como fatos ou lendas da região³, o que nos remete ao posicionamento de Paz (2012), por meio do qual o teórico afirma que “[...] a palavra se nega a ser mero conceito, apenas significado. Cada palavra – além de suas propriedades físicas – contém uma pluralidade de sentidos” (PAZ, 2012, p. 29). Diante disso, verificamos que foi justamente no que se tornou o **Romanceiro da Inconfidência** (2015), qual seja, um local de fala e de palavras para todos.

2.2 POR QUE ESCREVER UM ROMANCEIRO DA INCONFIDÊNCIA?

Diante de tudo que foi até agora exposto neste trabalho de dissertação, acreditamos ser possível afirmar que a relação entre os versos do **Romanceiro da Inconfidência** (2015) e os relatos históricos do ciclo de exploração do ouro e dos diamantes nas Minas Gerais dos séculos XVII e XVIII é uma constante motivadora da ficção trazida a termo por Cecília Meireles na obra em questão. Em razão disso, vale buscarmos a caracterização desse período histórico da Capitania das Minas Gerais, mister que se acha realizado por Roberto Borges Martins e Otavio Elísio Alves de Brito (1989), na obra intitulada **A história da mineração no Brasil**, quando retratam, por meio de um relato profundo, um momento importante da História e da economia do Brasil Colonial. A dissertação ora desenvolvida não guarda a pretensão de abordar todos os romances contidos no **Romanceiro da Inconfidência** (2015), mas procura apenas identificar nesta obra pontos que levam ao tema e aos aspectos relacionados à produção do ouro no século XVIII na região que hoje chamamos de Minas Gerais. Com isso destacamos uma pequena parcela dentro do romance épico apresentado pela poetisa, qual seja, aquilo que foi um período importante da História brasileira, a Conjuração Mineira de 1789. O ouro, segundo Martins e Brito (1989),

[...] surgiu, fácil e farto no centro de Minas Gerais. Nunca saberemos a data, o local ou o autor da primeira descoberta. Pode ter sido o mulato Taubaté, que havia andado pelas minas de Paranaguá e que o teria encontrado ao beber água no córrego Tripui. Ou Borba Gato e seus homens, remanescentes da bandeira de Fernão Dias, que haviam permanecido, fora da lei, no sertão do rio das Velhas. Ou ainda os

³ O referido **Romance IV** será objeto de análise pormenorizada em seção 4 específica deste trabalho dissertativo.

sertanistas que exploravam Itaperava e Itatiaia em 1694 (século 17) (MARTINS; BRITO, 1989, p.13).

Martins e Brito (1989), em sua análise, chamam a atenção para o fato de que a explosão econômica daquela região do Brasil Colônia, em função da descoberta do ouro, acarretou um progresso que levou a um movimento de grandes proporções, não só em razão do valor que o ouro trazia como também pela estrutura necessária para absorver o *rush* demográfico oriundo dessa descoberta. Dessa maneira, os referidos teóricos acrescentam que,

[...] na última década do século XVII centenas de jazidas de ouro de aluvião começaram a ser descobertas em rápida sucessão nos córregos e ribeirões nas vizinhanças de Vila Rica (atual Ouro Preto), Mariana, Sabará e Caeté (MARTINS; BRITO, 1989, p.13).

Esse movimento teria causado, de acordo com os referidos historiadores, algo que pode ser configurado como “o primeiro grande *rush* minerador da História do Brasil” (MARTINS; BRITO, 1989, p. 13).

Tomando esta observação sobre o século XVII, Martins e Brito (1989) relatam que,

[...] as descobertas continuaram em ritmo acelerado, expandindo a região mineradora em todas as direções. [...] A corrida do ouro teve profundo impacto na vida da colônia e da própria metrópole, em pouco tempo dezenas de milhares de pessoas convergiram para a região. [...] Junto com a onda migratória vieram os escravos em quantidade crescente. A história da mineração em Minas, dos seus primórdios até as décadas finais do século XIX, é intimamente ligada à escravidão, que forneceu a quase totalidade da força de trabalho. As técnicas empregadas para a extração do ouro e mais tarde dos diamantes, eram bastante rudimentares altamente intensivas em mão de obra, gerando assim enorme demanda de trabalhadores. [...] as importações anuais de escravos Minas Gerais estão estimadas em 2500 a 2700 entre 1668 e 1717; 3500 a 4000 entre 1717 e 1723; 5700 a 6000 no período de 1723 a 1735 e 6500 nos anos de 1735 a 1760 representando quase 40% das importações totais do Brasil. Nos dois últimos períodos (MARTINS; BRITO, 1989, p, 15 e 16)

Aparece, dessa forma, a partir desta época e de maneira acentuada, a necessidade de mão de obra barata e em grande escala exigida pelos meios de produção de extração de ouro e de diamantes. Isso acarretou o fomento do tráfico de escravizados africanos, resultando em um dos braços daquilo que os estudiosos chamam de Diáspora africana, ou seja, a maciça transplantação de

africanos escravizados para o Novo Mundo, e no caso do Brasil Colônia, principalmente de negros oriundos do oeste e centro leste da África, regiões conhecidas hoje como Zimbábue e Moçambique.

O historiador Manoel Mauricio de Albuquerque (1984), no seu livro **Pequena história da formação social brasileira**, comenta que, de acordo com cálculos aproximados, os números correspondentes à importação de escravizados para o Brasil, para as diversas atividades econômicas da Colônia, foram os seguintes: i) Século XVI – 100.000 indivíduos; ii) Século XVII – 600.000 indivíduos; e, iii) Século XVIII – 1.300.000 indivíduos.

Albuquerque (1984) descreve a situação que envolvia o negro escravizado transplantado para o Novo Mundo com o objetivo de atender à carência de mão de obra barata, afirmando que:

O escravo africano chegava ao Brasil como mercadoria e, como tal, sujeito à conseqüente seleção que o tornava mão de obra mais qualificada e, portanto, de maior valor. Sendo portadores de técnicas mais desenvolvidas do que os indígenas, os que resistiam ao alto índice de mortalidade durante as viagens ofereciam condições de sobrevivência física e de rentabilidade muito lucrativas para a classe escravista. Na África, já existiam estruturas sociais onde as forças produtivas haviam alcançado um nível de desenvolvimento capaz de produzir excedentes. Essas organizações sociais onde já se detectavam relações de classe dispunham de força de trabalho mais capacitada a enfrentar o desgaste do trabalho escravo (ALBUQUERQUE, 1984, p. 36).

O mesmo teórico, ampliando as suas considerações a respeito do comércio escravista, acrescenta que:

A obtenção do escravo na África se fazia, comumente, pela troca com formações sociais escravistas como os reinos de Mali e Congo. Este escravo que resulta de processos repressivos diversos para a sua obtenção era transformado em valor de troca como efeito da intervenção comercial e político-militar europeia nas formações sociais africanas aliada aos setores dominantes nestas sociedades. [...] a aquisição de produtos estrangeiros, notadamente os tecidos, as miçangas, as armas, as joias, além do ouro, cobre, algodão, tabaco, cachaça e zimbo ou búzio. Esse último abundante nas praias da Bahia, era exportado para a África onde servia como moeda e objeto religioso (ALBUQUERQUE, 1984, p. 37).

Por sua vez, a especialista em História do Brasil, Mary Del' Priore (2016), em sua obra **Histórias da gente brasileira**, menciona que, no período das navegações, era objetivo do reino de Portugal o sonho da descoberta de metais preciosos na Colônia recém-descoberta. De acordo com Del' Priore (2016):

O sonho de um Eldorado encravado no coração da colônia povoava a imaginação dos portugueses desde a chegada no litoral. Narrativas fantásticas davam conta da existência de uma resplandecente serra do ouro, que os índios chamavam Sabarabuçu, localizada na mesma latitude de Potosí, no Peru (DEL'PRIORE, 2016, p.107).

A mesma teórica assevera que:

Em 1554 o padre Anchieta escrevia que na capitania de São Vicente havia grande abundância de ouro, prata e ferro, afirmando que até os moradores tinham suas casas abarrotadas de metais preciosos. Notícias deste quilate incentivaram Portugal a organizar inúmeras expedições em busca do metal amarelo. Ouro em São Vicente? Um malogro (DEL'PRIORE, 2016, p.107).

Considerado este contexto de descoberta e de atividade de exploração do ouro, no artigo **Escravidão, herança ibérica e africana e as técnicas de mineração em Minas Gerais no Século XVIII**, a professora Andrea Lisly Gonçalves (2004) argumenta que:

Nem sempre é possível avaliar, com o devido rigor, a origem das técnicas utilizadas na extração do ouro em Minas Gerais no século XVIII. A discussão não é recente, ainda que venha ganhando alento com o avanço dos estudos, não apenas sobre a História da África e a origem étnica dos escravos presentes nas minas, desde os períodos iniciais das atividades extrativas, mas também das repercussões dos sucessos dos espanhóis na mineração da prata na Nova Espanha e no Peru (GONÇALVES, 2004, p.1).

A partir das reflexões dos teóricos acima mencionados, nas quais observamos a existência de uma atividade mineradora pioneira por parte da Espanha, com repercussões técnicas que pudessem ser observadas pelos portugueses, podemos, não obstante, verificar a importância da presença do africano escravizado no processo de exploração dos minérios. Nesse caso, fica em evidência o fato de que era extremamente necessária uma mão de obra qualificada na atividade de produção de ouro e de diamantes. Dessa forma, os africanos, em razão dos conhecimentos específicos que traziam, oriundos das suas regiões de origem, refletiam consideravelmente na melhora da produtividade na atividade mineradora.

Conforme assinala Del' Priori (2016), a verdade é que existia, por parte da Coroa Portuguesa, um forte anseio em implantar na Colônia um novo Eldorado Peruano. A partir de então, é possível verificar que, em meados do século XVIII

(1788-1789), o Brasil tinha na exploração mineral um fator de real importância para a economia Portuguesa. Tendo o ouro como principal fonte de renda e uma das soluções mais lucrativas para os portugueses junto com as explorações de algumas monoculturas como o açúcar e o fumo.

Vale salientarmos que o mesmo Albuquerque (1987) já afirmava que antes da atividade agromanufatureira do açúcar em São Vicente, a exploração econômica no Brasil foi dominada pelo extrativismo do pau-brasil. Na Europa, o produto brasileiro se impôs ao consumo das manufaturas de tecidos, já que os custos na sua importação se reduziam praticamente ao transporte e às despesas fiscais e superava o competidor asiático, cujo produto era comercializado pelos mercadores italianos.

Porém, nessa nova realidade histórica do século VII, a atividade mineradora era, sem dúvida nenhuma, um diferencial da Colônia para a economia da Corte Portuguesa. De acordo Del' Priori (2016):

Teve início então uma corrida migratória de homens brancos e livres dentro da colônia. Em dez anos a população das futuras Minas – pois a região integrava a capitania de São Vicente, que antecedeu o estado de São Paulo – atingiu a cifra de 50 mil indivíduos. Eles eram brancos europeus ou americanos, índios e negros (DEL'PRIORI, 2016, p.107).

A consequência desse clima levou a uma procura desesperada do ouro e do enriquecimento rápido trazendo problemas de cunho econômico para a Corte Portuguesa já que esta migração de todo tipo de gente acarretou um deslocamento de negros escravizados das culturas de algodão e cana-de-açúcar. Denílson Albano Portácio (1996), em artigo intitulado **Romanceiro da Inconfidência, um misto de poder, liberdade e opressão**, afirma que:

Nessa época, a Coroa Portuguesa sugava impiedosamente a veia dourada do Brasil Colônia. A região das Minas Gerais vivia a febre do ouro. Febre que durou menos de cem anos, mas o suficiente para provocar a primeira explosão demográfica do Brasil (PORTÁCIO, 1996, p. 75).

Nesse período, a Coroa Portuguesa passou a impingir à Colônia recém-formada grandes exigências no que diz respeito ao recolhimento de impostos, o que foi irritando a população de um modo geral e, em especial, fazendeiros e donos de posses, tanto da região da agricultura, dedicada a cultivos como o

açúcar e o tabaco, quanto das áreas de mineração que começavam a surgir. Ocorre que tais regiões tinham, de certa forma, desejo de também fazer parte da política da Colônia e não apenas pagar impostos, cada vez mais abusivos, a Portugal.

Diante desse quadro, parte da elite intelectual mineira, formada por ricos mineradores, e alguns representantes dos pobres, se juntaram com o propósito de uma conjuração contra as políticas portuguesas, arquitetando uma revolta contra o governo, inspirados pelo Iluminismo americano e pela Revolução Francesa em 1789. O grupo representava a insatisfação do povo mineiro e buscava justiça para os cidadãos de todas as classes que se formaram no Brasil Colônia. A primeira e mais forte foi a revolta de Felipe dos Santos, em 1720, debelada com força e extrema violência, de acordo com o historiador Lucio Jose dos Santos (1972), pelo então governador D. Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcellos, Conde de Assumar, episódio retratado pela poetisa Cecília Meireles (2015) no **Romance XVI ou Da traição do Conde**.

A revolta proveniente da imposição econômico-financeira imposta pela Corte Portuguesa e os conflitos surgidos nas Minas Gerais no século XVIII são comentados por Irene Hirsch (2007), em artigo intitulado **A tradução e a Inconfidência Mineira**, publicado no âmbito do congresso *The Internacional Comparative Literature Association*, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em julho de 2007. Segundo a autora:

[...] a conspiração de Minas Gerais foi desmantelada em 1789, os acusados foram presos, e Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, a figura trágica central, foi executado em praça pública e os outros foram exilados ou morreram na prisão. Os estudiosos da Inconfidência basearam suas análises sobre as atividades e os bens dos acusados nos "Autos da Devassa da Inconfidência Mineira" (ADIM), obra publicada em 1980, em 10 volumes. Ou seja, grande parte de nosso conhecimento sobre a conspiração é uma construção apoiada nos testemunhos e nas listas de bens confiscados dos insurgentes. Diferentes perspectivas procuraram explicar os motivos dos inconfidentes, e vários estudiosos descreveram-nos como sendo membros de uma elite de intelectuais idealistas que almejavam a emancipação política, enquanto que outros pesquisadores acreditavam tratar-se de colonizadores corruptos e endividados que queriam a insurreição para resolver suas dívidas pessoais (Mello e Souza, 2006: 362). Não nos interessa discutir se o movimento foi uma divergência socioeconômica ou uma conspiração que antecipou a Independência do Brasil, mas sim o fato de a base intelectual dos revolucionários ter sido informada pelas ideias do Iluminismo. Nos inquéritos dos Autos encontram-se provas concretas da circulação dessas ideias nos meios intelectuais da população. O exame das bibliotecas confiscadas revela que, apesar da ação da censura, elas

estavam repletas de livros proibidos dos filósofos franceses do Iluminismo, como D'Alembert, Brissot, Buffon, Condorcet, Condillac, Diderot, Helvetius, La Mettrie, Mably, Marmontel, Montesquieu, Raynal, Rousseau (HIRSCH, 2007, p.1, grifos da autora).

Hirsch (2007) ainda comenta que o conflito entre a Corte Portuguesa e os colonos brasileiros teve como base os ecos oriundos de embates em outras partes do mundo, como a luta pela independência dos Estados Unidos, resultante de uma relação de conflito entre ingleses e colonos norte-americanos, além, é claro, da Revolução Francesa, resultante dos conflitos entre a população pobre da França e a monarquia. Dessa forma, a autora argumenta que:

Conflitos entre as autoridades portuguesas e os brasileiros do século XVIII à época da reverberação das notícias da independência dos Estados Unidos da América são objeto de estudo de vários historiadores. A colônia de Portugal sofreu o impacto das novas ideias, que circularam na forma de discussões e livros, muitos dos quais eram traduções. Dois livros escritos em francês foram lidos pelos inconfidentes mineiros: *A Histoire philosophique et politique*, de Raynal, e o *Recueil des loix constitutives des Colonies Angloises Confédérées sous la denomination d'Etats-Unis de la Amérique Septentrionale*, uma tradução da Declaração da Independência dos Estados Unidos e das leis que antecederam a constituição estadunidense compiladas por Claude Ambrose Régnier. O livro de Régnier, elaborado para o público francês, chegou clandestinamente ao Brasil à época da Inconfidência Mineira (HIRSCH, 2007, p.1, grifos da autora).

Esses conflitos, segundo Hirsch (2007), eram nada além do que interesses pessoais de alguns colonos corruptos que queriam resolver seus problemas, como dívidas; e a outra vertente dessa revolta era a de intelectuais que almejavam a independência política e administrativa em relação à Metrópole. No Brasil Colonial, ambas as vertentes seriam usadas, contando-se em ter no seu movimento a aceitação popular, aproveitando a inquietação geral do povo e dos donos de propriedades e de lavras com perspectiva de taxaço de impostos que a Corte Portuguesa estaria por implantar na província de Minas Gerais, além do quinto já vigente. E, nesse contexto, o nome mais temido pelo povo de uma maneira geral e que estaria prestes a ser implantado era chamado de **Derrama**.

Nesse período, segundo Santos (1972) o ouro era uma das fontes que sustentava a Coroa Portuguesa, a qual cobrava um imposto de 20%, sobre a produção chamado de **quinto**. Esses valores, que eram extraídos da produção do ouro e de diamantes na região das Minas Gerais, tornaram-se um dos motivos que geraram a insatisfação, principalmente dos donos de lavras. Mesmo com a

decadência da atividade, nos meados do século XVIII, o imposto permaneceu sendo cobrado nesse mesmo valor independentemente do fato de as extrações estarem em declínio. Esse imposto deveria ser cobrado e pago em todas as regiões que exploravam o ouro em um valor que equivalia a 100 arrobas, o que era equivalente a 1.500 quilos de ouro por ano exigidos pela Coroa Portuguesa. Quando essas exigências não eram cumpridas, o que ocorria cada vez mais com frequência em função da diminuição da produção dos minérios, ouro e diamantes, soldados da Coroa invadiam vilarejos e casas em busca de bens que repusessem o equivalente a esse valor.

Insatisfeitos com a forma como a Coroa vinha agindo contra o povo mineiro, esses e mais alguns representantes começaram a compor um plano que seria executado em 1789, no mês em que a Derrama estava prevista para ocorrer. Os planos não eram bem definidos. Os insurgentes, por exemplo, em nenhum momento tiveram nos seus planos a intenção de libertação de escravizados. A ideia central era libertar Minas Gerais e implantar uma gestão republicana brasileira. A Inconfidência Mineira, na prática, era vista do ponto de observação dos elementos fortes, os inconfidentes, que almejavam mesmo a proclamação da independência apenas de Minas Gerais.

Como as reuniões se tornavam cada vez mais intensas com a aproximação da Derrama, as discussões giravam em torno das ações para colocar o plano em prática. A delação do plano à autoridade portuguesa gerou um inquérito que foi aberto contra uma possível revolta regional. As autoridades lusitanas suspenderam, então, a cobrança da Derrama que estava prevista, justamente para não propiciar motivos para uma revolta ampla da população da colônia mineira. José Silvério dos Reis foi o delator, e após confirmarem a intenção da revolta popular, os portugueses puniram o grupo, fazendo assim com que o maior movimento popular da época não chegasse ao desfecho desejado por seus idealizadores.

Kenneth Maxwell (2005), historiador britânico nascido em 1941 e especialista em relações entre Brasil e Portugal no século XVIII, em sua obra **A devassa da devassa: Inconfidência Mineira-Brasil Portugal, 1750-1808**, aborda o estudo desse momento com bastante clareza. Segundo o autor:

A coalizão de magnatas comprometidos com a revolução não era monolítica, tendo na multiplicidade de motivações e de elementos envolvidos uma debilidade potencial. Os magnatas esperavam alcançar seus objetivos sob a cobertura de um levante popular. Este dependia muito, entretanto, da situação de descontentamento geral gerada pela imposição da derrama, e embora tal reação fosse muito provável, na essência era um fator que escapava a seu controle. Os implicados eram Tomás Antônio Gonzaga, Inácio José de Alvarenga, José da Silva de Oliveira Rolim, Domingos de Abreu Vieira, Carlos Correia de Toledo e o Alferes Joaquim José da Silva Xavier (MAXWELL, 2005, p.168-169).

As punições deveriam ser exemplares, para que não houvesse repetições de atos contra o governo como o exemplo dado por ocasião da revolta de Felipe dos Santos em 1720. O Visconde de Barbacena, governador da Capitania de Minas Gerais neste período do século XVIII, observava: “Esses homens são os mais capazes e próprios que aqui conheço para tão grande maldade” (Maxwell, 2005, p. 169).

Os mais ricos e poderosos, contudo, sofreram penas com a prisão ou o exílio; o único que foi punido severamente, com a força, foi Tiradentes. Por não ter nenhuma influência poderosa, o alferes foi enforcado em praça pública e esquartejado. O mais humilde foi considerado o responsável oficial por toda a trama e se tornou o mártir que representa até hoje a história da Inconfidência Mineira na História Geral do Brasil.

O movimento ganhou fama mas nunca foi, de fato, algo bem articulado e preciso. Foi um símbolo de resistência e força para Minas Gerais, assim como outros movimentos em outros estados.

Acerca da derrama, o mencionado historiador Maxwell (2005), pondera no sentido de que o conflito em Minas Gerais foi o

[...] resultado das divergências socioeconômicas entre Minas Gerais e Portugal da clássica contradição de grupos de interesse colonial e metropolitanos. Todo o episódio, parece-me, teve a importância crítica devida a seu impacto sobre a elite branca do Brasil e na política imperial do governo metropolitano (MAXWELL, 2005, p.14).

Esse foi, portanto, o cenário da História do Brasil sobre o qual incidiram as investigações e pesquisas empreendidas por Cecília Meireles durante quatro anos de imersão no estudo desse momento histórico, político e social do Brasil Colônia, com o objetivo de dar azo à recriação de uma realidade que se encontra inscrita nas linhas poéticas do **Romanceiro da Inconfidência** (2015),

configurando o que poderíamos afirmar tratar-se de um efetivo encontro da Literatura com a História.

Qual desafio teria levado Cecília Meireles a escrever o **Romanceiro da Inconfidência** (2015), qual o porquê?

Como a autora mesma comenta – durante a já mencionada Conferência proferida na Casa dos Contos – quando de sua visita a Ouro Preto em 1938 com o objetivo de cobrir em caráter jornalístico o evento religioso da Semana Santa, uma vez exposta ao clima das ruas, das pessoas em seus trajes bucólicos, ao ar que a contaminou, a autora, na sua alma poética, deixou-se levar aos anos setecentos. Por ocasião de suas andanças pelas ruas da antiga Vila Rica, a atmosfera do século XVIII a envolveu e a fez lançar-se nas pesquisas de livros, manuscritos e tudo que retratasse aquele período, em uma busca frenética dos fatos que trouxeram à tona o **Romanceiro**.

Podemos observar, assim, que a poesia se aproxima da História, desempenhando importante papel de, pela via da criação artística, possibilitar ao leitor o conhecimento de fatos relacionados à vida do nosso país. Desse modo, vale ressaltarmos as reflexões de Otavio Paz (2012), em seu livro **O arco e a lira**, quando o autor nos dá a ideia de como podemos descrever um momento histórico e transformar este ato em algo que consegue absorver um conteúdo dramático, como o movimento da Inconfidência Mineira, em um painel literário de extrema beleza, ou seja, um conjunto de narrativas rimadas que encerra uma sequência de fatos inteiramente ligados pela poesia. Conforme Paz (2012):

A poesia é conhecimento, salvação, poder, abandono. Operação capaz de mudar o mundo, a atividade poética é revolucionária por natureza; exercício espiritual, é um método de libertação interior. A poesia revela este mundo; cria outro. Pão dos escolhidos; alimento maldito. Isola; une. Convite à viagem; retorno à terra natal. Inspiração, respiração, exercício muscular. Prece ao vazio, diálogo com a ausência: o tédio, a angústia e o desespero a alimentam. Oração, ladainha, epifania, presença. Exorcismo, conjuro, magia. Sublimação, compensação, condensação do inconsciente. [...] Expressão histórica de raças nações, classes. Nega a história: em seu seio todos os conflitos objetivos se resolvem e o homem finalmente toma consciência de ser mais que passagem. Experiência, sentimento, emoção, intuição, pensamento não dirigido. Filha do acaso; fruto de cálculo. Arte de falar de uma forma superior; linguagem primitiva. Obediência às regras; criação de outras. Imitação dos antigos, cópia do real, cópia de uma cópia da ideia. Loucura, êxtase, logos. Retorno à infância, coito, nostalgia do paraíso, do inferno, do limbo. Jogo, trabalho, atividade ascética. Confissão. Experiência inata. Visão, música, símbolo. Analogia: o poema é um caracol onde ressoa a música do mundo e do mundo e metros e rimas são apenas correspondências, ecos da

harmonia universal. Ensinamentos, moral, exemplos, revelação, dança, diálogo, monólogo. Voz do povo, língua dos escolhidos, palavra do solitário. Pura e impura, sagrada e maldita, popular e minoritária, coletiva e pessoal, nua e vestida, falada, pintada, escrita, ostenta todos os rostos mas há quem afirme que não possui nenhum: o poema é uma máscara que oculta o vazio, bela prova da supérflua grandeza de toda obra humana! (PAZ, 2012, p. 21)

Cecília Meireles, de acordo com o crítico Hélio Pólvora (2015), em ensaio intitulado **Cecília dos inconfidentes**, antecipou-se à abertura do Modernismo para os assuntos e temas de caráter universal. Segundo o teórico: “Houve uma simbiose normal entre os pensamentos de Cecília e o tema da liberdade ensaiado em Minas pelo alferes José Joaquim e seus companheiros de conjuração. Uma revolução de românticos” (PÓLVORA apud SEFFRI, 2015, p. 281).

Darcy Damasceno (2015), por sua vez, em ensaio intitulado **Guia do leitor do Romanceiro da Inconfidência**, dá o seu depoimento sobre o trabalho de Cecília Meireles, declarando que:

Em suas linhas mestras, o Romanceiro da Inconfidência exhibe uma bem lograda combinação de dados históricos e elementos inventivos, de relato, monologação e diálogo, de planos temporais e espaciais. Um fio narrativo passa através dessa centena de romances sem que a ação se sobreponha à reflexão; cortes periódicos ora determinam a mudança de ambiente ou de figuras, ora permitem ao narrador surgir frente ao público e sugerir-lhe nova situação dramática (DAMACENO, 2015, p. 269).

Dando prosseguimento aos seus comentários Damasceno (2015) demonstra no **Romanceiro da Inconfidência** (2015) o retrospecto de um cenário que aborda a descoberta do ouro e o trabalho servil, temas que se relacionam ao tema pesquisado e desenvolvido no presente trabalho de dissertação. De acordo com Damasceno (2015):

Na primeira parte (romances 1-19), iniciada pela evocação do sacrifício de Tiradentes e por um retrospecto do cenário em que surgiu a conjuração, entrelaçam-se motivos folclóricos e tradicionais: a descoberta do ouro, o trabalho servil, o espírito aventureiro, etc. A rememoração de certos episódios, como o da donzela assassinada pelo pai, a destruição de Ouro Podre, a troca dos “quintos”, o requesto de que foi agente o ouvidor Bacelar, prepara o clima de violência em que fermentarão as ideias libertárias. Sente-se na sucessão de tais fatos a força incontrolável da ambição deformando caracteres, armando braços e toldando espíritos. A história do abastado contratador João Fernandes e da Chica da Silva, que são levados à desgraça pela cobiça do Conde de Valadares, mostra bem a que ponto a riqueza da terra influía no coração dos homens (DAMACENO apud SEFFRIN, 2015, p. 269, grifos do autor).

No **Romanceiro da Inconfidência** (2015), Cecília Meireles mescla a História pura com elementos inventivos de relatos, monologação e diálogos, de planos temporais e espaciais de maneira forte e expressiva. A poetisa entrelaça as mãos da Literatura com as da História, entrelaça ficção poética com realidade histórica. Nesse sentido, vale remontar às palavras de Chartier (2014), por meio das quais o teórico argumenta:

Sempre pensei, e ainda penso, que os labores do historiador ou historiadora atendem a duas necessidades. Eles devem propor novas interpretações de problemas claramente definidos, mas também dialogar com colegas estudiosos das vizinhas disciplinas de Filosofia, Crítica Literária e Ciências Sociais de modo a estar mais bem armados para refletir sobre suas próprias práticas e sobre os rumos para os quais a disciplina dirige. É nesta condição que a história pode ajudar na construção de um conhecimento crítico do nosso próprio presente (CHARTIER, 2014, p. 15).

A poetisa carioca construiu um livro – que podemos afirmar tratar-se de uma obra altamente didática – no qual História, poesia e linguagem se juntam no mais perfeito conluio para a materialização de um poema nacional em que o ouro toma o seu lugar e incita a ambição, a luxúria, a traição, a cobiça, a inveja, a hipocrisia e ata as tramas individuais.

Lembrando Paz (2012), ao afirmar que “A poesia não é a soma de todos os poemas. Cada criação poética é uma unidade autossuficiente. A parte é um todo. Cada poema é único, irreduzível e inigualável” (PAZ, 2012, p. 23), podemos perceber essa característica entre os oitenta e cinco romances que compõem a obra objeto de estudo neste trabalho de dissertação.

Obra panorâmica no mais legítimo sentido, o **Romanceiro da Inconfidência** (2015) deixa perceber, nos versos de Meireles (2015), cinco partes bem claras e definidas: a do ambiente, a da trama e da frustração, a da morte dos personagens principais, a do infortúnio de alguns personagens e, por fim, a da presença da rainha D. Maria no Brasil (DAMASCENO apud SEFFRIN, 2015).

Para ilustrarmos esses elementos, interessante observarmos os versos do romance **Fala dos inconfidentes mortos**, como se segue:

Fala aos Inconfidentes mortos

Treva da noite,
lanosa capa
nos ombros curvos

dos altos montes
aglomerados...
Agora, tudo
jaz em silêncio:
amor, inveja,
ódio, inocência,
no imenso tempo
se estão lavando...
Grosso cascalho
da humana vida...
Negros orgulhos,
ingênua audácia,
e fingimentos e covardias
(e covardias!)
vão dando voltas
no imenso tempo,
- à água implacável
do tempo imenso,
rodando soltos,
com sua rude
miséria exposta...

Parada noite,
suspensa em bruma:
não, não se avistam
os fundos leitos...
Mas, no horizonte
do que é memória
da eternidade,
referve o embate
de antigas horas,
de antigos fatos,
de homens antigos.

E aqui ficamos
todos contritos,
a ouvir na névoa
o desconforme,
submerso curso
dessa torrente
do purgatório...

Quais os que tombam,
em crime exaustos,
quais os que sobem,
purificados? (MEIRELES, 2015, p. 235)

Na primeira parte, a da retratação do ambiente, visualizamos no **Romanceiro da Inconfidência** (2015) um dos fatores que é uma das bases desse trabalho dissertativo, qual seja, a descoberta do ouro, associada às formas de extração desse metal precioso por meio do processo produtivo, à utilização do trabalho escravizado nesse mister e à sua importância para o crescimento da Capitania de Minas Gerais.

Conforme assevera Turchi (1999), a relação entre poesia e História no **Romanceiro da Inconfidência** (2015) é estabelecida pelo poder da metáfora. A teórica em questão inicialmente problematiza a representação do tempo histórico no **Romanceiro**, para depois concluir que a obra busca o universal com base no regional. Nas palavras da autora:

Como é possível falar em representação da história da Inconfidência Mineira em um texto que, mesmo optando pela forma de romanceiro, conjunto de narrativas rimadas, de origem épico-lírica, é essencialmente lírico? Esta indagação vai apontar para o fato de que Romanceiro da Inconfidência, de Cecília Meireles, se realiza numa dupla direção: uma, imediatamente histórica, e outra, que se aprofunda no mistério existencial. Na verdade, porém, trata-se de duas direções numa só, porque, se de uma parte os fatos históricos ligados à Inconfidência Mineira aconteceram no passado, fazendo parte de um destino supra individual e coletivo, por outro lado, encarnam e comprovam o drama do homem singular, situado em qualquer tempo. Já na Poética, Aristóteles afirmava que a obra do poeta não consiste em contar o que aconteceu, mas o que podia acontecer. A distinção estabelecida entre o historiador e o poeta, embora Aristóteles não se estivesse referindo ao poeta lírico, é que o primeiro narra acontecimentos, relato de fatos particulares, e o outro narra fatos que podiam acontecer, portanto, representação de verdades gerais (TURCHI, 1999, p.137).

Sobre esse aspecto, concordamos com a teórica no sentido de que o tema abordado no **Romanceiro da Inconfidência** (2015) tem um caráter universal partindo de fatos descritos em caráter regional. Segundo Turchi (1999), “É certo que o Romanceiro da Inconfidência busca o universal e, através de conexões íntimas, alcança temas recorrentes na poesia de Cecília Meireles” (TURCHI, 1999, p.137).

A mesma pesquisadora argumenta que a criação do trabalho de Meireles (2015) – citando a historiografia como elemento que reduz de maneira substancial a distância entre História e ficção, oriunda de um texto de caráter literário como o **Romanceiro** (2015) – teve como base as histórias e as lendas pertencentes àquele momento e que, somadas às fontes e aos documentos oficiais, levaram a poetisa à elaboração de sua narrativa poética.

Para corroborar suas afirmações, Turchi (1999) remonta às palavras da poetisa, em conferência proferida em Ouro Preto, em 20 de abril de 1955, por meio das quais Meireles irá afirmar que suas pesquisas e sua escrita duraram quatro anos, os quais foram

[...] de quase completa solidão, numa renúncia total às mais sedutoras solicitações, entre livros de toda espécie relativos ao especializadamente século 18 – ainda parecem curtos demais para uma obra que se desejava o menos imperfeito possível – porque se impunha, acima de tudo, o respeito por essas vozes que falavam, que se confessavam, que exigiam, quase o registro de sua história (MEIRELES apud TURCHI,1999, p.138).

Nesse sentido, ainda conforme reflexões de Turchi (1999), a poetisa, tentando resgatar as várias vozes do passado, realiza o que Dominick La Capra postula como tarefa do historiador: desenvolver um diálogo que possibilite ultrapassar as estruturas que definem esse passado; deixar vir à tona a fantasmagórica pulsação de significados alternativos. Atitudes que se assemelham, neste contexto, à do historiador e à da poeta diante das fontes históricas, vão, no entanto, produzir narrativas de natureza diferente (TURCHI,1999, p.139).

Por sua vez, Leonardo Paiva Fernandes, em seu artigo intitulado **O “entre-lugar” no Romanceiro da Inconfidência: a retratação de Chico Rei e Chica da Silva** (1982), considera que a obra **Romanceiro da Inconfidência** (2015)

[...] circula entre os cânones de nossa literatura. Ao retratar a Conjuração Mineira ocorrida em Vila Rica no século XVIII, a autora traça um panorama literário, cultural e político da época. Para tanto, ela utiliza a forma romance (não o gênero em prosa que se consolida no século XIX, mas a composição literária em versos de origem popularesca ibérica) para construir o seu romanceiro (FERNANDES,1982, p. 280, grifo do autor).

Além disso, Fernandes (1982) aborda com propriedade um ponto que a poetisa insere nas linhas do **Romanceiro da Inconfidência** (2015), ou seja, procede à problematização da presença marginalizada do negro escravizado oriundo da África no contexto da Inconfidência Mineira. Assim, o autor argumenta:

A nossa hipótese básica é a de que, ao escrever a obra canônica **Romanceiro da Inconfidência**, Cecília Meireles utilizou elementos culturais relegados à marginalidade. A característica cultural a ser estudada é a presença do negro na obra. Também será analisado como Meireles exalta os personagens negros e seus costumes. O questionamento secundário que fazemos é: o que pretende a autora ao exaltar o negro em **Romanceiro da Inconfidência**? A exaltação de certas culturas, como a negra, reforça o ideal híbrido da obra. Ao cantar o passado, Cecília Meireles deu voz a personagens esquecidos e relegados a meras citações históricas no século XVIII, mas que tiveram participação importante na história e na construção cultural brasileira (FERNANDES, 1982, p.281).

Esta obra da poetisa ganha relevo na Literatura Brasileira, principalmente no que diz respeito à importância que a autora dá à representação da presença do escravizado africano na cena da mineração na Capitania das Gerais. Tal procedimento coaduna-se com muito do que o professor Édimo de Almeida Pereira (2009) coloca em discussão nas linhas do artigo a que dá o título de **O discurso de exclusão do negro no Brasil**. Pereira (2009) chama a atenção para o fato de que:

No final do século XVI, conforme aponta Bernd (1988) a transferência de todo um contingente de negros escravizados para as Américas, colocou em contato, nos numerosos postos de trabalho, indivíduos oriundos de variadas regiões da África, portadores, portanto, de culturas, costumes, religiões e, principalmente, de línguas diferentes. Essa situação – associada ao processo de catequese dos cativos levado adiante pela Igreja, – obrigou-os a adotarem a língua do branco como uma das formas de viabilizar a comunicação, o que contribuiu para que se desse, ao longo das gerações, uma forçada adaptação do negro ao novo ambiente, num crescente percurso que havia fragmentado o seu contato com as próprias origens (PEREIRA, 2009, p. 33).

O referido professor prossegue afirmando que “[...] a substituição da língua, ou das línguas do africano pela do branco, enquanto fator de desagregação da noção de identidade, foi sempre acompanhada de um discurso de exclusão gerado nessa mesma língua” (PEREIRA, 2009, p. 33), o que se revela “[...] num expediente voltado para a ‘inferiorização’ e a ‘reificação’ do negro, de modo a justificar a relação de domínio exercida pelo branco” (PEREIRA, 2009, p. 33, grifos do autor).

Conforme procuramos demonstrar neste trabalho de dissertação, os negros foram o elemento de fundamental importância para o desenvolvimento das técnicas de mineração no Brasil Colonial, principalmente quando abordamos o fator produção, a contrapelo de toda a atividade discursiva do colonizador no sentido de destituir os indivíduos oriundos das culturas africanas da condição humana que traziam. De certo modo, esse seria um aspecto que corrobora a argumentação de Pereira (2009) no sentido de que

Na língua do branco fomenta-se um discurso deste como dono, civilizado, superior, antagonicamente posicionado à forjada imagem do negro como ser atrasado, passível de ser reduzido à condição de máquina de trabalho e de besta afeita à barbárie (PEREIRA, 2009, p.33).

Mediante esse quadro, podemos asseverar que Meireles (2015), por meio do **Romanceiro da Inconfidência**, conduz o leitor a notar a necessidade de valorização da *persona* e da presença do negro no contexto social do Brasil Colônia – o que se estende também a contexto social brasileiro contemporâneo – exaltando as culturas desses indivíduos, aspectos que, todavia, eram marginalizados na capitania de Minas Gerais no Brasil colônia do século XVIII.

3 DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Educação é uma descoberta progressiva de nossa própria ignorância.

Voltaire

Para estabelecermos um quadro que reporte a todo o envolvimento do processo produtivo na exploração do ouro nas Minas Gerais do século XVIII, é necessário retornarmos ao momento da descoberta do Brasil por Portugal. O teórico Olintho Pereira da Silva (1995), em seu artigo **A mineração em Minas Gerais: passado, presente e futuro**, mostra de forma bastante clara qual era a atitude da Corte Portuguesa em relação ao Brasil Colônia no início do século XVI. Conforme Silva (1995):

A descoberta do Brasil não despertou em Portugal, nas primeiras décadas que a seguiram, qualquer grande interesse exploratório. A pequena e grande nação ibérica estava mais interessada no desenvolvimento de seus canais comerciais que abasteciam a Europa com produtos orientais, as especiarias. Foi, certamente, o sucesso das conquistas espanholas, no México e no Peru, que motivaram os interesses portugueses a explorar suas novas terras americanas, sem esquecer, também, as motivações religiosas advindas da Contra-Reforma, procurando compensar as perdas de espaço no Norte da Europa pela evangelização católica dos povos recém descobertos (SILVA,1995, p.77).

Acerca do processo de colonização espanhola nas Américas, podemos afirmar que o mesmo se deu de forma bastante diferenciada ao que ocorreu por parte do reino de Portugal. Nesse sentido, Silva (1995) assevera que:

O sucesso das empreitadas espanholas foi facilitado pelas conquistas de povos culturalmente avançados, já conhecedores dos metais por outro povo que, também, já possuía certa tradição de indústria mineral. No Brasil foi diferente. As Entradas, organizadas por um povo sem tradição mineral, encontraram um povo que desconhecia o metal. Não havia tesouros a serem saqueados. O único produto das expedições exploratórias foi a escravidão do índio encontrado (SILVA,1995, p.77).

Na verdade, o fator índio, de acordo com Silva (1995) aparece no início de século XVI nos primórdios da colonização brasileira como elemento fundamental para a Corte Portuguesa e, dessa forma, o indígena, foi escravizado com o intuito de servir como força de trabalho nas atividades iniciais de exploração das

riquezas do continente recém-descoberto, entre os quais podemos a extração do pau-brasil que, no momento, era um item importante para as finanças portuguesas. Entretanto, esses indígenas escravizados não traziam nenhum conhecimento sobre a mineração, fator que iria impactar na importância do processo produtivo da exploração do ouro e que traria no negro escravizado vindo da África o elemento necessário para tal. Isso iria ocorrer somente no momento da descoberta desse mineral no início do século XVII, gerando uma necessidade de mão de obra com conhecimento sobre o assunto. Complementando suas assertivas sobre esse momento, Silva (1995) afirma que:

A situação se modificou quando foram encontrados os ricos aluviões auríferos de Minas Gerais, já no século XVII, onde o pouco conhecimento da arte da mineração era compensado pela riqueza do jazimento e facilidade de extração do metal, liberado e grosseiro. Além disso, escravos trazidos de regiões africanas frequentadas por árabes conheciam princípios de mineração aprendidos com esses povos. Esta foi certamente a primeira importação de tecnologia da mineração brasileira (SILVA, 1995, p.77).

Quando estabelecemos uma reflexão a respeito da importância do negro escravizado, de origem africana, nos diversos sistemas de produção econômica no Brasil Colonial nos séculos XVII e XVIII, não podemos deixar de considerar os diversos processos de produção tanto na exploração do ouro, e diamantes, como na produção do açúcar e do fumo, itens importantes na economia daqueles períodos. Sob esse viés, há que considerarmos que o negro está inserido dentro de um processo econômico chamado processo produtivo, no qual um dos elementos mais relevantes dentro do sistema de mineração é a mão de obra. Na produção, quer seja na agricultura como o açúcar e o fumo, quer seja dentro da mineração, como no caso do ouro e dos diamantes, o fator humano está sempre presente, independentemente de qual seja o período histórico considerado ou os processos de produção analisados. Sejam eles arcaicos ou modernos, a mão de obra é um fator que estará sempre presente.

Nos séculos XVII e XVIII, na atividade de mineração, principalmente na captação e produção desse meio econômico vital para a economia da Corte Portuguesa, o elemento humano negro escravizado era um fator que contribuía com 97% do contingente de mão de obra necessária. No **Romanceiro da**

Inconfidência (2015), Meireles não só aborda esse aspecto da produção, como também o fator social decorrente da utilização dessa mão de obra africana.

Dentro desse contexto, não podemos deixar de citar o trabalho dos tropeiros – outra voz silenciosa e excluída também resgatada por Cecília Meireles. Há que se reconhecer o trabalho desses indivíduos, pertencentes à margem da sociedade da época, que consistia em levar, no lombo de animais e pelas trilhas e picadas do caminho real em direção ao Rio de Janeiro, a riqueza oriunda da região das Minas Gerais, situação que, no processo moderno de produção, chamamos logística de escoamento.

A professora Iolanda Cristina dos Santos (2018), em seu artigo **O riso no Romanceiro da Inconfidência**, aborda a questão da identidade desses personagens socialmente marginalizados no âmbito dos anos setecentos, mas não menos importantes em sua atuação. Segundo Santos (2018), os tropeiros eram

Homens simples, dedicavam-se ao trabalho de conduzir caravanas de animais de carga, levar mercadorias para venda e troca. Levando dias para chegar de um lugar a outro, os tropeiros conheciam bem cada pedaço dos caminhos por onde passavam, e sempre cruzavam com viajantes que iam e vinham. Desta forma, tinham conhecimento das notícias, porque estavam sempre de lugar em lugar, contactando com diversos viajantes.

Portadores de cargas e de mercadorias, os tropeiros trazem uma mensagem especial nesses “Romances”. São os narradores que, além de descreverem a passagem de Tiradentes, fazem comentários sobre ele, sobre a impressão que lhes causa a sua figura e suas palavras. Eles revelam, de certa forma, o perfil da situação de Minas Gerais naquele específico momento. O poeta não se esquece de caracterizar com especial simplicidade esses tropeiros mineiros, perfilando-os com o riso, que é a sua marca nos poemas. Compondo a galeria dos personagens folclóricos do Romanceiro, os tropeiros assumem papéis ambíguos, ao narrarem os fatos e ao expressarem o seu riso repleto de significado (SANTOS, 2018, p.1, grifo da autora).

Dentro dessa perspectiva vale mencionarmos o posicionamento de Roberto Borges Martins e Octavio Elísio Alves de Brito (1989), na obra **A história da mineração no Brasil**, na qual os autores analisam como era a tecnologia utilizada na extração do ouro no século XVIII, registrando que:

[...] os primeiros mineiros eram na verdade catadores de ouro, não existia nenhuma tecnologia nesta operação, usavam pratos de estanho ou gamelas de madeira e recolhiam pequenas porções de cascalho nos córregos rasos ou revolviam com paus pontudos os leitos descobertos

pela baixa das águas nas estiagens e com os seus dedos catavam os graus de ouro visível a olho nu.

Este processo foi aperfeiçoado com a adoção da bateia, introduzida pelos negros escravizados africanos e que representavam um avanço no processo de mineração. Nos serviços de rio o método mais comum consistia em desviar as águas através de pequenas barragens e canais alternativos de modo a expor o leito original. O cascalho era então extraído com ferramentas manuais, alavancas, cavadeiras e almocafres e desta forma o material era transportado em pequenos caixotes de madeira chamados de carumbês que os negros carregavam na cabeça. Os carumbês eram também usados para retirar a água que se infiltrava nas escavações.

Nos rios maiores e mais profundos usava-se dragar o cascalho com uma ferramenta simples, uma combinação de cavadeira e puçá, munida de um longo cabo. Do barco o operador revolia o leito do rio e recolhia o cascalho no saco de couro. Não era um processo que podemos chamar de produtivo, mas na época era usado (BRITO; MARTINS, 1989, p.20).

O interessante é que esse mesmo processo, nos dias de hoje, pode ser observado, por exemplo, na cidade de Juiz de Fora, quando da extração de areia lavada para a construção civil, diretamente do leito arenoso do rio Paraibuna.

Brito e Martins (1982) ampliam a descrição do processo de produção aurífera nas Minas Gerais, acrescentando que:

Os serviços de tabuleiros eram mais fáceis que os de rio, pois se trabalhava em terra. Quando o cascalho rico não jazia a grande profundidade, a varredura das camadas estereis que o cobriam era feita por um método hidráulico. Fazia-se passar pela superfície do tabuleiro uma corrente de água, através de canais escavados para esse fim, enquanto os escravos remexiam a terra e o cascalho com seus almocafres para facilitar o deslocamento das partes mais leves, que eram carregadas pela água, expondo assim a jazida de cascalho aurífero.

Outro sistema era o das catas. A cata era uma escavação a céu aberto de formato afunilado. À medida que se aumentava a profundidade do buraco a abertura ia sendo alargada para manter a inclinação e desta forma poder trabalhar e tirar o cascalho aurífero (BRITO; MARTINS, 1989, p. 20).

Esses eram alguns métodos de produção utilizados no século em referência, contudo, fica claro que em qualquer método empregado era necessário um contingente bastante elevado de pessoas para essas operações e, dessa forma, estava inserida no processo a necessidade de utilização de mão de obra escravizada. Assim, o escravizado africano vinha, de modo contundente e importante, não apenas pela força laboral, mas principalmente pelo seu conhecimento, suas heranças culturais, suas experiências e *expertise*, suprir a carência de mão de obra especializada nesse processo.

Tendo em vista a presença negra na cadeia de produção mineralógica portuguesa em terras das Gerais, este trabalho de dissertação vislumbra, no **Romanceiro da Inconfidência** (2015), a possibilidade de considerar as especificidades da produção, dentre elas a mão de obra especializada dos negros, como elemento da atividade econômica da sociedade da época, uma vez que essa presença africana encontra-se dentre os tantos aspectos abordados por Meireles (2015) neste poema.

A função produção, entendida como o conjunto de atividades que levam à transformação de um bem tangível ou não em outro com maior utilidade, acompanha o homem desde a sua origem.

Nesse sentido, e para alcançarmos uma noção do que seja produção, vale recorreremos às informações de Petrônio Garcia Martins e Fernando Piero Laugeni (2005), na obra intitulada **Administração da produção**, em que os autores afirmam que:

[...] quando polia a pedra a fim de transformá-la em utensílio mais eficaz, o homem pré-histórico estava executando uma atividade de produção. Nesse primeiro estágio, as ferramentas e utensílios eram utilizados exclusivamente por quem os produzia, ou seja, inexistia o comércio, mesmo que de troca ou escambo (MARTINS; LAUGENI, 2005, p. 2).

Vale estender esse raciocínio para a produção aurífera e diamantífera. A produção tem a ver com o sistema capitalista de acumulação de riquezas pelas nações e pelos indivíduos, estando inserida em um contexto no qual temos as variáveis que compõem um processo produtivo tais como matéria prima, diversas despesas que ajudam no processo e a mão de obra, esta considerada como de fundamental importância em qualquer processo, quer seja nos anos setecentos, quer seja nos dias atuais.

Observada, então, a possibilidade de acumulação de riquezas pelas sociedades e pelos indivíduos, é importante pensarmos na produção do ouro no Brasil Colônia e a relação desse processo com o enriquecimento da Metrópole Portuguesa, evidenciando-se que esse fator era de real interesse para a Corte, e a mão de obra utilizada nas minas era a variável que denotava maior necessidade.

Sendo assim, nas subseções que se seguem, este trabalho de dissertação estará voltado para as especificidades que caracterizaram a exploração do ouro nas Minas do Brasil Colonial, o que a poetisa Cecília Meireles na obra **Romanceiro da Inconfidência** (2015) tanto enfatiza em diversos de seus versos.

3.1 A PRODUÇÃO DO OURO NO BRASIL NOS ANOS SETECENTOS

No século XVIII, na economia do Brasil Colônia, desde a sua descoberta em 1500 e o seu desbravamento por meio das Entradas e Bandeiras, além do extrativismo do pau-brasil, diversas outras tentativas de desenvolvimento de atividade produtiva que gerassem lucro tinham representatividade, sendo que, na maioria delas, a força de trabalho inicial utilizada foi a do indígena. Maria Hilda Baqueiro Paraíso, professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, em seu artigo **De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII**, apresenta uma visão do pensamento dos colonizadores do século em questão no que toca à arregimentação de mão de obra que permitisse o desenvolvimento de suas atividades exploratórias, destacando o seguinte:

Para melhor contextualizarmos a escravidão indígena, devemos pensar a conquista e colonização pelo ângulo das ideias dos colonizadores. Para esses homens, o Brasil era a oportunidade através da qual poderiam obter poder, força, prestígio e riqueza aos quais não podiam acessar em Portugal. Boxer (1973) também chama a atenção para o afã de nobreza e crença na possibilidade de atingi-la no novo espaço e para o preconceito contra o trabalho manual como elementos que devem ser considerados nessa análise. Nesse projeto de rápido enriquecimento, a questão da mão-de-obra era fundamental. Carentes de grandes capitais para investir, os colonos viam no trabalho indígena a grande solução, principalmente por sua abundância e a exigência de baixos investimentos para sua obtenção (PARAÍSO, 1993, p. 181).

Dessa forma, na cultura da cana-de-açúcar e do tabaco, que tornaram o nosso território um teatro de grandes choques culturais, o índio apesar desses choques, foi o elemento chave para essas atividades exploratórias. Posteriormente, a exploração das jazidas de ouro e de pedras preciosas no início do século XVI teve começo entre paulistas e portugueses e tornou-se, principalmente no território mineiro, motivo para as mais fortes rivalidades, as quais, não raro, geravam sangrentos conflitos.

O principal elemento que, já em meados do século XVII, podia oferecer nesta parte do território uma atração econômica de enorme rentabilidade, eram as minas, gerando um processo de atração de aventureiros de vários pontos do Brasil e de Portugal, sobretudo, de diversificadas origens sociais, que alimentavam a doce esperança de rápido e fácil enriquecimento.

Nesse sentido, Tania Maria Ferreira de Souza e Liana Reis (2006), em artigo intitulado **Técnicas mineratórias e escravidão nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX: uma análise comparativa introdutória**, ratificam essa afirmação ao exporem que:

A mineração foi a atividade nuclear, mas não única da economia mineira, responsável pelo rápido processo de ocupação e urbanização da capitania de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Entretanto, a historiografia mineira e sobre Minas que aborda a atividade mineratória é lacunar no resgate de vários de seus aspectos, tais como o desenvolvimento das técnicas, a mão de obra empregada e a distribuição das datas entre homens e mulheres, livres e libertos que se arriscaram na aventura mineradora em busca do enriquecimento fácil. Reconstruir, do ponto de vista historiográfico, ainda que de forma parcial, a técnica utilizada no processo minerador constitui o primeiro passo para reconstituir esse importante segmento econômico, que contribuiu significativamente para tornar a região das Minas, a mais atraente e populosa da América Portuguesa, em finais do Setecentos.

A importância histórica do ouro, sintetizada no século XVIII por seu papel destacado nas relações entre Colônia e Metrópole, vem desde a última década do século XVII, quando centenas de jazidas aluvionares do metal precioso foram descobertas nos córregos e ribeirões das cercanias de Ouro Preto, Mariana, Sabará e Caeté, provocando o primeiro grande rush minerador da história do Brasil. Seguiram-se anos de escavações, ainda no Setecentos, e a corrida do ouro teve profundo impacto na vida da colônia e da própria metrópole, expandindo a região mineradora em todas as direções, atraindo milhares de pessoas de todas as condições e cantos do país e estimulando, inclusive, a emigração europeia (SOUZA; REIS, 2006, p.1).

Ampliando suas observações, Souza e Reis (2006) apresentam-nos uma visão de que – apesar de certa decadência a partir de meados do século XVIII, no que toca à extração do ouro na capitania das Minas Gerais, verificada após muitos anos de intensa atividade – podia-se observar que a operação de produção continuava de forma bastante forte mesmo com essa queda, portanto ainda era considerado um fator extremamente importante para a economia da Colônia e da Corte Portuguesa. Avaliando o impacto da disseminação do ouro na Capitania das Minas Gerais da época. Conforme assevera a autora,

[...] basta observar, para Martins e Brito (1989), que, em 1814, com a mineração em franca decadência e total refluxo, ainda havia mais de quinhentas lavras em operação distribuídas por 138 distritos e 49 freguesias (SOUZA; REIS, 2006, p.1).

O ouro foi o impulsionador do crescimento de cidades como Vila Rica, Sabará, Congonhas, Caetés e de demais. Neste momento o negro escravizado oriundo da África tornou-se nos séculos XVII e XVIII a mola deste desenvolvimento. Esse quadro de desenvolvimento teve um profundo impacto na vida da Colônia e na da própria Metrópole. Foi tamanha a imigração, tanto no exterior como dentro da própria Colônia, que Portugal foi obrigado a restringir severamente a imigração para o Brasil em 1720 (MARTINS; BRITO, 1989).

Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto, que estava dentro do contexto de importância no controle da extração do ouro na região das Minas Gerais, fora escolhida pela Corte portuguesa através de lei criada por D. João V – junto com outras quatro cidades, quais sejam, Serro, Sabará e São João Del’Rei – para a instalação das Casas de Fundição, casas estas que controlavam o método de arrecadação do quinto, imposto criado para retirar das colônias a parte que cabia a Portugal. Tal imposto, além de outras formas de tributação da produção aurífera e diamantífera, passou a ser, depois de certo tempo, considerado opressivo, conforme anteriormente assinalado no presente trabalho de dissertação, dando dessa forma origem ao movimento intitulado Inconfidência Mineira, base histórica para a escrita do **Romanceiro da Inconfidência** (2015), pelas mãos de Cecília Meireles.

Quando se fala em produção, diversos fatores devem ser levados em consideração dentro do sistema, qualquer que seja o tipo de processo produtivo, como, por exemplo: os equipamentos, a infraestrutura, a matéria prima e, principalmente, a mão de obra.

De acordo com Souza e Reis (2006), no que tange à mão de obra que se fazia presente nas Minas Gerais da época,

[...] a maior parte empregada na mineração parece ter sido composta por escravos. Segundo os autores Martins e Brito (1989), apenas 3% dos mineradores eram livres. De fato, os escravos, símbolo de status social, eram utilizados em qualquer atividade econômica desenvolvida nos períodos colonial e imperial, desde aquelas tarefas que exigiam exclusivamente força física até aquelas que pressupunham conhecimentos e saberes trazidos da África ou aprendidos no Brasil. Ao que parece, muitas técnicas, senão a maior parte delas, usadas e

indispensáveis nas várias etapas do processo mineratório – extração, remoção e beneficiamento – foram trazidas pelos escravos africanos, como bateia, canoas e carumbé (SOUZA; REIS, 2004, p. 4).

Vale ressaltar, nas anotações de Souza e Reis (2006) a partir de Martins e Brito (1989), a importância dos conhecimentos e saberes trazidos da África pelos negros escravizados, aspecto que faz ressaltar a relevância desses indivíduos – embora destituídos dessa condição pelo regime escravista – no processo de produção que tanto enriqueceu as nações europeias, pela via direta, de países como Portugal, e pela via indireta, de sociedades como a inglesa, a holandesa e a espanhola.

Nesse sentido, conforme afirmam as teóricas Souza e Reis (2006):

[...] cumpre lembrar que o processo de fundição do minério aurífero e de ferro, com utilização de fornalhas e foles, já era conhecido e usual no continente africano, como na África Central, hoje Zimbábwe, antes de 1500. Nas palavras de Davidson Basil este fato “revela a capacidade inventiva dos Africanos, pois o princípio básico destas fornalhas não diferia do dos fornos modernos”. Certo é que essas técnicas de extração e beneficiamento, consideradas rudimentares pelos cientistas e mineralogistas do Oitocentos, embora com baixa produtividade se comparada ao século XIX, enriqueceram muitos senhores e libertaram muitos escravos. Isto porque os cativos mineradores, em algumas regiões de mineração, eram estimulados (sistema de jornal) a tornarem-se produtivos podendo acumular pecúlio próprio para compra de sua alforria (SOUZA; REIS, 2004, p. 4, grifo das autoras).

Toda essa especificidade da mão de obra negra no processo de produção do ouro nos leva a refletir acerca da importância da presença identitária do escravizado na conformação da sociedade da época, visto que era a base da cadeia de produção daquele período, estando sobre seus ombros a carga de trabalho que sustentava a economia não só da Colônia como também da Metrópole.

É bom verificarmos que a posição no sentido de que a *expertise* do negro escravizado africano era elemento de importância na mineração colonial contrapõe-se ao entendimento de alguns autores, cuja visão sobre a transplantação forçada desses elementos oriundos da África discorda acerca de aspectos como o conhecimento minerador específico desses indivíduos e como, de certa forma, essa especialidade influenciou a procura por essa mão de obra no tráfico escravagista da época. Andrea Lisly Gonçalves (2004), em artigo intitulado

Escravidão, herança ibérica e africana e as técnicas de mineração em Minas Gerais no século XVIII, por exemplo, comenta que:

Há testemunhos da época que confirmam que os negros Mina eram preferidos pelos mineradores, e não apenas por eles, mas também pelos moradores da capitania de Minas Gerais que se ocupavam da cultura de mantimentos. Na informação prestada ao Rei de Portugal por Tomás Francisco Xavier, por volta de 1752, o autor registra a "estimação dos mineiros aos negros da Costa da Mina, porque se acham mais aptos para o trabalho. [...] O documento, porém, não deixa claro se a aptidão dos negros mina ao trabalho se dava pelo domínio que esses escravos tinham da mineração e/ou pelo fato de serem excelentes metalurgistas em sua terra de origem, habilidade essa indispensável a uma atividade onde eram tão necessárias as enxadas, alavancas, almocafres e cavadores, ou, ainda, pela força física desses cativos, essencial ao desempenho de uma atividade cujo desgaste crescia à medida em que a obtenção do mineral se tornava cada vez mais difícil ou a fatores relacionados à sua menor vulnerabilidade aos choques epidemiológicos. Quanto ao primeiro item, o de os africanos da Costa Ocidental possuírem experiência em atividades de mineração, parece impossível concordar com a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda quando o autor duvida da possibilidade de qualquer contribuição do africano escravizado no desenvolvimento de técnicas de mineração:

"Nem é crível que os pretos introduzidos no Brasil pelo tráfico tivessem sido portadores de técnicas, mesmo primitivas, de mineração, já que as ignoravam em suas terras de origem. Para tanto estariam menos aparelhados do que os próprios portugueses" (GONÇALVES, 2004, p.10, grifos da autora)

O que buscamos colocar sob reflexão e em destaque é o fato de que, embora destituídos de seus direitos enquanto pessoa, os escravizados eram o elemento chave para a manutenção da estrutura social do Brasil Colonial e, se considerado de forma expandida, para a manutenção da estrutura social de Portugal. Reduzidos à condição de objeto, eram, todavia, explorados no seu intelecto e nas suas habilidades, sim, de seres humanos, pertencentes a culturas africanas bastante específicas que lhes viabilizaram o domínio de técnicas especializadas de exploração mineralógica. O olhar de Meireles (2015) não se fechou a essa dura e paradoxal configuração, razão pela qual deu vez a que as vozes desses indivíduos ecoassem nos versos da obra que constitui o *corpus* literário do presente trabalho de dissertação. Esses aspectos são objeto de desenvolvimento na subseção seguinte.

3.1.1 A mão de obra escravizada: vozes subalternas no Romanceliro da Inconfidência

A análise de Martins e Brito (1989), quando da sua pesquisa sobre a mão de obra nas minas, evidencia-nos que a força desse elemento produtivo consistia exclusivamente de mão de obra negra escravizada. O trabalho de Martins e Brito (1989) indica que os agrupamentos humanos na região das minas no final de século XVIII, na Capitania das Minas Gerais, haviam-se tornado o maior núcleo populacional do país, tendo atingido a autossuficiência na produção de alimentos e, dessa forma, começado a exportar excedentes para o mercado do Rio de Janeiro e de outras regiões, revelando, assim, como foi alterado profundamente o padrão de ocupação territorial da Colônia.

Eduardo França Paiva (2002), professor de História da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, por sua vez, em artigo intitulado **Batéias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo**, aborda a importância da força de trabalho, dos conhecimentos dos escravizados africanos e de como os mesmos se tornaram um fator econômico no comércio, quando da aquisição de escravizados da África pelos negociantes portugueses, importadores de cativos e senhores de lavras no Brasil. De acordo com Paiva (2002):

Uma antiga crença foi cultivada pela população das Minas Gerais e, sobretudo, pelos mineradores da região durante os séculos XVIII e XIX. Acreditava-se que todo minerador deveria ter uma negra Mina como concubina para que tivesse sucesso em suas atividades de extração mineral. Já em 1726, o governador da Capitania do Rio de Janeiro, Luís Vaia Monteiro, observava: “E pella mesma cauza não há mineyro que poça viver sem nem hua Negra Mina, dizendo que só com ellas tem fortuna”. Na verdade, a preferência dos mineradores não se restringia às escravas designadas Mina, mas incluía os escravos oriundos dessa região africana ou embarcados em algum porto dessa região, principalmente o de Ajudá.

Associava-se aos Mina um grande poder de descobrir ouro, o que calhava perfeitamente com o maior dos desejos de boa parcela da multidão de homens que começou a ocupar as ricas terras minerais do interior da América portuguesa a partir do final do século XVII (PAIVA, 2002, p. 1, grifo do autor).

O referido teórico prossegue em suas reflexões, as quais dão conhecimento da *expertise* dos africanos no que se refere às técnicas de exploração não só do ouro, como também de diamantes, para além das

atividades metalúrgicas, empreitadas em que demonstravam muito mais conhecimento que seus algozes, motivo pelo qual seus próprios escravizadores valorizavam fortemente essa mão de obra. Paiva (2002), no que diz respeito ao desejo dos donos de lavras de terem em seus quadros de escravizados a mão de obra dos denominados negros Mina, acrescenta que:

A entrada maciça dos Mina na região fomentou, então, essa crença. Mas guardou, também, outros significados. Esses homens e mulheres africanos, embarcados na Costa da Mina com destino ao Brasil, eram tradicionais conhecedores de técnicas de mineração do ouro e do ferro, além de dominarem antigas técnicas de fundição desses metais. Eles conheciam muito mais sobre a matéria que os portugueses, antigos parceiros comerciais dos reinos negros da África, vorazes consumidores do ouro desse continente e senhores de enorme extensão territorial no Novo Mundo. Ao que parece, o poder quase mágico dos Mina para acharem ouro e a sorte na mineração associada a uma concubina Mina eram, na verdade, aspectos alegóricos de um conhecimento técnico apurado, construído durante centenas de anos, desde muito antes de qualquer contato com os reinos europeus da era moderna. A opção dos traficantes luso-brasileiros por escravos da Mina, principalmente durante a segunda metade do século XVII e a primeira do século XVIII, fundou-se nesse know-how mineratório e metalúrgico dos negros. Tratou-se, pois, de equipar a região mineradora da Colônia com mão-de-obra especializada. Ao contrário, então, do que se tem pensado em geral, o tráfico atlântico de escravos obedeceu, ainda que parcialmente, a parâmetros originados de demandas específicas, como, por exemplo, as surgidas entre os mineradores coloniais (PAIVA, 2002, p. 1, grifo do autor).

Como podemos observar, Paiva (2002) é um dos autores que acentua o conhecimento técnico de negros e de negras no que podemos chamar de produção e colheita do ouro. No **Romanceiro da Inconfidência** (2015), Cecília Meireles identifica a presença da tradição das culturas dos povos de África, traduzindo-a por meio de uma linguagem tanto regional como universal. Quando, por exemplo, problematiza-se a questão da cultura e da assimilação do colono brasileiro do século XVIII aos elementos das culturas do negro escravizado africano, ocorre muito daquilo que encontramos nos versos da autora verificados no **Romance XXI – Das ideias**.

Romance XXI – Das ideias

[...]
Os rumores familiares
que a lenta vida atravessam:
elefantíases; partos;
sarna; torceduras; quedas;

sezões; picadas de cobras;
 sarampos e erisipelas...
 Candombeiros. Feiticeiros.
 Ungüentos. Emplastos. Ervas.
 Senzalas. Tronco. Chibata.
 Congos. Angolas. Benguelas.
 Ó imenso tumulto humano!
 E as ideias (MEIRELES, 2015, p.72)

A respeito dessa influência africana sobre a cultura da Colônia, inclusive com o alerta acerca da presença feminina na atividade de mineração, Paiva (2002) acentua que:

Embora seja esse um quadro moldado a partir da demanda interna da Colônia, é necessário sublinhar que tradições culturais africanas também deram suporte à sua conformação. Por exemplo, na África negra, nas regiões de mineração de ouro, as mulheres desempenhavam papéis centrais nas atividades exploratórias. No reino Ashanti, atual Gana, de onde saíram muitos escravos para a América portuguesa, elas chegaram a dominar setores importantes dessa atividade. Segundo Suzanne Preston Blier, referindo-se a esse reino africano, as mulheres monopolizavam o trabalho de fiação do ouro, desde a prospecção até o transporte do metal recolhido, passando pela peneiração da lama aurífera e pela lavagem das pepitas soltas...Não obstante a ideia generalizada que subestima e, até mesmo, negligencia a atuação feminina na mineração, elas se transformaram em mão-de-obra especializada na área, tanto na África, quanto no Brasil. Além, disso, na mesma região Ashanti, mulheres (com suas crianças ao lado ou sendo carregadas nas costas das mães) montavam vendas nas ruas das cidades, onde ofereciam alimentos e objetos variados, pagos com ouro em pó, que servia de moeda para as transações. Ora, novamente, e não por pura coincidência, o quadro, quase que de maneira idêntica, pôde ser facilmente constatado nas Minas Gerais (PAIVA, 2002, p.3).

A *expertise* africana era motivo para que o comércio na compra e venda desses escravizados levasse em consideração esse conhecimento e a sua consequente valorização dentro do comércio negreiro. Esse aspecto tornava a captura dos negros um item de lucro comercial não só entre os portugueses como também entre as próprias tribos africanas dominantes em certas regiões. Paiva (2002) afirma que:

Não resta dúvida sobre o intenso trânsito de práticas e de conhecimentos técnicos entre a Costa da Mina e a América portuguesa, mais no sentido leste/oeste que o contrário. Sobretudo na região de mineração, os resultados desses empréstimos técnico-culturais se fizeram notar desde muito cedo. Não poderia ser, ressalte-se, de outra forma. Boa parte do ouro explorado durante todo o setecentos nas Gerais e nas capitânicas de Goiás, de Mato Grosso e da Bahia, foi recolhido através de técnicas introduzidas pelos africanos e desconhecidas pelos europeus. Essa realidade estende-se, ainda, aos

diamantes extraídos e ao minério de ferro encontrado na região, transformado em instrumentos de trabalho nas pequenas forjas montadas pelos africanos. Aliás, o ferreiro, ocupação prestigiosa em algumas regiões africanas, como, por exemplo, nas terras dos Beafares, costa da Guiné, era, também, couteleiro e ourives. As duas ocupações estavam tradicionalmente associadas nessas sociedades, o que acabou sendo reproduzido no Brasil, talvez, sem que ainda se saiba as reais dimensões de como isso se deu (PAIVA, 2002, p.4).

Quando Meireles (2015) destaca, por meio de seus versos, a importância da *expertise* do negro no processo produtivo da mineração do ouro e de diamantes, parece buscar a conscientização do leitor no que diz respeito ao reconhecimento desse elo tão importante na estrutura social da Capitania das Minas Gerais do século XVIII, tão ignorado, tão marginalizado, transmutando a obra em uma forma de realização de uma espécie de tributo a essa força de trabalho silenciosa e especializada que tanto conhecimento trouxe para produção mineradora do Brasil Colônia. Fernandes (2002) estabelece reflexões no sentido de que a

[...] hipótese básica é a de que, ao escrever a obra canônica *Romanceiro da Inconfidência*, Cecília Meireles utilizou elementos culturais relegados à marginalidade. A característica cultural a ser estudada é a presença do negro na obra. [...] A exaltação de certas culturas, como a negra, reforça o ideal híbrido da obra. Ao cantar o passado, Cecília Meireles deu voz a personagens esquecidos e relegados a meras citações históricas no século XVIII, mas que tiveram participação importante na história e na construção cultural brasileira (FERNANDES, 2002, p. 281).

Conforme discutiremos mais à frente no desenvolvimento deste trabalho de dissertação, Meireles (2015) consegue abordar com intensidade o sofrimento e as agruras que a escravidão trazia para os negros escravizados no garimpo. Merece destaque o modo como, no exercício da linguagem, a poetisa toma por tema, representa e problematiza a relação entre o homem e a desigualdade social no século XVIII, dando voz não só aos grandes heróis da Conjuração Mineira, mas também ao povo oprimido e às testemunhas silenciosas desse drama.

Pereira (2009) acentua a ocorrência dessa opressão, quando descreve a situação de como as forças dominantes vigentes na época faziam com os escravizados oriundos da África tirando-lhes totalmente a identidade:

No final do século XVI, conforme aponta Bernd (1988) a transferência de todo um contingente de negros escravizados para as Américas, colocou em contato, nos numerosos postos de trabalho, indivíduos oriundos de

variadas regiões da África, portadores, portanto, de culturas, costumes, religiões e, principalmente, de línguas diferentes. Essa situação – associada ao processo de catequese dos cativos levado adiante pela Igreja, – obrigou-os a adotarem a língua do branco como uma das formas de viabilizar a comunicação, o que contribuiu para que se desse, ao longo das gerações, uma forçada adaptação do negro ao novo ambiente, num crescente percurso que havia fragmentado o seu contato com as próprias origens (PEREIRA, 2009, p. 33).

Como podemos observar nos versos do **Romance VII ou Do negro nas catas**, Cecília Meireles (2015), faz uso da força de sua poesia para denunciar as injustiças e a violência perpetradas contra os negros nesse cenário de forçada adaptação dos mesmos ao novo ambiente de opressões no Novo Mundo.

Romance VII ou Do negro nas catas

Já se ouve cantar o negro,
mas inda vem longe o dia.
Será pela estrela d'alva,
com seus raios de alegria?
Será por algum diamante
a arder, na aurora tão fria?

Já se ouve cantar o negro,
pela agreste imensidão.
Seus donos estão dormindo:
quem sabe o que sonharão!
Mas os feitores espiam,
de olhos pregados no chão.

Já se ouve cantar o negro.
Que saudade, pela serra!
Os corpos, naquelas águas,
– as almas, por longe terra.
Em cada vida de escravo,
que surda, perdida guerra!

Já se ouve cantar o negro.
Por onde se encontrarão
essas estrelas sem jaça
que livram da escravidão,
pedras que, melhor que os homens,
trazem luz no coração? (MEIRELES, 2015, p.39)

A poetisa, nesses versos, consegue descrever o indivíduo escravizado, marginalizado e vigiado, sem poder deixar de esconder a saudade da terra natal e a tristeza que a vida como cativo lhe impôs, ressaltando o lamento dos negros pela perda da liberdade e da alegria de viver deixados em África.

Além disso, vale ressaltarmos a imagem abordada por Pereira (2009) ao delimitar os caminhos teóricos que desenvolve que em suas reflexões, ao configurar o negro escravizado como

[...] ser humano que foi trazido para as Américas na condição de escravo – e situando-a no contexto social brasileiro, buscaremos apontar e analisar, num primeiro momento, um recorte sobre o discurso dominante estabelecido pelo branco em relação ao negro, chegando ao ponto de nomeá-lo, para depois sujeitá-lo como animal ou reificá-lo (PEREIRA,2009, p.34).

Pereira (2009) ressalta a imagem criada e apresentada pelo dominador branco em relação ao negro cativo trazido da África visto e tão bem retratado por Cecília Meireles (2015) nos versos do **Romanceiro da Inconfidência**.

3.1.2 Aspectos em torno da produção do ouro nas Minas Gerais do século XVIII

Souza e Reis (2006) exploram a descrição do quadro e dos processos de exploração do ouro na região das Minas Gerais, abordando como o metal precioso surgiu e como a sua exploração foi implementada. As teóricas conseguem desenvolver com clareza uma descrição apurada de todo esse processo de exploração e produção desta riqueza. Segundo essas autoras:

As jazidas exploradas no período colonial pertenciam a duas grandes categorias: os depósitos de aluvião (leitos dos rios), onde o ouro é encontrado em partículas soltas, junto com cascalho de quartzo, areia e terra; e os filões, onde o metal precioso aparece em veios disseminados em quartzo ou em outras rochas auríferas. Em ambos os casos – depósitos de aluvião e filões – as explorações eram a céu aberto, usando-se métodos semelhantes – serviços de rio, serviços de tabuleiro e sistema de catas – e a mineração subterrânea era raramente utilizada, por exigir tecnologia mais complexa. Somente quando um filão não podia ser explorado a céu aberto, recorria-se a perfuração de galerias no seio das montanhas (SOUZA; REIS, 2006, p. 2).

Além disso, vale inserirmos dentro desse contexto o trabalho de Gonçalves (2004), que comenta detalhes utilizados nos processos de produção do ouro da seguinte forma,

Se no período inicial da exploração aurífera nos sertões da colônia brasileira era possível, conforme descrição de documentos da época,

"apanhar os grãos de ouro com as mãos", já decorridos cerca de cinquenta anos dos primeiros descobertos do metal precioso em Minas Gerais, as formas de obtenção do metal já exigiam técnicas mais elaboradas principalmente para evitar as inundações que, juntamente com os desmoronamentos, representavam os principais problemas enfrentados pela mineração, que já não se fazia apenas nos leitos dos rios. A mineração na América hispânica, como demonstra a iniciativa do mineiro do Serro do Frio, continuava como uma referência importante no que dizia respeito ao aprimoramento das técnicas necessárias à extração mineral precioso (GONÇALVES, 2004, p. 8, grifo da autora).

Continuando em sua descrição, a teórica em questão detalha o processo da seguinte forma ,

[...] na introdução de rodas para esvaziamento das catas, no ano de 1711, os processos de mineração na capitania de Minas Gerais irão cada vez mais se distanciar daqueles utilizados na América Hispânica, principalmente no que diz respeito ao processo de beneficiamento. É bem verdade que a natureza aluvional de grande parte do ouro encontrado nas Minas Gerais exigirá poucos avanços técnicos da parte dos mineradores, ainda que esses avanços não tenham sido desprezíveis. Prova disso é a "invenção" de se lavar e desmontar as terras com água superior aos tabuleiros altos, contemporânea à introdução das rodas de esvaziamento das catas. O sistema reproduzia o "funcionamento da natureza", quando nas épocas das invernadas das chuvas os morros se desmoronavam nas partes altas e das terras assim acumuladas mais abaixo se retiravam, depois de escavadas, os cascalhos aos quais o ouro, se houvesse "pinta", se encontraria misturado (GONÇALVES, 2004, p.8, grifos da autora).

Aproveitando as observações de Gonçalves (2004), Souza e Reis (2006) nos mostram a facilidade com que o ouro era encontrado na região das Minas Gerais nos anos setecentos, reforçando que a orientação dos colonizadores era procurar o lucro, otimizando o processo de exploração desse metal, lembrando que o trabalho maior estava entregue à *expertise* da mão de obra escravizada oriunda da África , e os negros seriam o diferencial que iria atender a esses objetivos.

Em 1799, Vieira Couto analisando o estado geral e decadente da mineração do Brasil, registrou que o ouro era extraído nos montes ou nos rios e por isto, os mineiros se dividiam em mineiros de montes e mineiros de rios. No caso dos rios, a lavra do metal precioso era feita em três lugares: a guapiaras, gupiaras ou grupiaras, correspondentes aos leitos mais antigos e mais elevados ao nível dos rios, na encosta dos morros onde havia o depósito de cascalho; os tabuleiros, leito mais imediato ao rio e no mesmo nível dele; e, finalmente, o veio, correspondente à própria madre do rio. De todos esses serviços, os mais fáceis de lavar eram as guapiaras e os mais difíceis os serviços do veio do rio. Apesar de reconhecer a contribuição da ignorância dos mineiros para a decadência da mineração à época, Vieira Couto também

observa que a mineração dos rios, mais fácil e é menos complicada, é que estava num estágio mais adiantado, embora com reduzida utilização de maquinário. Assim sendo, enquanto os rios conhecidos se encontravam todos lavrados, os montes, considerados pelo naturalista e mineralogista “os pais dos metais”, estavam ainda quase intactos, devido ao limitado conhecimento técnico sobre mineração subterrânea (SOUZA; REIS, 2006, p.3, grifo das autoras).

O sociólogo jamaicano Stuart Hall (2003) aborda, no livro intitulado **Da diáspora: identidades e mediações culturais**, o movimento de deslocamento forçado de indivíduos africanos em direção ao Caribe, ressaltando ser “[...] importante ver essa perspectiva diaspórica da cultura como uma subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para a nação” (HALL, 2003, p. 36, grifo do autor). Além disso, argumenta que “[...] a nova cultura popular urbana – tem sido uma questão de interpretar a ‘África’, reler a ‘África’, do que a ‘África’ poderia significar para nós hoje, depois da diáspora” (HALL, 2003, p. 40, grifos do autor), acrescentando que “As sociedades multiculturais não são algo novo. Bem antes da expansão europeia (a partir do século quinze) – e com crescente intensidade desde então – a migração e os deslocamentos dos povos têm constituído mais a regra que a exceção, produzindo sociedades étnica ou culturalmente ‘mistas’” (HALL, 2003, p. 55, grifos do autor), deixando claro que existe uma analogia entre a Diáspora caribenha e a Diáspora americana através do fomento da escravização de indivíduos oriundos da África. Nesta última, que foi também uma migração forçada de culturas, verificamos que os africanos trouxeram para o Brasil Colônia não só a *expertise* em relação ao processo mineratório, mas inúmeros outros aspectos das culturas africanas que foram absorvidos nos campos da religiosidade, da culinária e das artes.

Em um trabalho publicado na revista **Scripta** em 2007, intitulado **Exílios, diásporas e seus desdobramentos imprescindíveis na pesquisa literária**, os teóricos Cláudio Braga e Priscila Campello argumentam o seguinte:

Além da memória e da alteridade, os estudos da etnicidade proporcionam inúmeras conexões com os teóricos da identidade, que podem ser exemplificadas aqui com o aclamado trabalho de Stuart Hall (1990), para quem identidade e identificação estão totalmente ligadas à mobilidade. Foi Hall quem afirmou que são as rotas – *routes* – e não as raízes – *roots* – que determinam o processo de construção do *self*. Nação, nacionalismo, identidade e etnicidade passam obrigatoriamente pelas questões da língua e da comunicação, que figuram como fonte inesgotável de reflexões no campo da diáspora e do exílio em relação com a literatura. Pensemos, primeiramente, a questão linguística a partir

de Jonathan Culler (1999), que pondera como obras literárias, particularmente os romances, “ajudaram a criar comunidades nacionais através de sua postulação de, e apelo a, uma comunidade ampla de leitores, limitada, mas em princípio aberta a todos que podiam ler a língua” (CULLER, 1999, p. 43). E pensemos, em segundo lugar, a partir de Salman Rushdie (1991), que discorre sobre como o escritor movente, ao transitar entre diferentes línguas e culturas, subverte a ordem linguística do Estado-Nação, em um processo de perdas e ganhos que levou o autor a cunhar a expressão “homens traduzidos” para se referir a pessoas de identidades hifenizadas, transferidas forçosamente de um lugar para outro, submetidas a uma outra língua e destituídas de seu lar (BRAGA; CAMPELLO, 2017, p. 8, grifos dos autores).

Pensando nesses mecanismos de adaptação e de mudanças deflagrados em decorrência das transferências forçadas de indivíduos ocorridas a partir da Diáspora africana, retomamos as reflexões de Souza e Reis (2006), as quais destacam o aperfeiçoamento das técnicas mineratórias oriundas dos africanos, responsável por alavancar o avanço e a melhora na produtividade na atividade mineradora dos anos setecentos, aperfeiçoamento este que é sempre tão importante em processos produtivos seja ele em qualquer época. De acordo com as autoras:

A alternativa encontrada pelo mineiro para os montes era lavrá-lo a talho aberto, que consistia em explorá-lo a céu aberto, desmontando e tirando primeiro a terra de cima dos veios. A questão das técnicas de mineração empregadas no processo de produção nas Minas Setecentistas foi revisada em sua totalidade por Martins e Brito (p. 19 a 28). Os autores analisam a exploração do ouro de aluvião dos rios e córregos, os serviços de tabuleiro, as catas, as grupiarias (filões rochosos), a mineração subterrânea, bem como as formas de beneficiamento do cascalho e minério aurífero e a organização das lavras. Informam sobre a necessidade dos mineradores, ao longo do século XVIII, em implantar novas técnicas em função da escassez dos terrenos auríferos (SOUZA; REIS, 2006, p. 6).

Desse momento em diante, passa a ocorrer um aperfeiçoamento na mineração a partir das técnicas trazidas pelos africanos, apesar de alguns autores e teóricos discordarem desse conhecimento específico dos negros. Foi, porém, notório o melhoramento quando da vinda dessa mão de obra escravizada para os campos de exploração do ouro. Segundo Souza e Reis (2006):

[...] nos primeiros anos do Setecentos, os mineradores eram catadores de ouro, separado com pedaços de paus e recolhido em pratos de estanho ou gamelas de madeira. Esse processo foi aperfeiçoado pela adoção da bateia, introduzida pelos africanos e que “representava um avanço na técnica de apuração”.

Uma vez tornando escassas as faisqueiras, os mineiros passaram a trabalhar os tabuleiros (extração do ouro misturado no cascalho) e grupiarias (extração do ouro achado nas camadas da terra das encostas dos morros). Nesses dois métodos o uso da água para lavagem do minério e a utilização de ferramentas, como almoçares, eram indispensáveis. Havia necessidade de maior investimento de capital, tanto na mão-de-obra como nos serviços de irrigação, os mundéus. Quanto às formas de beneficiamento do minério, podem ser apontadas desde o uso apenas das mãos, que separavam partículas do ouro visíveis (SOUZA; REIS, 2006, p. 3, grifos das autoras).

Reorganizar, do ponto de vista histórico, todas as técnicas implantadas no processo minerador nos anos setecentos revela a maneira de se considerar o início da importante parte da economia da região das Minas Gerais que contribuiu de maneira substancial para trazer o progresso a essa região no início do século XVIII. A base da formação da sociedade das Minas Gerais setecentista foi, em sua maior parte, formada pelo aumento da mineração aurífera e as técnicas dominadas pelo escravizado africano ajudaram sobremaneira neste fato que fica difícil não as considerarmos.

3.2 OS CENÁRIOS

Roberto Borges Martins e Otavio Elísio Alves Brito (1989), no livro **A história da mineração do Brasil**, afirmam que, na última década do século XVII,

[...] centenas de jazidas de ouro de aluvião começaram a ser descobertas em rápida sucessão nos córregos e ribeirões nas vizinhanças de Vila Rica (atual Ouro Preto), Mariana, Tejuco e Caeté. [...] Os contemporâneos classificaram os achados em três áreas hoje muitos próximos entre si, mas naquele tempo bem distintas, separadas por grandes dificuldades de comunicação. Primeiro, as Minas Gerais dos Cataguás, devassadas entre 1694 e 1700, na região de Ouro Preto e Mariana, onde ficava as jazidas de Itaverava, Itatiaia, Antônio Dias, Padre Faria, Bento Rodrigues, Ribeirão Do Carmo, Ribeirão Bueno e outros. O segundo grupo era formado pelas Minas do Rio das Velhas, anunciadas por volta de 1700, [...] compreendia as lavras de Sabará, Congonhas, Raposos, Rio Acima e outras da região. E finalmente as Minas do Caeté provalmente descobertas em 1701 com as lavras de Cuiabá, Morro Vermelho, Ribeirão Comprido e outras. [...] A diáspora prossegue com Tamanduá (Itapecerica) em 1739, Itajubá em torno de 1740 (MARTINS; BRITO, 1989, p. 23).

E, dessa forma, Martins e Brito (1989) ainda comentam que:

Junto à onda migratória de brancos, pardos portugueses vieram os escravos em quantidades crescentes [...] já que a história da mineração

em minas desde os seus primórdios está intimamente ligada à escravidão e às técnicas trazidas pelos negros na extração do ouro e diamantes, eram bastantes rudimentares e altamente intensivas em mão de obra, gerando assim uma enorme demanda de trabalhadores (MARTINS; BRITO,1989, p.15).

Cecília Meireles, no **Romance II ou Do ouro incansável**, do **Romanceiro da Inconfidência** (2015), aborda esses aspectos, ao mencionar e destacar, de maneira poética, o aparecimento das **bateias**, instrumento de origem africana que os negros trouxeram para utilização na exploração do ouro.

Romance II ou Do ouro incansável

Mil bateias vão rodando
sobre córregos escuros;
a terra vai sendo aberta
por intermináveis sulcos;
Infinitas galerias
penetram morros profundos.

De seu calmo esconderijo,
O ouro vem, dócil e ingênuo;
torna-se pó, folha, barra,
prestígio, poder, engenho...
É tão claro! – e turva tudo:
honra, amor e pensamento (MEIRELES, 2015, p. 27).

A poetisa nos mostra o que nessa proposta de trabalho de dissertação corresponde à possibilidade de um apanhado acerca da produção do ouro no século XVIII, identificando, por meio dos versos que compõem o **Romanceiro da Inconfidência** (2015), a presença, nas minas, de equipamentos como as bateias, os almocafres, as canoas, a mão de obra escravizada, os feitores dos donos de lavras, os poetas inconfidentes das Minas Gerais do século XVIII. Todos esses equipamentos e elementos resultam em um produto final tão disputado e capaz de transformar os homens pela ganância e pela cobiça, pelo ódio e pela inveja, captados nos versos de Meireles (2015) sob o ponto de vista de “ Que a sede de ouro é sem cura, e por ela subjugados, os homens matam-se e morrem, ficam mortos, mas não fartos” (MEIRELES, 2015, p. 26).

3.2.1 O cenário político, social e econômico da Capitania de Minas Gerais no Século XVIII.

De acordo com Albuquerque (1984), a partir da implantação de empresas de exploração do açúcar, na primeira metade do século XVI, as relações de produção com a utilização dos escravizados oriundos principalmente da África trouxeram para a sociedade brasileira da época uma classe dominante que estruturava, em conjunto com a Corte Portuguesa, as diretrizes políticas, sociais e econômicas da Colônia.

Além da produção do açúcar, produto forte na exportação e outros meios vindos da agricultura, as relações de produção eram baseadas na utilização basicamente na mão de obra de escravizados. No início do século XVII, com a descoberta do ouro que surgiu de maneira fácil e farta na região conhecida hoje como Ouro Preto, Mariana, Sabará e Caeté, como já descrito e abordado anteriormente, houve uma migração de exploradores para essa região trazendo problemas para a administração da Colônia.

Albuquerque (1984) comenta que os exclusivismos da Corte Portuguesa dentro da política de relação com as atividades produtivas citadas consistiam em procedimentos de taxaço fiscal, que eram, evidentemente, modelos de intervenção social, política e financeira nas áreas de economia do Brasil Colonial. Com isso, tais políticas mantinham a transferência de capital da Colônia para a Metrópole dominante, sendo que tal transplantação de recursos econômicos se dava, na sua essência, principalmente a partir dos resultados da atividade mineral nas regiões das Minas Gerais.

É neste contexto que podemos analisar a utilização da força de trabalho direto do negro escravizado, tão importante nos processos produtivos da época, um trabalhador totalmente desprovido da propriedade de bens e de valores e que, paradoxalmente, assegurava a transferência e a concentração de bens e de valores para as mãos da classe dominante e escravista.

O emprego em larga escala de escravizados na atividade mineral fomentava o desenvolvimento de um mercado interno extremamente definido pela classe proprietária dessa mão de obra, considerando-se que a conjuntura dominada pelo extrativismo mineral na primeira metade do século XVIII constituía a base econômica e financeira do Brasil Colônia. Este foi o cenário político social

que a poetisa Cecília Meireles encontrou, por meio de sua imersão como pesquisadora, para posteriormente escrever os versos em o **Romanceiro da Inconfidência** (2015).

A estrutura econômica proveniente a partir da implantação das empresas agromanufatureiras do açúcar, na primeira metade do século XVI e as relações de produção escravistas tanto do indígena como do negro foram dominantes nessa estrutura e na formação social brasileira, sendo que no caso do indígena, a captação da força laboral geralmente se fazia por aprisionamento direto e, no caso do negro, por importação das diversas regiões da África. Além dessa produção essas relações tiveram influência em outras atividades econômicas. O corte do pau-brasil no início da descoberta do Brasil por volta do século XVI usou em sua atividade extrativista as comunidades primitivas, os indígenas, embora dominada pelos colonizadores. O rendimento econômico do processo de dominação das populações indígenas pelo aprisionamento direto, que era muito menor do que o dos escravizados africanos, mostrou-se de certa forma ineficiente devido à própria característica do indígena. À medida em que praticamente o trabalho escravizado indígena passou a inexistir, por sua ineficiência, a seleção de mão de obra tornou-se um fator decisivo na avaliação referente à produção. Dessa forma, só em casos excepcionais o escravizado indígena alcançou o nível de mercadoria qualificada como ocorreu com os escravizados oriundos da África. Esse tipo de trabalho em que o indígena era solicitado ocasionou conflitos violentos com essas comunidades. Com a expansão da ocupação do território brasileiro e o crescimento dos negócios na Colônia, a exploração da força de trabalho direta passou a utilizar preferencialmente a mão de obra escravizada em todos os tipos de atividades econômicas. Quando houve essa necessidade na atividade aurífera, a escolha recaiu sobre o negro, elemento forte e que se encaixava no sistema colonial e de negócios da Corte Portuguesa, além do próprio conhecimento sobre a atividade mineralógica que eles traziam desde suas origens.

O emprego em larga escala de escravizados deixava claro, dentro do contexto político social nos inícios do século XVIII, que essa utilização constituía a base econômica e financeira da dominação colonial.

O extrativismo do ouro aumentou enormemente a rentabilidade da Colônia e teve como resultado as práticas repressivas com ênfase nas de caráter fiscal,

estabelecendo-se a cobrança dos quintos, que provocaram levantes diversos, dentre eles o de 1720, retratado nos versos do **Romance V – Da destruição de Ouro Podre**, do **Romanceiro da Inconfidência** (2015):

Romance V – Da destruição de Ouro Podre

Dorme, meu menino, dorme,
que o mundo vai se acabar.
Vieram cavalos de fogo:
são do Conde de Assumar.
Pelo Arraial de Ouro Podre,
começa o incêndio a lavrar.
O Conde jurou no Carmo
não fazer mal a ninguém.
(Vede agora pelo morro
que palavra o Conde tem!
Casas, muros, gente aflita
no fogo rolando vêm!)

D. Pedro, de uma varanda,
viu desfazer-se o arraial.
Grande vilania, Conde,
cometes, para teu mal.
Mas o que agüenta as coroas
é sempre a espada brutal.

Riqueza grande da terra,
quantos por ti morrerão!
(Vede as sombras dos soldados
entre pólvora e alcatrão!
Valha-nos Santa Ifigênia!
– E isto é ser povo cristão!)

Dorme, meu menino, dorme...
Dorme e não queiras sonhar.
Morreu Filipe dos Santos e,
por castigo exemplar,
depois de morto na forca,
mandaram-no esquartejar! (MEIRELES, 2015, p.33)

Isso acontecia, ou seja, toda revolta era duramente castigada, assim como também eram severamente punidos o contrabando e a sonegação. Com o declínio da atividade mineradora, que ocasionou o atraso dos impostos, houve a repressão e a ameaça de cobrança forçada, a chamada **Derrama**. Cecília Meireles em sua obra consegue representar todo este cenário em que História e poesia se misturam evidenciando caracteres de um Brasil Colônia a todo momento retratado no **Romanceiro da Inconfidência** (2015).

3.2.2 A Derrama

Dentre as características sociais, econômicas e políticas do Brasil Colonial do século XVII, é imprescindível a abordagem das questões relacionadas à cobrança excessiva de impostos que recaía sobre a população. Conforme Santos (1972), a história da cobrança do quinto é a própria história da Capitania de Minas. Efetivamente, foi esse imposto, pela sua natureza e pelos seus variados modos de arrecadação, que manteve em permanente sobressalto o ânimo da população, causando grandes males e provocando diversos levantes, dentre eles o chamado de Inconfidência Mineira, base que levou a escritora Cecília Meireles a escrever o seu **Romanceiro da Inconfidência** (2015).

De acordo com Santos (1972), no seu livro **A Inconfidência Mineira**:

O primeiro manifesto de ouro feito regularmente nas Minas Gerais, foi em 1695, tendo sido o ouro levado pelo paulista Carlos Pedroso da Silveira ao Governador do Rio, Carlos Pedroso da Silveira, Antônio Paes Sande. Sebastião de Castro Caldas, sucessor de Sande, enviou esse ouro a D. Pedro II, rei de Portugal com a carta de 16 de junho de 1696. A descoberta e a exploração do ouro em Minas, porém, datava já de uns quinze anos. Foi então estabelecida a cobrança do quinto e criados os Provedores da Fazenda com seus escrivães, ficava proibida a saída do ouro fora dos registros sem pagar o devido imposto (SANTOS, 1972, p.36).

Começaram, pois, os problemas, uma vez que, para se apurar esse quinto do ouro extraído, era necessário conhecer quanto montava a produção das minas e a grande pergunta era como se iria fazer isso. Santos (1972) ressalta que era impossível, nesses moldes, ter-se a cobrança do referido imposto apurada devidamente, razão pela qual surgiram as casas de fundição e foi estabelecido por lei que toda a produção das lavras, ou seja, o ouro em pó, deveria ser levada aos referidos estabelecimentos para ser fundida (o que representa uma outra etapa do processo produtivo) e quitado. O quinto era equivalente a 20% do total da produção entregue nas casas de fundição, além disso a Corte, por intermédio das juntas de arrecadação, estabeleceu que esse quinto teria que ter a proporcionalidade de 30 arrobas de ouro por ano e o imposto seria em cima dessa quantidade arrecadada. Evidentemente que o contrabando de ouro existia em grande parte, visto que ninguém queria pagar impostos, mas a Coroa estabeleceu que nenhum ouro poderia sair da Colônia sem que fosse sob a forma

de barras, sob pena de pesadas sanções. Além disso a Coroa Portuguesa cobrava uma série de outros impostos que no caso deste trabalho dissertativo não foram levados em consideração.

No período dos anos setecentos, no qual havia fartura de ouro, as 30 arrobas anuais eram relativamente de fácil aferição pelos proprietários de lavras, isso sem considerar o que era contrabandeado. Entretanto, quando o ouro começou a escassear, no final dos anos setecentos, as 30 arrobas continuaram a ser cobradas dos donos de lavras, o que ocasionou uma inadimplência de muitos deles. As juntas de arrecadação, para receberem o valor estipulado, lançavam-se sobre os bens dos proprietários das minas. O novo método de cobrança do quinto, trazendo o impedimento de circulação de ouro em pó, conforme afirma Santos (1972), ocasionou revoltas, dentre as quais, a mais popular foi a revolta de 1720, a de Arraial do Ouro Podre, chefiada por Felipe dos Santos. Ressaltemos que, caso a cota de 30 arrobas não fosse quitada, os bens dos proprietários eram arrestados. Essa ação foi chamada de **Derrama**, a qual posteriormente desembocaria no levante da Inconfidência Mineira.

3.2.3 A Inconfidência Mineira

Em 1789, de acordo com Santos (1972), no reinado de D. Maria I em Portugal, sendo o vice-rei do Brasil D. Luiz de Vasconcelos e Souza, e Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais D. Luiz Antônio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, descobriu-se nesta capitania uma conspiração em função da cobrança excessiva dos impostos, tendo como objetivo a libertação da Colônia do jugo português e, como meta maior, a proclamação de uma República, ao modo do que se havia feito na América do Norte.

Santos (1972) ainda afirma que desse movimento conspiratório, deflagrado no interior das Minas Gerais, faziam parte homens importantes pela sua categoria social, por seu talento ou prestígio, enumerando entre os mesmos:

[...] juristas e poetas como Dr. Cláudio Manoel da Costa, o Desembargador Thomaz Antônio Gonzaga, o Cel. Ignácio José de Alvarenga; engenheiros, médicos e advogados, militares como o Ten. Cel. Francisco de Paula Freire de Andrade, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, cognominado Tiradentes entre outros (SANTOS,1972, p. 26).

A História nos informa que em razão das delações trazidas a efeito pelo então Coronel Joaquim Silvério dos Reis e pelo Coronel Bazílio de Brito Malheiros, vieram a público os planos libertários dos conjurados. Em razão disso, “[...] o Governador suspendeu a derrama, cujo lançamento era pretexto mais direto para a revolta e organizou uma devassa terrível, que colheu em suas malhas grande número de pessoas” (SANTOS, 1972, p. 26).

Maxwell (2005), por seu turno, em obra já anteriormente mencionada neste trabalho de dissertação, aborda os acontecimentos da Inconfidência Mineira, esclarecendo que:

A coalizão de magnatas comprometidos com a revolução mineira não era monolítica, tendo na multiplicidade de motivações e de elementos envolvidos uma debilidade potencial. Os magnatas esperavam alcançar seus objetivos sob a cobertura de um levante popular. Este dependia muito, entretanto, da situação de descontentamento geral gerada pela imposição da derrama, e embora tal reação fosse muito provável, na essência era um fator que escapava ao seu controle. Além do mais, os abastados empresários que estavam nos bastidores inclinavam-se por uma república e pela independência – mas não chegavam a esta posição por ideologia ou por nacionalismo, e sim porque a revolução parecia o melhor meio de proteger seus interesses (MAXWELL, 2005, p.168).

Tanto é verdade que, conforme Maxwell (2005), esses homens que pregavam de forma tão veemente a liberdade de uma República, citando as injustiças cometidas pela Corte Portuguesa, não incluíram em momento algum nas suas premissas revolucionárias a possibilidade de libertação dos escravizados.

Na seção que se segue, mais detidamente, apresentamos alguns elementos da poesia de Cecília Meireles (2015) trazida e efeito no **Romanceiro da Inconfidência** (2015), quando, então, a autora terá contribuído para a revelação de temas importantes da história da mineração do ouro e de diamantes nas Minas Gerais do século XVIII, sem, contudo, olvidar as vozes de personagens esquecidas, injustiçadas e oprimidas nesse contexto histórico.

4 O ROMANCEIRO DA INCONFIDÊNCIA E OS VERSOS DE CECÍLIA MEIRELES

Ai, Ouro Preto, Ouro Preto
e assim foste revelado!

Cecília Meireles

A poetisa Cecília Meireles decidiu-se a escrever o **Romanceiro da Inconfidência** (2015), após ter sido provocada pela crítica de sua época no sentido de não haver produzido até então algo que enaltescesse literariamente a História Nacional, e passou quatro anos de sua vida debruçada sobre livros, manuscritos, documentos e outros dados históricos sobre a Inconfidência Mineira. Conforme a escritora mesma afirma em cartas a Amando Côrtes-Rodrigues: “Ando com uma ânsia enorme de fazer uma grande peça com elementos históricos sobre a tragédia da Conjuração Mineira [...]” (MEIRELES apud SEFFRIN, 2015. Não paginado), e complementa, argumentando interessar-se a respeito do

[...] que se passou naquele ambiente trágico de todos aqueles personagens e poetas condenados à morte e depois degredados para a África tendo o único e pobre Tiradentes enforcado e esquartejado, com a cabeça fincada em um poste, as suas famílias amaldiçoadas até a terceira geração (MEIRELES apud SEFFRIN, 2015. Não paginado).

Ainda nessa mesma fala da autora, transparece o que terá sido o principal motivo para a elaboração do **Romanceiro da Inconfidência** (2015), quando a poetisa afirma: “E tudo isso há 150 anos e por um motivo forte e apregoado chamado Liberdade” (MEIRELES apud SEFFRIN, 2015. Não paginado). Este cenário real que a poetisa nos mostra, qual seja, o do ouro como motivo de intriga e de traições, da revolta e da opressão, faz do **Romanceiro da Inconfidência** (2015) uma obra inspiradora no que diz respeito à retratação literária da História do Brasil.

Paulo Rónai (2015), crítico e professor húngaro, naturalizado brasileiro, comentando a obra de Cecília Meireles, em ensaio a que dá o título de **Toda a beleza da poesia de Cecília**, afirma que “Por vários anos, ela investigou com afinco a história da Inconfidência para compenetrar-se da atmosfera da época e

da mentalidade dos personagens” (RÓNAI apud SEFFRIN, 2015, p. 285). Segundo o teórico, Cecília Meireles acabou por identificar-se com a Vila Rica do século XVIII, visto que o poema revela um conhecimento profundo do espírito local (RÓNAI apud SEFFRIN, 2015).

Fato é que Cecília Meireles não imaginava que a sua viagem a Ouro Preto, com o intuito de cobrir os eventos da Semana Santa dos anos mil novecentos e trinta, fosse lhe dar inspiração para a obra literária intitulada **Romanceiro da Inconfidência** (2015), escrita em 1953. Assim, podemos denotar que os versos apresentados na **Fala inicial** do eu poético no **Romanceiro** (2015) retratam, de certo modo, esse momento, bem como todo o drama histórico que compunha o ano 1789 na Vila Rica do século XVIII. O romance aborda o processo inteiro da Inconfidência, o pano de fundo em que ocorrera e o forte teor de tragicidade.

Fala inicial

Não posso mover meus passos
 por esse atroz labirinto
 de esquecimento e cegueira
 em que amores e ódios vão:
 – pois sinto bater os sinos,
 percebo o roçar das rezas,
 vejo o arrepio da morte,
 à voz da condenação;
 – avisto a negra masmorra
 a sombra do carcereiro
 que transita sobre angústias,
 com chaves no coração;
 – descobro as altas madeiras
 do excessivo cadafalso
 e, por muros e janelas,
 o pasmo da multidão.

Batem patas de cavalos.
 Suam soldados imóveis.
 Na frente dos oratórios,
 que vale mais a oração?
 Vale a voz do Brigadeiro
 sobre o povo e sobre a tropa,
 louvando a augusta Rainha,
 – já louca e fora do trono –
 na sua proclamação.

Ó meio-dia confuso,
 ó vinte-e-um de abril sinistro,
 que intrigas de ouro e de sonho
 houve em tua formação?
 Quem ordena, julga e pune?
 Quem é culpado e inocente?
 Na mesma cova do tempo
 cai o castigo e o perdão.
 Morre a tinta das sentenças

e o sangue dos enforcados...
 – liras, espadas E cruzes
 pura cinza agora são.
 Na mesma cova, as palavras,
 o secreto pensamento,
 as coroas e os machados,
 mentira e verdade estão.

Aqui, além, pelo mundo
 ossos, nomes, letras, poeira...
 Onde, os rostos? onde, as almas?
 Nem os herdeiros recordam
 rastro nenhum pelo chão.

Ó grandes muros sem eco,
 presídios de sal e treva
 onde os homens padeceram
 sua vasta solidão...

Não choraremos o que houve,
 nem os que chorar queremos:
 contra rocas de ignorância
 rebenta a nossa aflição.

Choramos esse mistério,
 esse esquema sobre-humano,
 a força, o jogo, o acidente
 da indizível conjunção
 que ordena vidas e mundos
 em polos inexoráveis de ruína e de exaltação

Ó silenciosas vertentes
 por onde se precipitam
 inexplicáveis torrentes
 por eterna escuridão! (MEIRELES, 2015, p,17)

Na introdução à sua obra, a poetisa nos mostra, por meio do poema intitulado **Cenário**, que os versos não parecem ser escritos por um poeta individual, mas perpassam a fala de locais, de pessoas do povo e de testemunhas encontradas pela autora ao longo de suas pesquisas. Meireles (2015) retrata todo o contexto de uma chegada às Minas Gerais do século XVIII como se lá estivesse.

Cenário

Passei por essas plácidas colinas
 e vi das nuvens, silencioso, o gado
 pascer nas solidões esmeraldinas.

Largos rios de corpo sossegado
 dormiam sobre a tarde, imensamente,
 – e eram sonhos sem fim, de cada lado.

Entre nuvens, colinas e torrente,

uma angústia de amor estremecia
a deserta amplidão na minha frente.

Que vento, que cavalo, que bravia
saudade me arrastava a esse deserto,
me obrigava a adorar o que sofria?

Passei por entre as grotas negras,
perto dos arroios fanados, do cascalho
cujo ouro já foi todo descoberto.

As mesmas salas deram-me agasalho
onde a face brilhou de homens antigos,
iluminada por aflito orvalho (MEIRELES,2015, p.19).

A abordagem da poetisa sobre a descoberta do ouro nas minas do século XVII, assim como o processo para a retirada do metal dos córregos e dos morros por intermédio da exploração da mão de obra negra escravizada e a denúncia do trabalho servil revelam com precisão a rudeza contida no processo produtivo daquele período. Contudo, de uma forma lírica, a autora não se furta em demonstrar não apenas a ânsia de riqueza, de poder, como também a traição e a morte que o ouro traz quando transforma os homens no pior de seus lados. Tais aspectos podem ser notados a partir da leitura dos **Romances I e II do Romanceiro da Inconfidência** (2015), subintitulados, respectivamente, como **Da revelação do ouro** e **Do ouro incansável**.

Romance I ou Da revelação do ouro

Nos sertões americanos,
anda um povo desgrenhado:
gritam pássaros em fuga
sobre fugitivos riachos;

desenrolam-se os novelos
das cobras, sarapintados;
espreitam, de olhos luzentes,
os satíricos macacos.

Súbito, brilha um chão de ouro:
corre-se - é luz sobre um charco.

A zoeira dos insetos
cresce, nos vales fechados,
com o perfume das resinas
e desse mel delicado
que se acumula nas flores
em grãos de veludo e orvalho.

(Por onde é que andas, ribeiro,
descoberto por acaso?)

Grossos pés firmam-se em pedras:

sob os chapéus desabados,
o olhar galopa no abismo, vai revolvendo o planalto;
descobre os índios desnudos,
que se escondem, timoratos;
calcula ventos e chuvas;
mede os montes, de alto a baixo;
em rios a muitas léguas
vai desmontando o cascalho;
em cada mancha de terra,
desagrega barro e quartzo.

Lá vão pelo tempo a dentro
esses homens desgrehados:
duro vestido de couro
enfrenta espinhos e galhos;
em sua cara curtida
não pousa vespa ou moscardo;
comem larvas, passarinhos,
palmitos e papagaios;
sua fome verdadeira
é de rios muito largos,
com franjas de prata e de ouro,
de esmeraldas e topázios.

(Que é feito de ti, montanha,
que A face escondes no espaço?)

E é por isso que investigam
toda a brenha, palmo a palmo;
é por isso que se entrelham
com duras pupilas de aço;
que uns aos outros se destroçam
com seus facões e machados:
companheiros e parentes
são rivais e amigos falsos.

(Que é feito de ti, caminho,
em teu segredo enrolado?)

Por isso, descem as aves
de distantes céus intactos
sobre corpos sem socorro,
pela sombra apunhalados;
por isso, nascem capelas
no mudo espanto dos matos,
onde rudes homens duros
depositam seus pecados.
Por isso, o vento que gira
assombra as onças e os veados:
que seu sopro, antigamente,
era perfume tão grato,
e, agora, é cheiro de morte,
de feridos e enforcados...

(Que é feito de ti, remoto
Verbo Divino Encarnado?)

Selvas, montanhas e rios
estão transidos de pasmo.
É que avançam, terra a dentro,

os homens alucinados.
 Levam guampas, levam cuias,
 levam flechas, levam arcos;
 atolam-se em lama negra,
 escorregam por penhascos,
 morrem de audácia e miséria,
 nesse temerário assalto,
 ambiciosos e aventos,
 abomináveis e bravos,
 para fortuitas riquezas
 estendendo inquietos braços,
 – os olhos já sem clareza,
 – os lábios secos e amargos.

(Que é feito de vós, ó sombras
 que o tempo leva de rastos?)

E, atrás deles, filhos, netos,
 seguindo os antepassados,
 vêm deixar a sua vida,
 caindo nos mesmos laços,
 perdidos na mesma sede,
 teimosos, desesperados,
 por minas de prata e de ouro
 curtindo destino ingrato,
 emaranhando seus nomes
 para a glória e o desbarato,
 quando, dos perigos de hoje,
 outros nascerem, mais altos.
 Que a sede de ouro é sem cura,
 e, por ela subjugados,
 os homens matam-se e morrem,
 ficam mortos, mas não fartos.

(Ai, Ouro Preto, Ouro Preto,
 assim foste revelado!) (MEIRELES, 2015, p. 23).

A clareza dos versos em que a poetisa nos descreve a descoberta do ouro neste romance nos leva ao momento do encontro dos homens com o metal precioso e mostra este cenário a partir de uma visão poética, cujas palavras, incitam-nos a recordar Octavio Paz (2012) quando afirma que cada poema traz em si algo de único, de irredutível e de inigualável.

O eu lírico ceciliano, por meio do **Romance II**, ainda parece dar continuidade à abordagem do cenário próprio das Minas dos séculos XVII e XVIII, ao mostrar todo o esplendor que o ouro encerra, desde o momento da descoberta até a sua utilização, além de evidenciar os reflexos produzidos pela exploração do metal na sociedade dos anos setecentos: “É tão claro! – e turva tudo:/ honra, amor e pensamento” (MEIRELES, 2015, p. 27).

Romance II ou do ouro incansável

Mil bateias vão rodando
sobre córregos escuros;
a terra vai sendo aberta
por intermináveis sulcos;
infinitas galerias
penetram morros profundos.
De seu calmo esconderijo,
O ouro vem, dócil e ingênuo;
torna-se pó, folha, barra,
prestígio, poder, engenho..
É tão claro! – e turva tudo:
honra, amor e pensamento.

Borda flores nos vestidos,
sobe a opulentos altares,
traça palácios e pontes,
eleva os homens audazes,
e acende paixões que alastram
sinistras rivalidades.

Pelos córregos, definham
negros, a rodar bateias.
Morre-se de febre e fome
sobre a riqueza da terra:
uns querem metais luzentes,
outros, as redradas pedras.

Ladrões e contrabandistas
estão cercando os caminhos;
cada família disputa privilégios mais antigos;
os impostos vão crescendo
e as cadeias vão subindo.

Por ódio, cobiça, inveja,
vai sendo o inferno traçado.
Os reis querem seus tributos,
– mas não se encontram vassallos.
Mil bateias vão rodando,
mil bateias sem cansaço.

Mil galerias desabam;
mil homens ficam sepultos;
mil intrigas, mil enredos
prendem culpados e justos;
já ninguém dorme tranquilo,
que a noite é um mundo de sustos.

Descem fantasmas dos morros,
vêm almas dos cemitérios:
todos pedem ouro e prata,
e estendem punhos severos,
mas vão sendo fabricadas
muitas algemas de ferro (MEIRELES ,2015, p. 27).

A representação e a denúncia do trabalho servil escravizado e a ganância daqueles que exploram a referida mão de obra cativa podem ser apreendidas da

leitura dos versos: “Pelos córregos, definham/ negros, a rodar bateias. / Morre-se de febre e fome/ sobre a riqueza da terra:/ uns querem metais luzentes, outros, as redradas pedras (MEIRELES, 2015, p. 27).

No cenário de exploração do labor dos negros, exsurge a figura da resistência empreendida por Chico Rei, personagem emblemático da História das Minas Gerais, cuja representação e homenagem se dá por meio do **Romance VIII ou do Chico Rei**.

Romance VIII ou do Chico Rei

Tigre está rugindo
nas praias do mar.
Vamos cavar a terra, povo,
entrar pelas águas:
O Rei pede mais ouro, sempre,
para Portugal.

O trono é de lua,
de estrela e de sol.
Vamos abrir a lama,
povo, remexer cascalho,
guarda na carapinha, negra,
o véu do ouro em pó!

Muito longe, em Luanda,
era bom viver.
Bate a enxada comigo, povo,
desce pelas grotas!
– Lá na banda em que corre o Congo
eu também fui Rei.

Toda a terra é mina:
O ouro se abre em flor...
Já está livre o meu filho, povo,
– vinde libertar-nos,
que éreis, meu Príncipe, cativo,
e ora forro sois!

Mais ouro, mais ouro,
ainda vêm buscar.
Dobra a cabeça, e espera, povo,
que este cativo
já nos escorrega dos ombros,
já não pesa mais!

Olha a festa armada:
é vermelha e azul.
Canta e dança agora, meu povo,
livres somos todos!
Louvada a Virgem do Rosário,
vestida de luz.

Tigre está rugindo
nas praias do mar...
Hoje, os brancos também, meu povo,

são tristes cativos!
Virgem do Rosário, deixai-nos
descansar em paz (MEIRELES, 2015, p. 41).

Nas entrelinhas do verso, Meireles (2015) menciona a estratégia impetrada pelos negros, trabalhadores das minas, para angariar algum bem que lhes permitisse a compra da alforria: “O trono é de lua, / de estrela e de sol./ Vamos abrir a lama, / povo, remexer cascalho, / guarda na carapinha, negra, / o véu do ouro em pó! ” (MEIRELES, 2015, p. 41). A História revela que os trabalhadores escravizados, às escondidas de seus algozes, guardavam pequenas porções de ouro que prospectavam no interior das minas entre os seus próprios cabelos. Muitas cartas de alforria foram compradas por conta da reunião dessas porções de ouro habilmente desviadas.

Uma outra personagem negra de relevo foi Chica da Silva, a qual recebeu nos versos da poetisa a devida atenção, por meio do **Romance XIV ou da Chica da Silva**:

Romance XIV ou da Chica da Silva

Que andor se atavia
naquela varanda? É a Chica da Silva:
é a Chica-que-manda!

Cara cor da noite
olhos cor de estrela.
Vem gente de longe
para conhecê-la.
(Por baixo da cabeleira,
tinha a cabeça rapada
e até dizem que era feia.)

Vestida de tisso,
de raso e de holanda
– é a Chica da Silva:
– é a Chica-que-manda!

Escravas, mordomos
seguem, como um rio,
a dona do dono do Serro do Frio.

(Doze negras em redor,
- como as horas, nos relógios.
Ela, no meio, era o sol!)

[...]
Contemplai, branquinhas
na sua varanda
a Chica da Silva
a Chica-que-manda (MEIRELES, 2015, p. 55).

No **Romance XV ou Das cismas da Chica da Silva**, a poetisa retoma a figura emblemática de Chica da Silva. Meireles (2015) como que reitera o empoderamento alcançado por esta mulher negra que, graças à própria capacidade de resistência às agruras da escravidão e de inserção nos entremeios da sociedade escravista da época, a contrapelo do que ocorria, galgou alta posição na estrutura social das Minas Gerais dos séculos XVII e XVIII.

Romance XV ou Das cismas da Chica da Silva

Responde a Chica da Silva
(assim dizem que pensava):

– Estes marotos do Reino
só chegam por estas lavras
para recolher o fruto
das grotas e das gupiaras.
Eles gastando na corte,
e a Morte aqui pelas catas,
desmoronando barrancos,
engrossando as enxurradas...

Não sei que tem este Conde:
não gosto da sua cara! (MEIRELES, 2015, p.59).

Apesar da falta de reconhecimento pelos inconfidentes nos planos de instauração de uma independência da Capitania das Minas e da importância do negro escravizado oriundo da África no contexto político dos anos setecentos, Meireles (2015), ao retratar o levante da Inconfidência Mineira, não foge à representação do panorama literário, cultural e social configurado de maneira a excluir o negro escravizado e a sua importância desse quadro histórico. O eu lírico ceciliano retrata a dura realidade imposta aos negros, e ao fazê-lo, resgata a elevada capacidade de resistência à opressão e de promoção de mudança, paulatinamente conquistada, no que tange à existência do próprio regime escravista no Brasil, ocorrida em definitivo somente no século XIX. Vejamos as linhas do **Romance VII ou Do negro nas catas**.

Romance VII ou do negro das Catas

Já se ouve cantar o negro,
mas inda vem longe o dia.
Será pela estrela d'alva,
com seus raios de alegria?
Será por algum diamante
a arder, na aurora tão fria?

Já se ouve cantar o negro,
pela agreste imensidão.

Seus donos estão dormindo:
quem sabe o que sonharão!
Mas os feitores espiam,
de olhos pregados no chão.

Já se ouve cantar o negro.
Que saudade, pela serra!
Os corpos, naquelas águas,
– as almas, por longe terra.
Em cada vida de escravo,
que surda, perdida guerra!

Já se ouve cantar o negro.
Por onde se encontrarão
essas estrelas sem jaça
que livram da escravidão,
pedras que, melhor que os homens,
trazem luz no coração?

Já se ouve cantar o negro.
Chora neblina, a alvoreada.
Pedra miúda não vale:
liberdade é pedra grada...
(A terra toda mexida,
a água toda revirada...

Deus do céu, como é possível
penar tanto e não ter nada!) (MEIRELES, 2015, p.39)

O **Romanceiro da Inconfidência** (2015) encerra uma descrição poética de todo o clima histórico, político e social dos anos setecentos. Da abordagem de Michel Foucault acerca da relação entre discurso e poder, desenvolvida na obra **A ordem do discurso** (1970), vale ressaltarmos a colocação do filósofo no sentido de que “Por mais que o discurso seja aparentemente pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1970, p. 10). Os versos de Cecília Meireles (2015) nos proporcionam a identificação de inúmeros discursos, misturando historiografia, drama e lendas, revelando um contexto social em que predominava a prática discursiva de não aceitar quem não tinha acesso ao ouro e a riqueza ou não aceitar a identidade de pessoas de condição social desigual. Isso ocorria de tal maneira que alcançava o assustador ponto de eliminar, com violência, qualquer possibilidade de aproximação de uma pessoa pertencente a classe social inferior ou desprovida de fortuna com outra oriunda de classe social mais abastada. Esses elementos transparecem, além desse ponto, o panorama social encontrado nas minas gerais do século XVIII, sintetizado pela poetisa no **Romance IV ou Da Donzela assassinada**.

Romance IV ou Da Donzela assassinada

Sacudia o meu lencinho
 para estendê-lo a secar.
 Foi pelo mês de dezembro,
 pelo tempo do Natal.
 Tão feliz que me sentia,
 vendo as nuvenzinhas no ar,
 vendo o sol e vendo as flores
 nos arbustos do quintal,
 tendo ao longe, na varanda,
 um rosto para mirar!
 Ai de mim, que suspeitaram
 que lhe estaria a acenar!
 Sacudia o meu lencinho
 para estendê-lo a secar.
 Lencinho lavado em pranto,
 grosso de sonho e de sal,
 de noites que não dormira,
 na minha alcova a pensar,
 – porque o meu amor é pobre,
 de condição desigual.

Era no mês de dezembro
 pelo tempo do Natal.
 Tinha o amor na minha frente,
 tinha a morte por detrás:
 desceu meu pai pela escada,
 feriu-me com seu punhal.
 Prostrou-me a seus pés, de braços,
 sem mais força para um ai!
 Reclinei minha cabeça
 em bacia de coral.
 Não vi mais as nuvenzinhas
 que pasciam pelo ar.
 Ouvei minha mãe aos gritos
 e meu pai a soluçar,
 entre escravos e vizinhos,
 e não soube nada mais.

Se voasse o meu lencinho,
 grosso de sonho e de sal,
 e pousasse na varanda,
 e começasse a contar
 que morri por culpa do ouro
 – que era de ouro esse punhal
 que me enterrou pelas costas
 a dura mão de meu pai –
 sabe Deus se choraria
 quem o pudesse escutar,
 – se voasse o meu lencinho
 e se pudesse falar,
 como fala o periquito
 e voa o pombo torcaz...

Reclinei minha cabeça
 em bacia de coral.
 Já me esqueci do meu nome,
 por mais que o queira lembrar!

Foi pelo mês de dezembro,

pelo tempo do Natal.
Tudo tão longe, tão longe,
que não se pode encontrar.

Mas eu vagueio sozinha,
pela sombra do quintal,
e penso em meu triste corpo,
que não posso levantar,
e procuro o meu lencinho,
que não sei por onde está,
e relembro uma varanda
que havia neste lugar...

Ai, minas de Vila Rica,
santa Virgem do Pilar!
Dizem que eram minas de ouro...
– para mim, de rosalgar,
para mim, donzela morta
pelo orgulho de meu pai.
(Ai, pobre mão de loucura,
que mataste por amar!)
Reparai nesta ferida
que me fez o seu punhal:
gume de ouro, punho de ouro,
ninguém o pode arrancar!
Há tanto tempo estou morta!
E continuo a penar (MEIRELES, 2015, p. 30).

Apesar de esse romance estar aparentemente fora do contexto do drama histórico da Inconfidência, o eu poético mostra como a sociedade patriarcal dos anos setecentos era constituída, conseguindo, ainda, evidenciar os diferentes tipos de personagens, segundo seu grau de importância, na obra de Cecília Meireles. Ao elaborar a narrativa poética, a autora não se descuida do fato de que é a partir de narrativas históricas que o faz. Vai às fontes, procura conhecer os documentos oficiais, como também as histórias e as lendas que correm pela região e ressalta a presença do ouro como importante elemento ao longo do poema. Assim temos a Cecília Meireles dos sons, das cores, dos tons, dos amores e das letras que se unem e se juntam em poemas de refinada beleza.

5 CONCLUSÃO

Ninguém ignora tudo.
Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma
coisa. Por isso aprendemos
sempre.

Paulo Freire

O que nos fez optar pela obra **Romanceiro da Inconfidência** (2015) como objeto de pesquisa e como *corpus* literário deste trabalho de dissertação foi o fato de que a obra não só apresenta uma abordagem política, social e econômica de Minas Gerais nos séculos XVII e XVIII, como também traz, no seu embasamento histórico, tópicos sobre o processo industrial da época na captura e na produção do ouro e de diamantes na região das Minas Gerais. Esse movimento fabril, que vai desde a retirada do ouro dos córregos e dos riachos até as forjas para a confecção de barras, importantes tanto para a própria Capitania das Minas Gerais quanto para a Coroa Portuguesa, é um fato relevante na economia das Gerais e de Portugal e seus respectivos e consequentes desenvolvimentos. Esses elementos vêm ao encontro da nossa intenção em elaborar uma dissertação, com foco transdisciplinar, considerando nossa formação e nossa vivência como profissional da área de Administração, da qual o processo de produção faz parte constante como objeto de prática e de estudo. Além disso, o **Romanceiro da Inconfidência** (2015) contempla aspectos de uma parte significativa da História Brasileira, conteúdo que sempre nos gerou um especial interesse pessoal. Portanto, fica evidente que os conhecimentos adquiridos em contato com os professores e mestres do curso de Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES/JF proporcionaram-me o entendimento da ligação da pesquisa literária com a área de profissão por nós primordialmente abraçada. Cecília Meireles (2015), em seus versos, representou e abordou aspectos da produção aurífera e diamantífera em Minas Gerais, os quais minha experiência profissional ajudou a detectar por ocasião do desenvolvimento da pesquisa e do presente trabalho de dissertação.

Ao estabelecermos contato, pela primeira vez, com o **Romanceiro da Inconfidência** (2015), os versos foram nos envolvendo de maneira que nos

colocou quase sob a mesma condição de Cecília Meireles, quando no modesto propósito jornalístico veio a Ouro Preto na década de trinta para descrever as comemorações de uma Semana Santa e viu, conforme autora mesmo, atestara os homens do passado misturados às figuras dos andores e às palavras sacras.

Na elaboração da dissertação procuramos abordar uma sequência lógica que incluiu a historiografia, a visão política, econômica e social das Minas Gerais do século XVIII, bem como a presença africana nesse imbricado contexto, a partir do texto literário, problematizando justamente a aproximação entre a Literatura e a História. Evidentemente que um dos temas verificados nos versos da poetisa trazia no seu conteúdo elementos que fazem parte de nossa atuação profissional como professor na cadeira de Produção. Assim, dissertar sobre os processos produtivos da exploração do ouro no século XVIII, sobre o escoamento desse metal e todos os meios que envolvem essa atividade, tendo como ponto de partida a poesia de Cecília Meireles, tornou-se uma tarefa agradável e enriquecedora. Procuramos demonstrar, em paralelo aos versos da escritora, o cenário político e econômico encontrado nos anos setecentos na região das Minas Gerais e as relações do Brasil Colônia com a Corte Portuguesa, aspectos que a poetisa aborda em toda a extensão da referida obra.

A condução da pesquisa e da redação do presente trabalho de dissertação, sob a orientação do Professor Dr. Édimo de Almeida Pereira – destacando-se a importância das reflexões sobre a presença identitária africana e afrodescendente na produção aurífera das Minas Gerais do século XVIII, as quais procuramos resgatar a partir da poesia Cecília – auxiliou-nos no estudo e na percepção do potencial e da beleza dessa emblemática obra denominada **Romanceiro da Inconfidência** (2015). De nossa parte, chegamos à conclusão de que o ato de escrita é algo extremamente laborioso, principalmente quando considerado o fato de que, no desenvolvimento do texto dissertativo, mostrou-se necessário recorrer, por incontáveis vezes, à pesquisa de outros escritores e estudiosos para darmos suporte às nossas próprias ideias.

Escolher um tema e uma obra que coincidam com a própria experiência profissional em outra área do conhecimento diverso da teoria literária e da Literatura Brasileira e desenvolvê-lo por meio da escrita é algo que pareceu-nos, a princípio, complicado, mas o envolvimento com a atividade de pesquisa e o

novo aprendizado empreendido ao longo do Curso de Mestrado foram elementos que, diríamos, foram salvadores para um Administrador.

Nesse sentido, ressaltamos que o trabalho aqui apresentado constitui-se, para além da enriquecedora experiência que foi para nossa vida acadêmica e pessoal, como mais uma contribuição para a fortuna crítica da poetisa Cecília Meireles, no que estamos certos de que não encerra a multiplicidade de leituras que o seu **Romanceiro da Inconfidência** (2015) possa continuar proporcionando àqueles que desejarem conhecê-lo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio. **Pequena história da formação social brasileira**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

BRAGA, Cláudio; CAMPELLO, Priscilla. Exílios, diásporas e seus desdobramentos imprescindíveis na pesquisa literária. **Scripta**, v. 21/ 2. sem. Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2017, p. 295-300.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHARTIER, Roger. Literatura e História. **Topoi**. Rio de Janeiro, n. 1, jan/dez. 2000, p. 197-216.

COELHO, Nelly Novaes. Cecília Meireles: vida e obra. **Revista do CESP**. v. 21, n. 28/29 -jan.-dez. 2001, p. 11-17. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/article/viewFile/7870/6830>. Acesso em: 28 abr. 2019.

COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DAMASCENO, Darcy. Guia do Romanceiro da Inconfidência. *In*: MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da Inconfidência**. Organização André Seffrin, 13. ed. São Paulo: Global, 2015, p. 269-275.

DEL'PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

DIAGNE, Pathe. As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado. *In*: **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII** / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília : UNESCO, 2010, p. 27-53.

FERNANDES, Leonardo Paiva. O “entre lugar” no Romanceiro da Inconfidência: a retratação de Chico Rei e Chica da Silva. **Travessias**. ed. XII, 1982, p. 280-298.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. Aula inaugural proferida no Collège de France. Dez/1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1970.

FURTADO, João Pinto. Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 42, 2001, p.1-21.

GONÇALVES, Andrea Lisly. Escravidão, herança ibérica e africana e as técnicas de mineração em Minas Gerais no século XVIII, Seminário sobre a economia mineira, 11., 2004. Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2004, p.1-23.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Claudia Alvares, Francisco Rudiger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HIRSCH, Irene Ruth. A tradução e a Inconfidência. **DELET** – Departamento de Letras da UFOP. 2008, v.5, p.1-10/MG.

MALOWIST, Marian. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. *In: História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII* / editado por Bethwell Allan-Ogot. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 1-26.

MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando Piero. **Administração da produção**. 2. ed. rev. aum. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARTINS, Roberto Borges; ALVES, Octavio Elísio. **A história da mineração no Brasil**. São Paulo: Empresa das artes, 1989.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808. Tradução João Maia, São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2005.

MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da Inconfidência**. Organização André Seffrin, 13. ed. São Paulo: Global, 2015.

MEIRELES, Cecília. Como escrevi o Romanceiro da Inconfidência. Conferência proferida na Casa dos Contos, em Outro Preto, por Cecília Meireles, no 1. Festival de Ouro Preto, em 20 de abril de 1955. *In: MEIRELES, Cecília. Romanceiro da Inconfidência*. Organização André Seffrin, 13. ed. São Paulo: Global, 2015, p. 239-263.

MEREIRES, Cecília. [**Correspondência**]. Destinatário: Armando Côrtes-Rodrigues. 28. Jul. 1947. *In: MEIRELES, Cecília. Romanceiro da Inconfidência*. Organização André Seffrin, 13. ed. São Paulo: Global, 2015. Não paginado.

PAIVA, Eduardo França. Batéias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. *In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho (Orgs.) O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver* – séculos XVI a XIX. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2002, p. 187-207.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahía entre os séculos XVI e XVIII. **Revista História** n. 129 a 131, p. 179 a 208, ago./dez. de 1993 a ago./dez. de 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rev.historia/article/download/18728/2079/>. Acesso em: 20 maio 2019.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

PEREIRA, Édimo de Almeida. O discurso de exclusão do negro no Brasil. **Scripta**. Belo Horizonte: Editora PUCMinas, v. 13, 2. sem. 2009, p. 33-49.

PÓLVORA, Hélio. Cecília dos inconfidentes. *In*: MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da Inconfidência**. Organização André Seffrin, 13. ed. São Paulo: Global, 2015, p. 281-284.

PORTÁCIO, Denilson Albano. Romanceiro da inconfidência: um misto de poder liberdade e opressão. **Revista de Letras**, vol. 18, n. 2, jul. /dez. 1996, p. 74-83. Disponível em: www.periodicos.ufc.br/revletras/article/download. Acesso em: 25 abr. 2019.

RÓNAI, Paulo. Toda a beleza da poesia de Cecília. *In*: MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da Inconfidência**. Organização André Seffrin, 13. ed. São Paulo: Global, 2015, p. 285-286.

RÓNAI, Paulo. História e poesia no Romanceiro da Inconfidência. *In*: MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da Inconfidência**. Organização André Seffrin, 13. ed. São Paulo: Global, 2015, p. 289-310.

SANTOS, Lúcio José dos. **A Inconfidência Mineira**. Belo Horizonte: Oficial, 1972.

SANTOS, Iolanda Cristina dos. O riso no Romanceiro da Inconfidência. 2018, p.1-13. (Digitado).

SEFFRIN, André (Org.). **Romanceiro da Inconfidência**. MEIRELES, Cecília. 13. ed. São Paulo: Editora Global, 2015.

SILVA, Olintho Pereira da. A Mineração em Minas Gerais: passado, presente e futuro. **Revista Geonomos** 3. Belo Horizonte :UFMG, 1995, p.77 a 86.

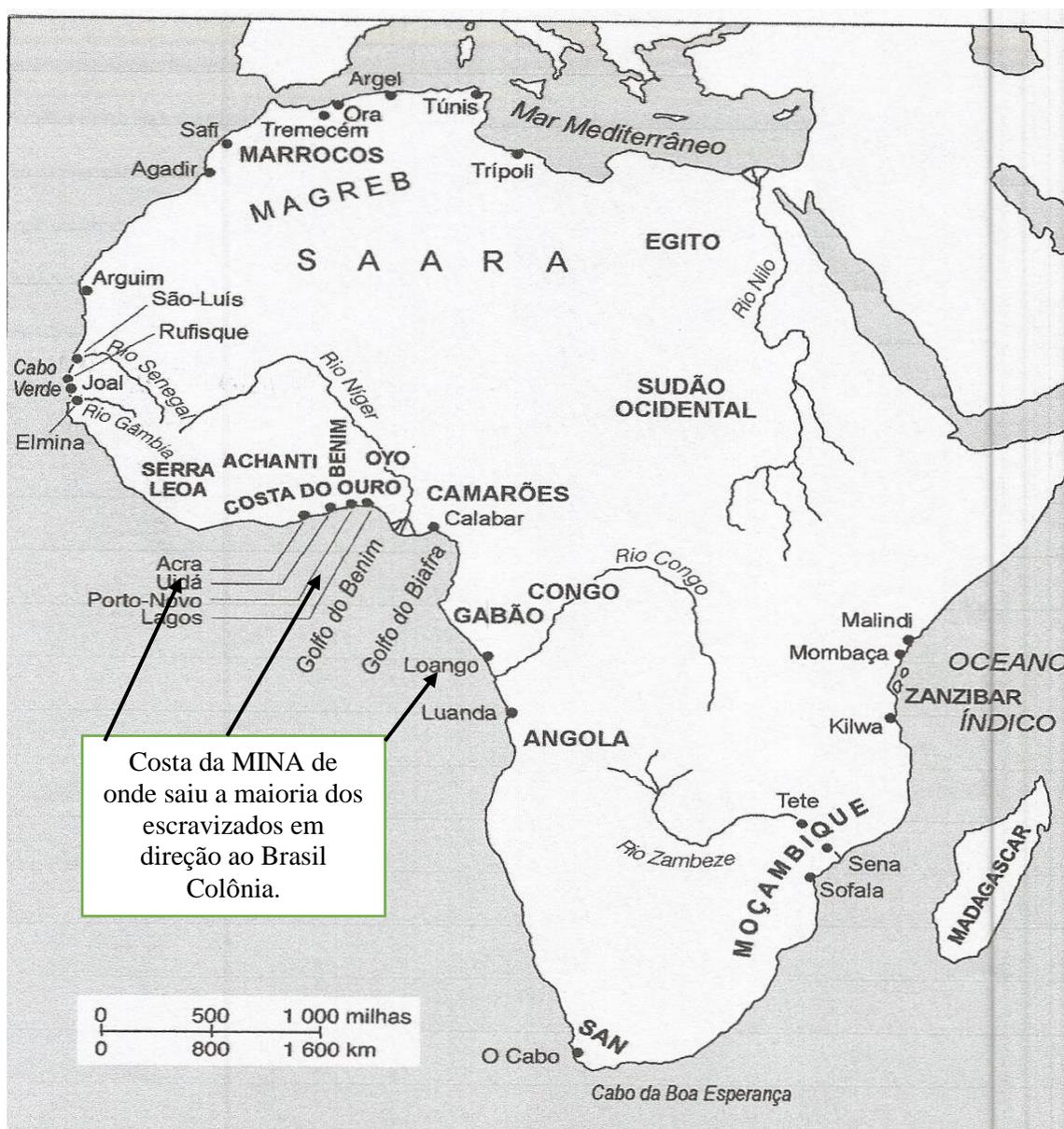
SOUZA, Tania Maria F.; REIS, Liana. Técnicas mineratórias e escravidão nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX: uma análise comparativa introdutória. **Anais do XII seminário sobre economia mineira**. Belo Horizonte, 2006, p. 1-23.

TURCHI, Maria Zaira. O Romanceiro da Inconfidência: diálogo poético dos tempos. **Signótica**. n.11, jan. dez. 1999, p.137-161. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/7268/5152>. Acesso em: 15 set. 2018.

ANEXOS

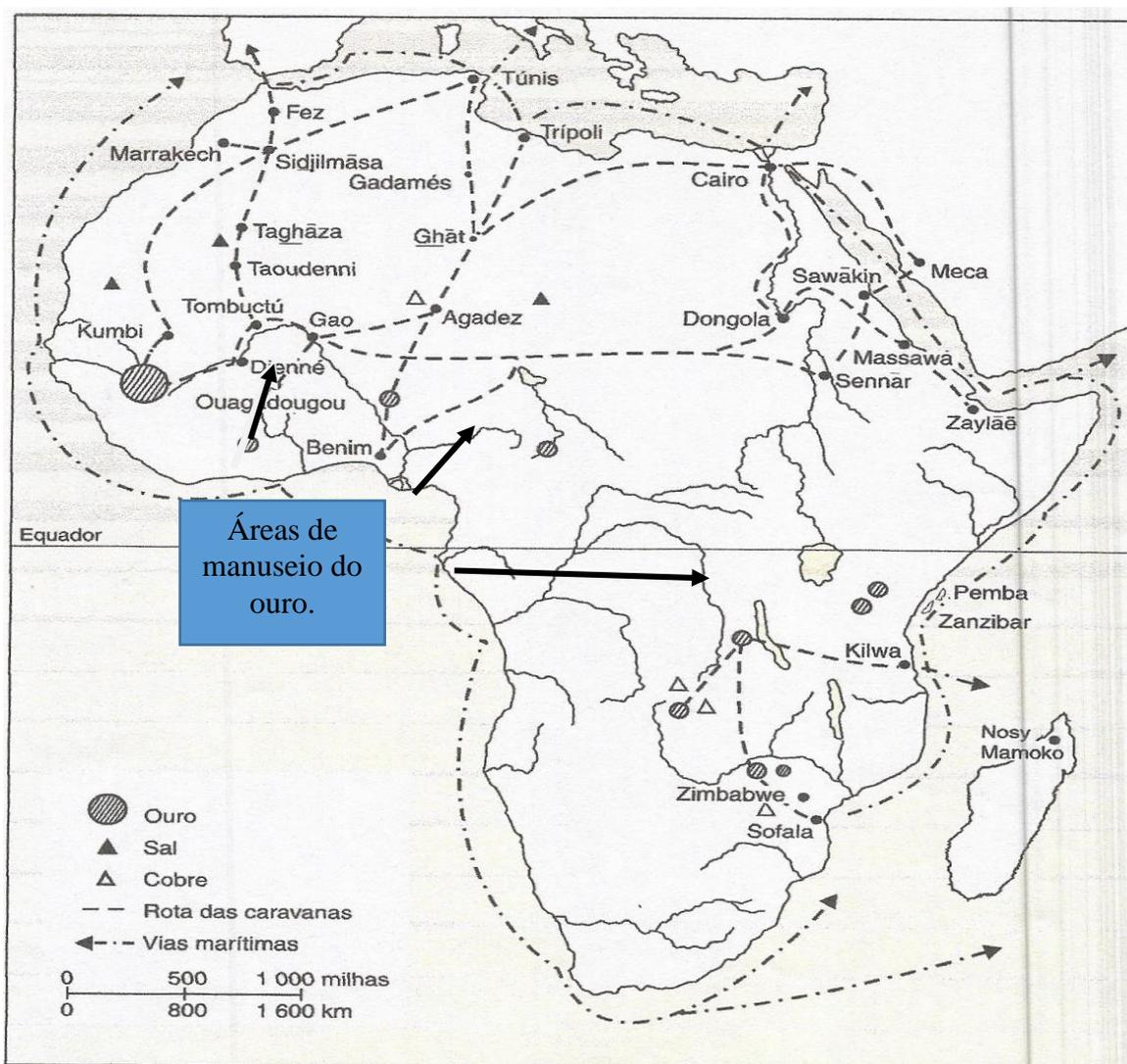
ANEXO A

Mapa representando a costa oeste da África também chamada de Costa da Mina, de onde partiu forçadamente a maioria dos escravizados em direção ao Brasil Colônia. In: MALOWIST, Marian. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. In: **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII** / editado por Bethwell Allan-Ogot. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 5.



ANEXO B

Mapa da África indicando as regiões em que havia, por parte dos negros africanos, o manuseio do ouro, demonstrando o motivo pelo qual os mesmos tinham a aptidão para trabalhar com o metal. *In*: DIAGNE, Pathe. As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado. *In*: **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII** / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília : UNESCO, 2010, p. 40 .



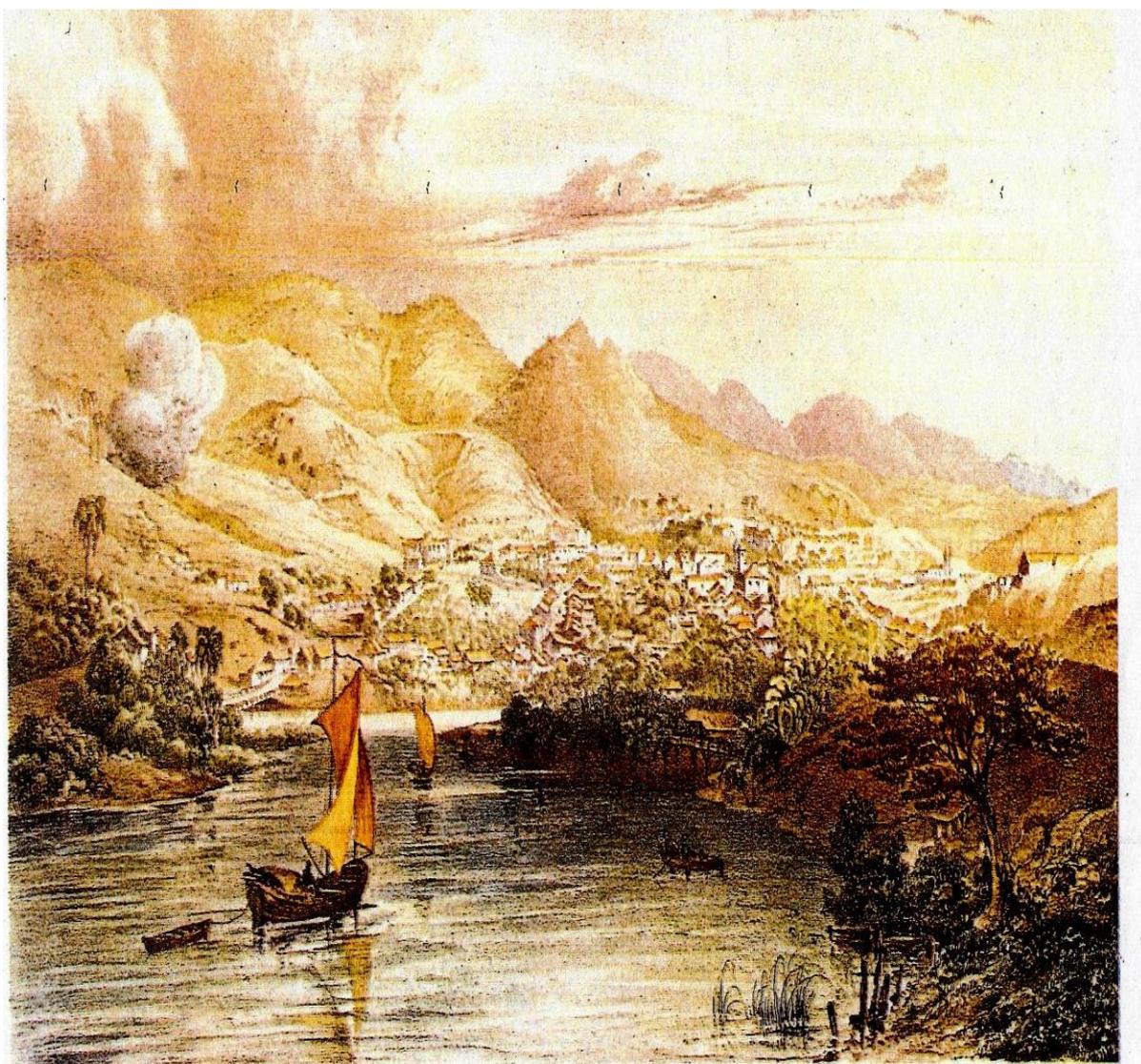
ANEXO C

Lavagem do minério de ouro, proximidades da montanha de **Itacolomi**. Johann Moritz Rugendas, aquarela sobre papel, 30 x 26 cm, representando a exploração do ouro na região de Minas Gerais. *In*: MARTINS, Roberto Borges; ALVES, Octavio Elísio. **A história da mineração no Brasil**. São Paulo: Empresa das artes, 1989, p. 21.



ANEXO D

Visão de Sabará, uma das cidades da região aurífera, surgida a partir da descoberta do ouro no século XVII, presenciou o primeiro *boom* demográfico no Brasil Colônia. *In*: MARTINS, Roberto Borges; ALVES, Octavio Elísio. **A história da mineração no Brasil**. São Paulo: Empresa das artes, 1989, p.14.



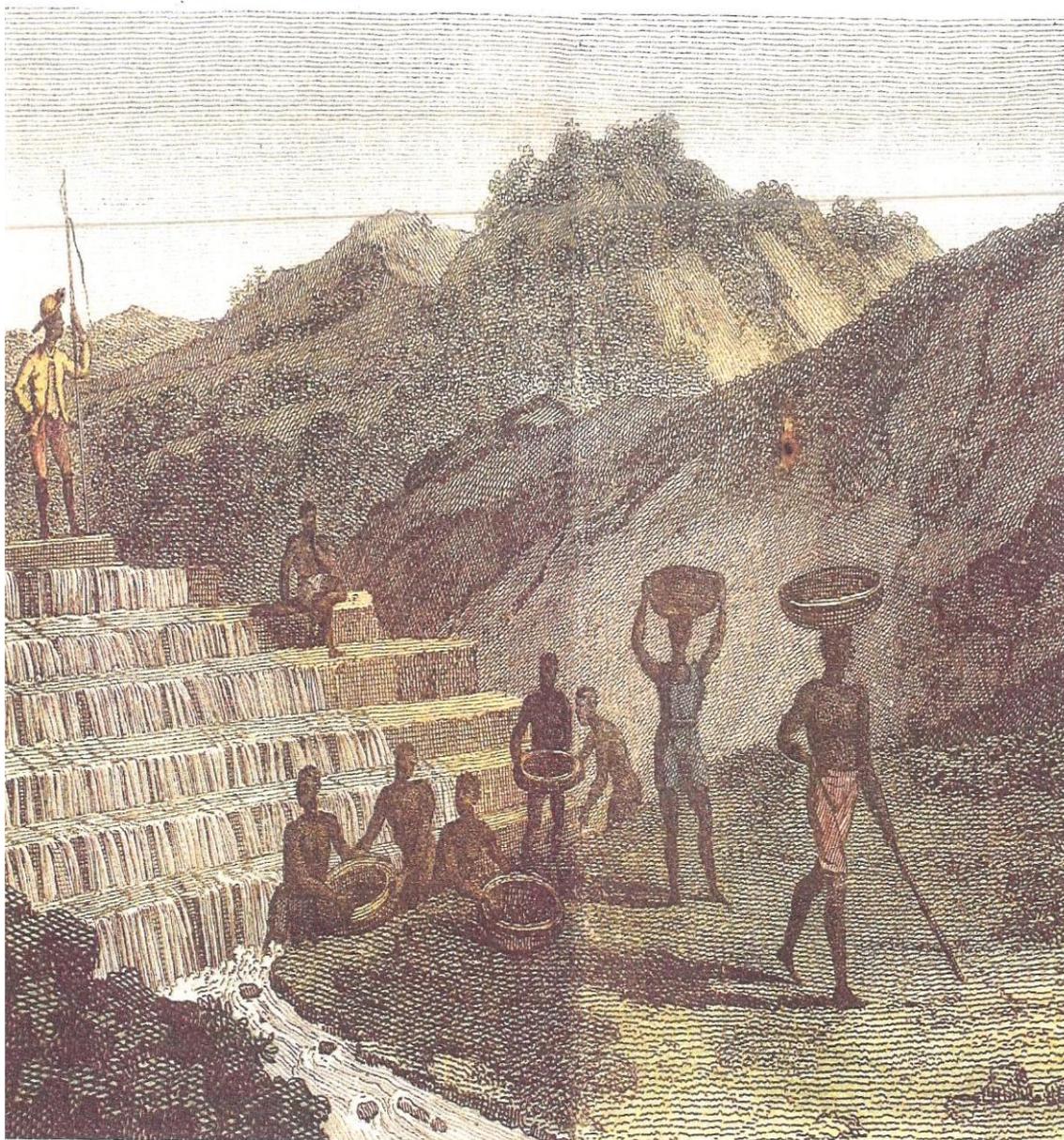
ANEXO E

Instrumentos usados no século XVIII para a exploração do ouro. *In*: MARTINS, Roberto Borges; ALVES, Octavio Elísio. **A história da mineração no Brasil**. São Paulo: Empresa das artes, 1989, p. 23.



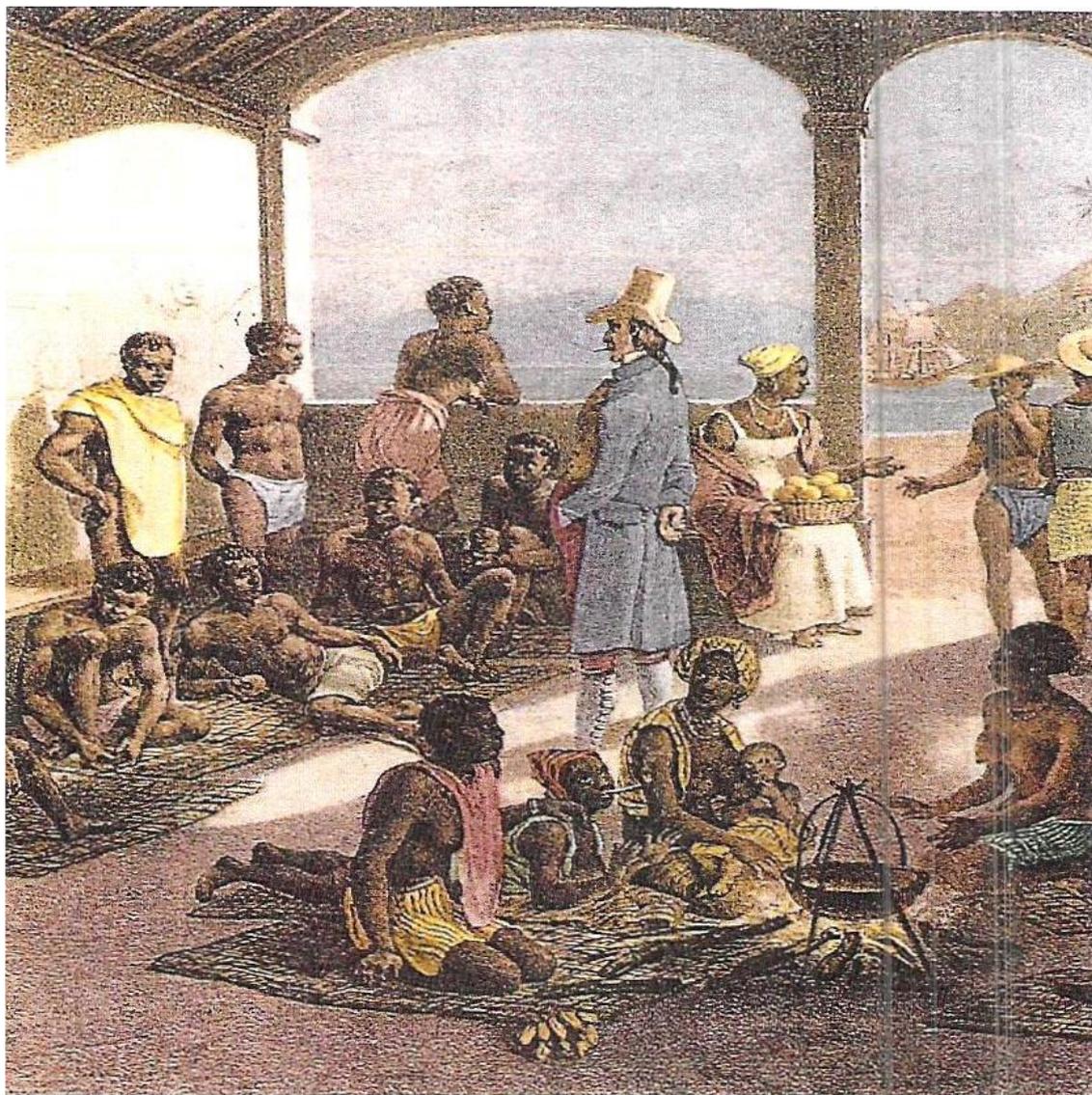
ANEXO F

Escravizados lavando minério aurífero sob supervisão de um feitor. Apesar do controle rígido, uma parcela da produção era sonegada mesmo com as casas de fundição, o ouro circulava clandestinamente além do contrabando que era enviado para fora da região. *In*: MARTINS, Roberto Borges; ALVES, Octavio Elísio. **A história da mineração no Brasil**. São Paulo: Empresa das artes, 1989, p. 28.



ANEXO G

Uma visão do mercado de escravizados no Rio de Janeiro no início do século XVII. In: MARTINS, Roberto Borges; ALVES, Octavio Elísio. **A história da mineração no Brasil**. São Paulo: Empresa das artes, 1989, p.16.



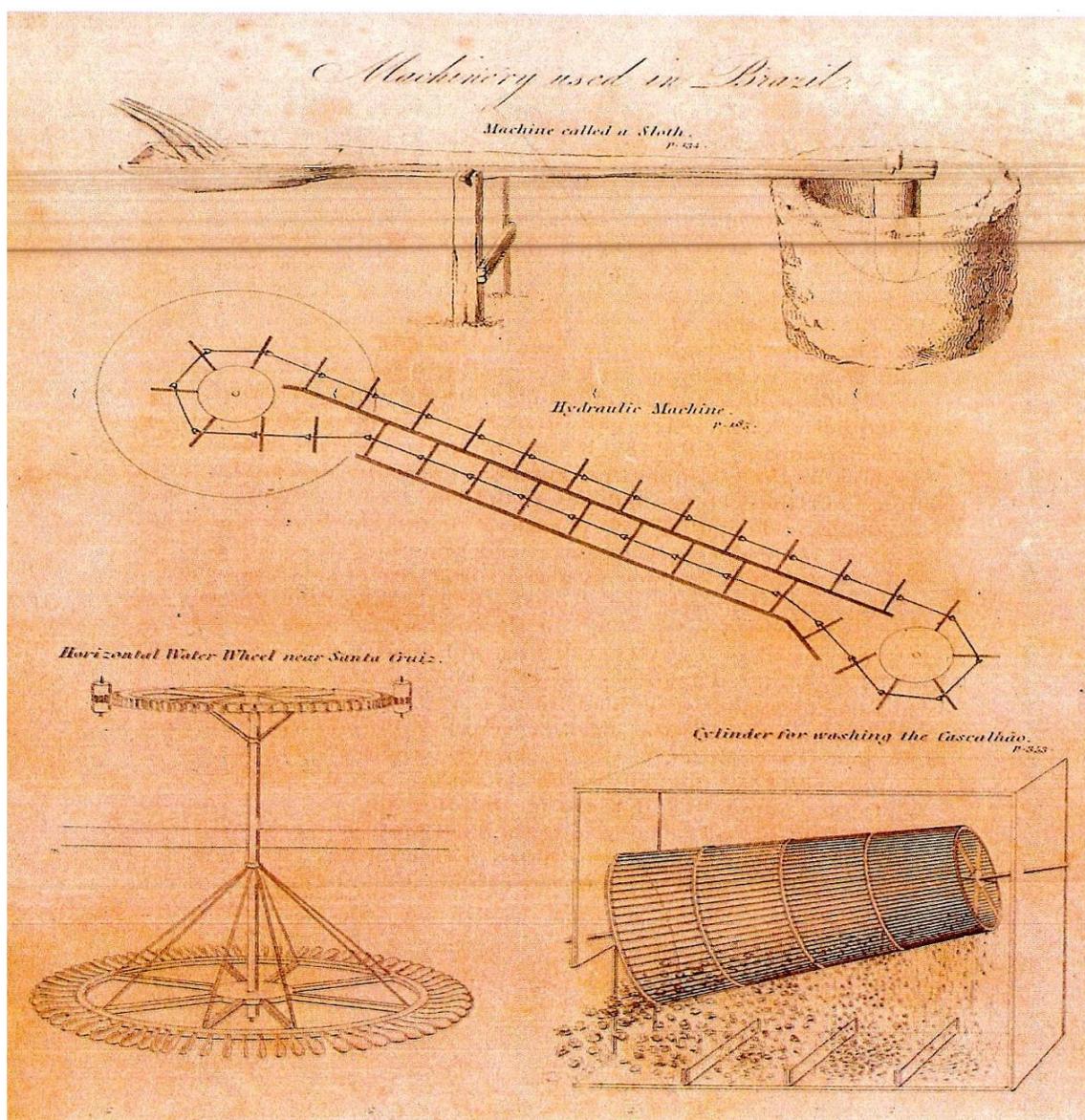
ANEXO H

Material usado para pesar o ouro retirado das lavras. In: MARTINS, Roberto Borges; ALVES, Octavio Elísio. **A história da mineração no Brasil**. São Paulo: Empresa das artes, 1989, p. 26.



ANEXO I

Equipamentos usados para a utilização da força hidráulica no processo de produção e captura do ouro. *In*: MARTINS, Roberto Borges; ALVES, Octavio Elísio. **A história da mineração no Brasil**. São Paulo: Empresa das artes, 1989, p. 25.



ANEXO J

Ilustração do trabalho especializado do escravizado africano na prospecção de diamantes. Podemos observar a quantidade necessária de escravizados para esse tipo de trabalho. *In*: MALOWIST, Marian. **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII** / editado por Bethwell Allan-Ogot. – Brasília: UNESCO, 2010, p.19.

